

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PICOS-PI**  
**NA DÉCADA DE 1990: CRISE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**Maria das Dôres de Sousa**

**Teresina-PI**  
**dezembro-2002**

**MARIA DAS DÔRES DE SOUSA**

**ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PICOS-PI  
NA DÉCADA SE 1990: CRISE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim.

**Teresina-PI  
dezembro-2002**

**MARIA DAS DÔRES DE SOUSA**

**ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PICOS-PI  
NA DÉCADA DE 1990: CRISE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)  
**Orientadora**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Nobre Damasceno (UFC)  
**Membro**

---

Prof. Dr. José Ribamar Tôres Rodrigues (UFPI)  
**Membro**

Aprovada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2002

Um dos equívocos funestos de militantes políticos de práticas messianicamente autoritária foi sempre desconhecer totalmente a compreensão do mundo dos grupos populares. Vendo-se como portadores da verdade salvadora, sua tarefa irrecusável não é propô-la mais impô-la aos grupos populares.

Paulo

Freire

À memória de meu pai,  
José Honório de Sousa, por  
não ter sido apenas meu  
pai, mas também um grande  
amigo.

À minha mãe, Raimunda  
Leal de Sousa, por ser uma  
grande companheira e amiga,  
em todos os momentos da  
minha vida.

A meus irmãos, irmãs,  
sobrinhos e sobrinhas com  
muito carinho.

## AGRADECIMENTOS

⇒À Universidade Federal do Piauí-UFPI, pela oportunidade desse Mestrado.

⇒Ao Prof<sup>o</sup> Dr. Luís Carlos Sales, coordenador do Programa, por estar sempre disposto a colaborar.

⇒À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim, um agradecimento de forma muito especial, pelas contribuições na construção desse trabalho.

⇒Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, pela atenção.

⇒Aos que fazem parte das associações de moradores de Picos, da FAMCC e do MEB, por terem respondido aos questionários e concedido-me as entrevistas. Sem eles, não teria sido possível a construção desse conhecimento.

⇒À Banca de Qualificação, composta pelo prof<sup>o</sup> Dr. Luís Carlos Sales e as professoras Dr<sup>a</sup> Antônia Jesuíta de Lima e Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim, pelas observações que me levaram a refletir mais.

⇒Aos amigos e amigas com quem compartilhei as inquietações em torno do Mestrado.

⇒Sem citar nominalmente, registro meus agradecimentos àqueles que prestaram sua colaboração de uma forma menos direta, mas nem por isso destituída de atenção.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS E TABELAS</b> .....	9
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	10
<b>RESUMO</b> .....	11
<b>ABSTRACT</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Contextualização do problema .....	13
1.2 Delineamento teórico .....	16
1.2.1 Prática educativa: mediação para a mudança .....	19
1.3 Metodologia da pesquisa .....	21
1.4 A estruturação do trabalho .....	22
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 OS MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E PIAUIENSE DA DÉCADA DE 1990</b> .....	24
1.1 A conjuntura brasileira e piauiense no contexto da globalização nos anos de 1990 .....	24
1.2 Globalização e a organização dos moradores das periferias urbanas no Brasil .....	33
1.3 Globalização e a crise dos movimentos populares nos anos de 1990 .....	37
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 A TRAJETÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PIAUÍ E EM PICOS</b> .....	40
2.1 As associações de moradores no Piauí .....	40
2.2 O município de Picos: um pouco de história .....	49
2.3 As associações de moradores em Picos .....	53
2.4 Estrutura organizacional .....	58
2.5 Participação dos sujeitos da pesquisa nas assembléias e reuniões .....	63
2.6 As lutas das associações de moradores .....	68
2.6.1 Lutas específicas .....	69
2.6.2 Lutas gerais .....	73

<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3</b>	<b>APRENDIZADOS POLÍTICO-EDUCATIVOS NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PICOS</b> ..... 77
3.1	Perfil dos sujeitos das associações de moradores de Picos ..... 77
3.2	A crise das associações de moradores de Picos na década de 1990 ..... 81
3.3	O processo de formação de dirigentes e militantes das associações de moradores de Picos ..... 85
3.3.1	A concepção de lideranças ..... 85
3.3.2	Postura e forma de destaque de lideranças ..... 86
3.3.3	Relação dirigente-base ..... 89
3.3.4	As associações de moradores e as ONGs ..... 91
3.4	A avaliação sobre a atuação da FAMCC nos anos de 1990 ..... 91
3.4.1	Relação FAMCC e associações de moradores ..... 92
3.5	A concepção de educação e escola embutida na prática educativa das associações de moradores ..... 93
3.6	A concepção de política, de ética e de cultura na prática das associações de Moradores..... 96
3.6.1	A dimensão dos aprendizados ..... 99
3.6.1.1	A dimensão educativa ..... 99
3.6.1.2	A dimensão ética ..... 102
3.6.1.3	A dimensão política ..... 104
3.6.1.4	A dimensão cultural ..... 106
3.7	Significado e perspectivas das associações de moradores para os militantes ..... 107
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> ..... 108
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> ..... 114
	<b>ANEXOS</b> ..... 121

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	⇒	Constituição das diretorias e conselhos fiscais das associações de moradores pesquisadas nas décadas de 1980 e 1990 .....	59
TABELA 1	⇒	Número de participantes nas assembleias e reuniões associações de moradores: São José, Boa Vista e Junco. Segunda metade da década de 1980, década de 1990 e anos 2000 e 2001 .....	64
TABELA 2	⇒	Tempo de participação na associação de moradores .....	79
TABELA 3	⇒	Movimentos que Participam ou já Participaram .....	80
TABELA 4	⇒	Formas de destaque de lideranças dos Movimentos Populares de Picos .....	87
TABELA 5	⇒	Avaliação da FAMCC por militantes das associações de moradores nos anos 1990 .....	92

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BEC	⇒	Batalhão de Engenharia e Construção
BNH	⇒	Banco Nacional de Habitação
CEBs	⇒	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAC	⇒	Centro Piauiense de Ação Cultural
CMP	⇒	Centro de Movimentos Populares
CONAM	⇒	Centro Nacional de Assistência de Moradores
CPT	⇒	Comissão Pastoral da Terra
CUT	⇒	Central Única dos Trabalhadores
ECA	⇒	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAMCC	⇒	Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários
FAMEPI	⇒	Federação de Associações de Moradores do Piauí
FGTS	⇒	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	⇒	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	⇒	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	⇒	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
LOAS	⇒	Lei Orgânica de Assistência Social
MEB	⇒	Movimento de Educação de Base
MJC	⇒	Movimento Juvenil Cristão
MNMMP	⇒	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MOPS	⇒	Movimento Popular de Saúde
MPA	⇒	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	⇒	Movimento dos Sem-Terra
ONGs	⇒	Organização não Governamental
ONU	⇒	Organizações das Nações Unidas
PFL	⇒	Partido da Frente Liberal
PMDB	⇒	Partido do Movimento Democrático Nacional
PT	⇒	Partido dos Trabalhadores
SINDESPRV	⇒	Sindicato dos Servidores da Previdência Social
SUS	⇒	Sistema Único de Saúde
TLC	⇒	Treinamento de Líderes Cristãos
UFPI	⇒	Universidade Federal do Piauí
UMP	⇒	União das Mulheres Piauienses

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma pesquisa sobre as Associações de Moradores de Picos-PI, tendo como objetivo principal caracterizar a crise vivenciada por essas organizações na década de 1990. Optou-se por realizar um estudo de caso com base em autores que trabalham as temáticas *movimentos sociais* e *práticas educativas* em uma concepção dialética da história. Para a construção da análise do objeto de estudo, em apreço, fez-se levantamento de dados documentais, aplicação de questionários e realização de entrevistas semi-estruturadas junto a militantes, dirigentes e assessores das associações de moradores dos bairros São José, Boa Vista e Junco. No período estudado, constatou-se que, contraditoriamente, de um lado, houve uma redução quantitativa na participação; e, de outro, os integrantes dessas associações melhoraram, qualitativamente, sua atuação quanto às exigências nas relações com o poder público, ampliando a perspectiva de práticas defensivas para ações propositivas em suas lutas específicas e gerais. Dentre os aprendizados, destacam-se as dimensões educativa, política, ética e cultural. Para os sujeitos da pesquisa, as associações de moradores significam, sobretudo, uma possibilidade concreta de participação nos destinos das comunidades do município.

## **ABSTRACT**

This paper is a result of a research on the Resident Associations of Picos-PI, having as main objective characterize the crisis that these organizations went through in the decade of 1990. We opted to have a case study based on authors who worked on the *social movement and educational practices* themes in a dialectal conception of the history. In order to construct the analysis of the study object, documental data was obtained through an application of questionnaires and semi-structured interviews with participants, directors and assessors of the resident associations living in São José, Boa Vista and Junco districts. During the period studied, we verified that, contradictorily, from one side there was a quantitative reduction in participation; and on the other one, the associations participants improved, qualitatively, their acting, about the exigencies in relations with the public power amplifying the perspective of defensive practices to prepositional actions in their specific and general fights. Among the learnings, educational, political, ethical and cultural dimentions stand out. To the subjects of the research, the resident associations mean, above all, a concrete possibility on participation on the community destiny of the county.

# INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do problema

A década de 1990 redefiniu o cenário das lutas sociais no Brasil e os movimentos sociais, principalmente os de caráter popular, nas periferias urbanas, que enfrentaram uma diversidade de conflitos tanto de ordem interna como externa. Os conflitos de ordem interna dizem respeito a questões de desmobilização, de militância, de distanciamento liderança-base, de estruturação, de organização e de participação; já os de ordem externa são atribuídos à crise econômica do País, ao desemprego, e às políticas neoliberais. Esses conflitos levaram os referidos movimentos a sofrerem mudanças em suas práticas, tanto de ordem interna quanto de ordem externa.

As mudanças que ocorreram nos movimentos sociais de caráter popular, na referida década, são encaradas pelas lideranças, militância ou assessores diretos e alguns analistas, entre eles Gohn (2000), com o caráter de crise entendida como declínio, refluxo e desmobilização das lutas. Entretanto, para outros analistas, a crise significa continuidade e ou descontinuidade (de valores, práticas, ritos etc.), provocando um redirecionamento em suas práticas. “A crise não significa apenas refluxo, declínio mas também transformação” (Vianna, 1999, p.179). Melucci (2001) acentua que a crise pode remeter não só ao declínio de um modelo de engajamento coletivo mas também a sua mutação. Esta se revela ora como momento de visibilidade ora como latência.

As associações de moradores da zona urbana de Picos vivenciaram várias tensões, na década em estudo, que interferiram no rumo dessas organizações e acarretaram

transformações significativas no contexto de suas lutas, secundarizando ou mesmo deixando de lado algumas ações especificamente de caráter educativo tais como: alfabetização de jovens e adultos, formação sistemática das lideranças e a criação de grupos de formação em seus núcleos com programas de educação popular. As lutas foram mais de caráter imediatista, voltadas para os problemas de infra-estrutura do bairro, como: fornecimento de água e energia, saneamento básico, construção e funcionamento de posto de saúde, escolas, creches etc. Considerando-se que, até o presente momento, estas associações não foram estudadas cientificamente, optou-se por uma pesquisa que discuta a dimensão da crise vivenciada por tais entidades e de que forma essa crise interferiu nas práticas educativas desenvolvidas por essas organizações.

Ressalte-se que o interesse em pesquisar as associações de moradores em Picos, objeto de estudo da intenção ora apresentada, está também relacionado a fatores de natureza pessoal, profissional e teórico. Conforme registro seguinte, são estas as razões:

- a) A minha trajetória pessoal e profissional está voltada para o entendimento dos movimentos sociais, determinando uma opção para atuar no campo da educação popular, com base em uma experiência junto a 10 (dez) bairros da periferia de Picos, no período de 1989 a 1995, coordenando o Projeto de Alfabetização de Adultos nessa cidade.
- b) A necessidade de conhecer os aprendizados de seus militantes, nas dimensões política, ética, social e cultural, adquiridos pelas lideranças, quando responderam aos desafios da conjuntura daquele período.
- c) A necessidade de examinar o grau de contribuição desses aprendizados para o fortalecimento ou não da organização política da militância e do conjunto dos moradores dos bairros em estudo.
- d) A necessidade de conhecer a natureza da ação educativa desenvolvida por aquelas associações, compatibilizando-a com os objetivos de suas lutas.
- e) A necessidade de verificar se o processo educativo desenvolvido no interior dos movimentos sociais propiciou a formação de uma consciência cidadã, a partir da luta pela conquista dos direitos humanos.

f) A necessidade de verificar se a ação política das associações de moradores, em estudo, propiciou a formação de intelectuais orgânicos, uma vez que, segundo Gramsci (1981, p. 21) apud Mochcovitch (1990, p.18),

não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem aqueles que imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária ao nível de concepção de mundo coerente e homogênea.

Os fatores mencionados nos tópicos anteriores contribuíram para delimitar o campo específico de interesse da pesquisa, relativo à crise das associações de moradores em Picos, na década de 1990 e suas influências nas práticas educativas desenvolvidas por essas organizações.

A referida pesquisa objetivou caracterizar a crise vivenciada pelas associações de moradores da zona urbana de Picos, tendo como referência básica as práticas desenvolvidas por essas organizações na década de 1990. Para melhor compreensão da relação entre crise e práticas educativas desenvolvidas por essas associações, os objetivos específicos trataram de

- ⇒ tentar resgatar a história de luta das associações de moradores em Picos, evidenciando os indicadores da crise por elas enfrentadas;
- ⇒ analisar os aprendizados da militância dessas organizações quanto à aquisição de uma consciência cidadã para atuarem enquanto militantes e enquanto membros de uma comunidade mais ampla;
- ⇒ buscar a efetivação de uma postura ética, política e cultural;
- ⇒ verificar se as lideranças das associações de moradores se apropriaram de conhecimentos e de atitudes necessárias a uma prática de intelectuais orgânicos dos setores populares.

## 1.2 Delineamento teórico

Conhecer a base teórica dos movimentos sociais é, pois, uma forma de conhecer e compreender mais profundamente as ações, as práticas e as lutas empreendidas por estes movimentos. Como afirma Gomes (2001, p.14).

A própria prática é, por si só, um exercício de aprendizagem, mas que não prescinde, ela própria, de uma teoria que ilumine. Ou seja, teoria e práticas são dois campos de formação que se alimentam na relação dialética que estabelece entre si, considerado, é certo, o contexto histórico no qual esse exercício se dá. Inspirada em Marx diria: O caráter terreno do pensamento humano é a práxis.

Daí por que os objetivos dessa pesquisa centraram-se em identificar a relação existente entre crise e práticas educativas. Para tanto, lançou-se mão de alguns procedimentos metodológicos, tanto no campo teórico, como no campo empírico. No campo teórico, foram caracterizadas matrizes teóricas contemporâneas sobre movimentos sociais e práticas educativas, a partir de autores como Antônio Gramsci, Paulo Freire, Maria Nobre Damasceno, Maria da Glória Gohn e outros autores que trabalham as temáticas *movimentos sociais* e *práticas educativas*, com base em uma concepção dialética.

No campo empírico, a análise dos questionários e das entrevistas remeteu para a teoria analítico-cultural de Melucci, no sentido de que parte dos atores da pesquisa acreditam que a crise das associações de moradores, em Picos, além do caráter de declínio e refluxo, apresenta, também, indicativo de mutação, o que tem levado essas organizações a um redirecionamento de suas práticas. Assim, a crise pode indicar uma transição de novos modelos de engajamento que caminha do declínio do coletivo para novas formas desse agir.

Ampliando a análise dos movimentos sociais para uma compreensão mais ampla, recorre-se ao pensamento de Gohn (2000), que faz uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais da América Latina, a partir da década de 1970:

⇒ Nos anos 1970, a influência teórica européia se fez predominantemente por meio do paradigma marxista, principalmente nas universidades públicas, assim como nas chamadas comunitárias e pelos projetos de lutas para a redemocratização do País,

elaboradas pela esquerda, a partir de leituras gramscianas. As reflexões teóricas, conforme a mesma autora, embasaram-se mais nas teorias européias, por estas serem mais críticas e fundamentadas em pressupostos da nova esquerda que aquelas forças políticas adotaram.

⇒ Ao longo dos anos 1980, a abordagem marxista foi sendo substituída pela dos Novos Movimentos Sociais – que sempre estiveram em desacordo, negando a abordagem ortodoxa marxista, especialmente a corrente leninista. Neste mesmo período, os Novos Movimentos Sociais cresceram e se firmaram.

Essas interpretações, de acordo com Scherer-Warren (1993) e Gohn (2000), contribuíram para uma certa orfandade teórica dos estudiosos latino-americanos, nos anos 1990, por estarem bastante presos ao referencial europeu.

Gohn (2000), em seus estudos mais recentes, faz ainda um breve balanço bibliográfico da literatura dos movimentos sociais no Brasil, tendo como referência as décadas de 1970 e 1980, relativas apenas aos movimentos sociais urbanos. Sobre isso, afirma que

essa opção se deu por estes movimentos terem sido de grandes novidades no cenário latino-americano nas últimas décadas, pelo fato de nossa própria produção ter se concentrado majoritariamente nesta temática e o fato de os estudos sobre os movimentos terem se desenvolvido de forma isolada. Os grupos que estudavam a realidade rural, tiveram pouco contato com os que estudaram a realidade urbana. (Ibid., p. 273).

Enfatiza, ainda, a referida autora que,

apesar de recente, a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil já possui vários balanços e destaca entre eles: Jacobi (1980 e 1989), Ribeiro e Silva (1984), Cardoso (1983, 1994) Kowarick (1987). Alguns foram realizados vários anos atrás e contemplam um número pequeno de estudos não existentes.(Jacobi 1980).Outros foram parciais, concentrando-se nas linhas gerais de alguns dos estudos realizados (Cardoso, 1983 e 1995). Outros, ainda não tinham o objetivo de realizar um balanço propriamente dito mas destacaram as principais orientações teóricas (Doimo, 1995, Gohn, 1987, 1995). Alguns levantamentos bibliográficos também destacaram a questão (Burgual, 1990; Warren (1995). (...). Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é o de que a maioria dos estudos foi realizado nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, o

resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores. (GOHN, 2000, p. 274).

Com relação às matrizes teóricas básicas que têm fundamentado a produção brasileira voltada para os movimentos sociais e centrada nos movimentos populares, Gohn refere-se a vários estudos:

aborda uma tese de doutoramento de José Álvaro Moisés (1978) apresentada na USP sobre os movimentos emancipatórios de Osasco e Pirituba na década de 50; uma dissertação de mestrado de Gohn sobre as sociedades amigos de bairros apresentada na USP em 1979. Paralelo à conclusão desses dois primeiros estudos, inúmeros outros estavam se desenvolvendo, destacando-se entre eles: o de Teles (1980) sobre CEBs, o de Bava (1980) sobre as lutas populares; o de Doimo (1984) sobre movimento de transportes em vitória (...) e alguns trabalhos de pesquisadores alemães sobre movimentos populares na América Latina que muito influenciaram pesquisadores nacionais nos primeiros anos da década de 80, destaca-se entre eles os de Evers (1983 e 1984), Muller-Platenberg (Spessart, 1979). Destaca-se ainda os estudos básicos sobre a realidade brasileira de apoio às pesquisas da época que foram Weffort (1978); Ianni (1975); Oliveira (1972) Singer (1973); Fernandes (1975); Foracchi 1982); e Cardoso (1972). (Ibid., p. 276).

Os anos 1980 trouxeram um novo panorama à prática e à teoria dos movimentos populares urbanos, período em que surgem novas lutas pelo acesso à terra e sua posse, além do surgimento de organizações locais; entre elas, as associações de moradores.

O cenário dos movimentos sociais no Brasil altera-se na década de 1990 e, com ele, o quadro de pesquisadores. Alguns passaram a se preocupar com os problemas da violência, da exclusão social<sup>1</sup> ou com novas práticas civis, deixando de lado a temática dos movimentos sociais. “A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa” (GOHN, op. cit., p.280). Tratando-se deste aspecto, é importante esclarecer que a produção acadêmica sobre os movimentos sociais continuou, mas não no mesmo ritmo dos anos 1980, declina na área de Educação, Arquitetura e Serviço Social, mas continua regular na Sociologia e na política.

Concordando com a última parte do texto de Gohn (op.cit.), é possível admitir que os potenciais de mudança nas práticas dos movimentos sociais estejam presentes no seu movimento interno, mesmo que não visíveis.

---

<sup>1</sup> Neste sentido, ver Cristovam BUARQUE. **O que é apartação:** o apartaid social no Brasil, 1998.

### 1.2.1 Prática educativa: mediação para a mudança

Em um contexto no qual cresce o desemprego e a exclusão social, em que se impõe o pensamento único neoliberal, novos desafios se colocam no campo da luta política e, mais particularmente, no campo da educação popular e sindical.

Nesta pesquisa, a educação popular será trabalhada a partir de uma concepção dialética da educação, na qual se destaca a compreensão da prática educativa ligada a um projeto político, e o papel do educador como intelectual orgânico.

Neste sentido, Freire (1997, p.28) enfatiza que:

... educadores e grupos populares, descobriram que educação popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto a sua capacidade de mobilização em direção de objetivos próprios. (...) A educação popular, mesmo sem descuidar a preparação técnico-profissional dos grupos populares, não aceita a posição de neutralidade política com que a ideologia modernizante reconhece ou entende a Educação de Adultos.

Para Gramsci apud Mochcovitch (1990, p.60),

a elevação cultural das massas para adequá-las à modernização e ao crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista tem repercussões contraditórias: o acesso aos códigos dominantes dos quais a alfabetização é o primeiro passo, o conhecimento de direitos e deveres, e a capacidade de exigí-los podem educar também para a transformação da ordem e não apenas para o conformismo e a adesão

Enquanto prática social, a prática educativa em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno exclusivamente humano (FREIRE, 1997, p.28).

Reconhecendo-se como prática política se recusa a deixar-se aprimorar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdo às pessoas quanto na sua conscientização.

Nesta concepção, o ser humano jamais pára de educar-se em uma prática educativa, não necessariamente de escolarização. Mas uma prática educativa em que o sujeito seja construtor da sua própria história e que reconheça a importância do ensinamento de certos conteúdos que são necessários aos grupos populares para analisar

sua realidade concreta, superando o saber anterior de pura experiência, por um saber mais crítico, menos ingênuo. Neste sentido, a educação popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências.

Freire (1998, p. 90-91) acrescenta, ainda, que como educador,

... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (...) o diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos.

Um outro aspecto da prática educativa trabalhada por Freire é a questão dos limites dessa prática, e a compreensão desses limites demanda a clareza política dos educadores com relação a seu projeto, ou seja, a politicidade da sua prática. Com relação a este assunto, Freire enfatiza: “Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei se estou claro em face e a favor de quem pratico” (FREIRE, 1997, p. 47).

Quando se trata da prática educativa, além dos aspectos já mencionados, deve-se considerar, ainda, que uma mesma metodologia de trabalho não se adequa de forma idêntica em contextos diferentes.

aí a necessidade do educador popular de compreender as formas de resistências das classes populares, suas festas, suas danças, seus folguedos, suas lendas, suas devoções, seus medos, sua semântica, sua sintaxe, sua religiosidade. Não me parece possível organizar programação de ação político-pedagógica sem levar seriamente em conta as resistências das classes populares (Ibid., p. 48-49).

Ao analisar a prática educativa considerar-se-á também as contribuições de Gramsci (1981), uma vez que, na sua concepção, a prática educativa voltada para as classes populares deve levar os grupos que a compõe a perceberem de que forma estas classes estão reagindo à concepção de mundo dominante, que mecanismo estão

empregando no sentido de reelaborar o seu próprio saber e, conseqüentemente, reforçar o poder popular.

Segundo Mochcovitch (1990, p. 52),

o pensamento político de Gramsci tem sempre uma dimensão pedagógica, uma vez que ele está sempre preocupado com a ação dos intelectuais orgânicos entre as massas subalternas no sentido da elevação da consciência destas do senso comum à consciência filosófica, através de uma elevação cultural e de um processo de reforma intelectual e moral que caminham junto com as lutas econômicas e políticas, devendo ser delas indissociáveis...

Para Gramsci (1981), aos intelectuais orgânicos cabe a seguinte missão:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos, variando literalmente sua forma, a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vistas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. (GRAMSCI, 1981, p. 27 apud MOCHOVITCH 1990, p. 19).

Uma educação voltada para as classes populares deve ter como meta a criação de condições para que estas articulem suas diversas experiências históricas, seus saberes em um todo coerente, para que possam elaborar uma nova concepção de mundo.

### **1.3 Metodologia da pesquisa**

O encaminhamento metodológico para a apreensão do objeto de estudo consta de um estudo de caso – *As associações de moradores dos bairros São José, Boa Vista e Junco* – fundamentado em uma concepção dialética e de um corte temporal referente à década de 1990, por ser considerado um período de crise (mudanças) para os movimentos sociais.

No campo empírico, foi realizado um levantamento de dados documentais através do mapeamento das atas das associações de moradores pesquisadas. O referido mapeamento data de 1985, ano em que foi fundada a associação de moradores do bairro São José, a primeira da zona urbana de Picos, até o ano 2000. Realizou-se, também,

aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com militantes, dirigentes, base, membros da FAMCC e assessores. Para as entrevistas, foram escolhidas, entre os sujeitos da pesquisa, pessoas que conhecem a história das associações de moradores em Picos e assessores que desenvolvem trabalhos junto a essas associações. Os relatos obtidos nas entrevistas estão transcritos no terceiro capítulo e expressam a concepção dos sujeitos da pesquisa quanto à educação, à escola, à ética, à política e à cultura. Nestas dimensões, expressam também os seus aprendizados.

#### **1.4 A estruturação do trabalho**

O trabalho foi estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, desenvolveu-se uma breve análise acerca da conjuntura brasileira e piauiense no contexto da globalização na década de 1990; uma discussão sobre a globalização e organização dos moradores das periferias urbanas no Brasil; e a globalização e crise dos movimentos populares na década de 1990. Neste item, procurou-se situar os movimentos sociais, sobretudo os de ordem popular, entre eles as associações de moradores de Picos, no contexto da globalização neoliberal.

No segundo capítulo, fez-se um estudo bibliográfico sobre movimentos sociais no Piauí e sobre o município de Picos. Mapeou-se o quadro histórico das associações de moradores pesquisadas como também foi feita a análise dos questionários. Neste capítulo, elucidou-se, ainda, aspectos da organização dos movimentos sociais no Piauí, a partir da década de 1960, até a década em estudo. Com as informações colhidas, foi possível a elaboração de um histórico das associações de moradores no Piauí e em Picos.

No terceiro capítulo, retomou-se a análise dos questionários, para verificar dados e traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa. Através de suas respostas, procurou-se detectar a concepção de crise e a que fatores são atribuídos essa crise; como ocorreu o processo de formação de dirigentes das associações de moradores de Picos e como avaliaram a atuação da FAMCC na década de 1990. Através de suas vozes, procurou-se detectar a concepção de educação, de política, de ética e de cultura, bem como os aprendizados nestas dimensões.

Não obstante as significativas limitações no campo da investigação sobre as associações de moradores de Picos, na década de 1990, nas considerações finais, pôde-se chegar a alguns entendimentos acerca da trajetória histórica, da concepção de crise dos sujeitos da pesquisa e das dimensões dos aprendizados das práticas educativas, trabalhadas nessas organizações.

Por fim, espera-se que o presente estudo possa servir de instrumento de análise para outros estudiosos, na construção do conhecimento científico das associações de moradores em geral, e de outros movimentos populares similares.

## **CAPITULO I**

### **1 OS MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO E PIAUIENSE DA DÉCADA DE 1990**

Os Movimentos Populares Organizados no conjunto dos Estados brasileiros e, também, do Piauí, assim como outros segmentos da sociedade civil passaram por grandes modificações na década de 1990, em relação às décadas de 1970 e 1980. Tais mudanças, segundo alguns autores (Moraes, 1996; Negrão, 1996), decorrem da rapidez e intensidade da nova etapa da globalização no Brasil, inspirada no neoliberalismo com centralidade no mercado, do avanço científico e tecnológico e da forma como foram construídas a pluralidade e as articulações desses movimentos.

Neste capítulo, pretende-se desenvolver uma breve análise da conjuntura brasileira e piauiense no contexto da globalização, na década de 1990, uma discussão acerca da organização dos moradores da periferia urbana e sobre a globalização e a crise dos movimentos populares nesse período.

#### **1.1 A conjuntura brasileira e piauiense no contexto da globalização nos anos de 1990**

A globalização<sup>2</sup> das sociedades capitalistas é uma realidade que se impõe cada vez mais como uma construção histórica, em ritmo jamais visto na história da humanidade.

---

<sup>2</sup> O uso do termo globalização traduz a intenção de apresentar a fase atual da economia mundial como aquela em que o mundo se apresenta sem fronteiras e as grandes empresas sem nacionalidade. Rosa Maria MARQUES, *Crítica marxista*, p.136.

A dialética da história está entrando em um novo ciclo, que, em nível mundial, promove uma reorganização da sociedade, de seus atores e das relações nas quais novas condições históricas transformam as formas de pensar, conhecer, dominar e resistir, sob a ótica do neoliberalismo.

Nesta perspectiva, Pomar (1997, p. 25-27), dentre muitos analistas, afirma que:

A globalização neoliberal tem por base, pois, não uma outra política econômica, um ou outro consenso de grande potência, mas a própria acumulação do capital, que leva ao desenvolvimento de suas forças produtivas internas, atingindo o mundo todo, forçando as comportas para a criação de um mercado de livre competição entre grandes empresas. As corporações transnacionais são o elemento mais ativo desse processo que tende a mundializar a circulação de capitais, mercadorias e força de trabalho, tornar supérfluas as nações e conformar um mundo homogêneo econômico e culturalmente (...). O neoliberalismo enfatiza a irreversibilidade da globalização, da renovação científica e tecnológica e da elevação da produtividade, diante das quais o moderno é a adaptação e a subordinação. Procura, assim, como negar qualquer alternativa à globalização capitalista.

Na década de 1990, o avanço da globalização foi marcado por uma ofensiva sem precedentes do pensamento conservador em todo o mundo, impulsionado pelo desmoronamento final da URSS<sup>3</sup> e dos regimes do Leste Europeu e por uma grande onda de capital financeiro, em escala mundial, batizado de globalização. Neste período, os capitais passaram a circular instantaneamente de um país para outro e as multinacionais foram buscar, com maior facilidade, mão-de-obra barata nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

Para realizar uma análise sobre o Brasil no referido contexto, remonta-se a antecedentes da década em estudo. O Regime Militar de 1964 até 1985 beneficiou-se de um surto de crescimento econômico quase sem paralelo, conhecido internacionalmente como o “milagre brasileiro”. Nesta fase, o Brasil foi o país que mais cresceu em todo o mundo capitalista subdesenvolvido. Contudo, acumulou também tensões sociais de toda ordem, uma vez que o seu crescimento se pautava em uma economia com altas taxas de juros, uma inflação crescente, forte concentração de renda na mão de poucos, levando o governo militar a engendrar façanhas para diminuir o seu desgaste em nível internacional. Além

---

<sup>3</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A desintegração da URSS significou a vitória final da Guerra Fria pelos Estados Unidos e o estabelecimento de uma ordem unipolar, completamente hegemoneizada pela superpotência norte-americana. Luís Marcos GOMES. **Construindo o Estado do mal-estar social**. p. 39-41.

disso, esse regime espalhou terror, agravou a distribuição de renda, intensificando a fome, a estrutura oligárquica da posse da terra, a inadequação da estrutura da produção e de serviços do País, em relação às necessidades da população, às condições de cultura e ao comportamento do povo.

Dessa forma, segundo Portugal (1998, p.8-9), “o período de 1982 a 1985 é marcado pela transição democrática, no qual soluções parciais democráticas foram utilizadas em substituição aos métodos de governar da ditadura, mas na verdade subsistiu a velha crise econômica e social”. Enquanto isso, a sociedade civil, por meio dos movimentos políticos organizados (populares e de classe média), avançam na exigência de mudanças substanciais, em particular, por eleições diretas para presidente da República.

Após esse período, o Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, elegeu Tancredo Neves à presidência da República, que não chegou ao poder porque faleceu em 21 de abril de 1985. De 1985 a 1989, assume o vice-presidente José Sarney, que, por exigências de acordo com o FMI, decidiu enfrentar o problema do aumento da inflação, implantando sucessivamente vários planos econômicos, de cunho heterodoxo:

- ⇒ Plano Cruzado I e II (1986), imediatamente após as eleições;
- ⇒ Plano Bresser (1988);
- ⇒ Plano Verão (1989).

Em todos eles, houve apoio da mídia, que desenvolveu programas especiais, de forma sensacionalista, convocando toda a população brasileira – em especial as donas de casa – para assumir o papel de “fiscais do governo”, visando o controle dos preços no comércio. “Porém, como se tratavam de planos pontuais desligados de um plano global de mudanças, esses fracassaram” (BOMFIM, 2000, p.17). De 1990 a 1992, assumiu a presidência da República Fernando Collor de Mello, primeiro presidente civil – eleito pelo voto direto depois do Regime Militar – mas foi afastado do cargo em 29 de setembro de 1992, por atos de corrupção e improbidade administrativa, com o voto de 441 deputados, sendo o seu *impeachment* um fato inédito na história do Brasil. Com isso, Fernando Collor de Mello teve seus direitos políticos cassados por oito anos, de 1992 a 1999, assumindo a presidência da República o vice-presidente Itamar Franco. Em 1994, são realizadas novas eleições para esse cargo, sendo eleito Fernando Henrique Cardoso, para governar o País de

1995 a 1998, e reeleito para o período de 1999 a 2002, tornando-se o primeiro presidente reeleito na história da República e a terceira vitória consecutiva da tese da “modernização”, via reforma do Estado.

No Brasil, o modelo de modernização conservadora avançou de forma acelerada no governo de Fernando Collor de Mello e se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso, com as seguintes medidas:

- ⇒ Abertura da economia brasileira à comunidade internacional,
- ⇒ Reformas constitucionais;
- ⇒ Programa de privatização.

Essas foram as medidas mais urgentes, visando sobretudo reduzir o “custo Brasil” e aumentar a produtividade dos produtos brasileiros para uma melhor competitividade no mercado internacional. Foi com esse discurso que, em 1989, Fernando Collor de Mello apresentou-se à nação, conquistando dessa forma a simpatia da grande burguesia, de uma parcela da classe média, de uma legião de miseráveis, os “descamisados”, ganhando a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, candidato da esquerda.

No primeiro semestre de 1993, Fernando Henrique Cardoso – então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco – “prepara o Plano Real, com objetivos principalmente eleitorais” (FEVERWERKER, 1994, p.2). Com esta moeda, consegue certa estabilidade na economia, chegando a derrubar a inflação e controlar os preços dos produtos. Todavia, se de um lado dá-se a estabilidade, de outro “o Plano Real se constitui na principal causa do desemprego no Brasil” (MACAMBIRA, 1998, p.10), por ser mais um plano econômico sem o respaldo de um plano geral de desenvolvimento.

Neste sentido, para Uchôa (2000):

O Brasil do Real assusta pelas contradições: o momento econômico é extremamente favorável ao governo. Inflação controlada, dinheiro à vontade dos investidores estrangeiros, câmbio controlado, gastos sociais à altura das exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional) e ganhos políticos junto à base de sustentação do Congresso Nacional com a aprovação de projetos de Lei como a reforma da previdência social, a reeleição o avanço das privatizações entre outros.

No caso das privatizações do Estado brasileiro, os primeiros passos foram dados no governo do general Figueiredo, ao criar, em julho de 1979, o Programa Nacional de Desburocratização. O segundo, com o governo José Sarney, em 1985, que cria o Conselho Interministerial de Privatização, depois Conselho Federal de Desestatização. Com Fernando Collor de Mello, em 1990, tem início a terceira etapa. A etapa seguinte foi marcada pelo governo de Itamar Franco. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de privatização é considerada a maior de todas. Este Governo promoveu a queda do monopólio estatal de petróleo e das comunicações, a liberação da pesquisa e a lavra do subsolo do País a empresa de qualquer nacionalidade, entre outras mudanças constitucionais.

Apesar de todas as inovações, de todas as medidas adotadas em nome da modernização e do desenvolvimento do País, indicadores, tais como a especulação financeira o aumento da dívida interna e externa evidenciam problemas de ordem socioeconômica e políticas, como: o desemprego, a exclusão social, além da alta de juros e a concentração da riqueza produzida. Enfim, o desenvolvimento, em vez de crescer, diminuiu. (RABELO 2000, p.8-9) “Diante desse quadro, é inevitável o agravamento das contradições sociais e nacionais, provocando, como consequência, a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo em geral.”

As contradições do governo Fernando Henrique Cardoso são aguçadas quando se observam novos contrastes. Indicadores do Censo 2000, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado pela **Revista Veja** (26 de dezembro de 2001, p.32-33), mostram que a renda média dos brasileiros subiu 41,8%; a taxa de analfabetismo caiu de 19,7% para 12,8%; cresceu o número de domicílios com serviço de saneamento básico. No entanto, há índices preocupantes neste sentido; existem, no Brasil, 7,5 milhões de domicílios sem banheiro; e, no Piauí, 43% das residências não têm nenhum tipo de instalação sanitária. Tratando-se da igualdade social, os avanços são tímidos. O índice que mede a concentração de renda indica que esta caiu 4%, entretanto, mesmo assim, o Brasil se mantém, ainda, entre os quatro países com a pior distribuição de renda do planeta. Metade dos chefes de família ganha até R\$ 350,00 por mês. A metade mais pobre representa somente 12% da renda total. Segundo Vanilda Guerra, pesquisadora do IBGE, “o País continua com uma das piores taxas de analfabetismo da América Latina, 17,6 milhões.”

As diferenças entre regiões continuam brutais; no Nordeste e no Norte, ganha-se menos, estuda-se menos e vive-se menos que no Sul e Sudeste. A desigualdade continua a manifestar-se fortemente, também, entre os sexos. Embora as mulheres sejam chefes de 25% das famílias (em 1991 esse índice era de 18%), elas ganham o equivalente a 71% do rendimento masculino. Na concepção de Macambira (1998, p.14), “(...) querem globalizar os fluxos de capitais, derrubar fronteiras econômicas e barreiras comerciais que favoreçam a expansão dos lucros, mas ao mesmo tempo não querem globalizar direitos que garantem a expansão da cidadania e dignidade no trabalho ...”

No transcurso da década de 1990, marcada pela era Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, os brasileiros viram a contínua desagregação do atendimento aos direitos sociais básicos, tais como educação, saúde, moradia, transporte e outros, em nome de uma modernização que apresentou alguns avanços no âmbito das importações, mas que ampliou as desigualdades sociais. O Estado, especialmente nas economias periféricas, desobrigou-se ainda mais do atendimento a direitos sociais fundamentais do cidadão, ao mesmo tempo em que privatizava o patrimônio público estratégico para o desenvolvimento do País. “A taxa de desemprego foi elevada a nível insuportável e o número de brasileiros abaixo da linha de pobreza, não pára de crescer. Temos 12,1 milhões de brasileiros procurando emprego” (PINTO et al, 2002, p. 4).

Os dados apresentados pelo Censo do IBGE (2000) mostram, também, que, na década de 1990, ocorreram avanços em certos aspectos, podendo-se citar como exemplo o acesso de parcela da população a bens e serviços (bens de consumo intermediários e duráveis e serviços, como iluminação, telefonia, saneamento básico e coleta de lixo, entre outros); na saúde, houve redução da mortalidade infantil. Por outro lado, surgiram outros problemas de natureza epidêmica, agravando a condição de saúde da população: a dengue, a tuberculose, a hanseníase, a febre amarela, a malária e a cólera. Na educação, 94,9% das crianças em idade escolar estão matriculadas no ensino fundamental, e, destes, 79% dos estudantes freqüentam a rede pública, mas quase 60% das crianças com mais de 10 anos não conseguiram concluir o ensino fundamental; 31,2% da população brasileira têm menos de três anos de escolaridade, estudam em salas superlotadas. Somam-se a estes problemas os baixos salários dos(as) trabalhadores(as) da educação e uma jornada de trabalho excessiva, principalmente àqueles(as) que atuam de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e no ensino médio, apesar do FUNDEF.

Sobre o ensino superior, o Censo do IBGE (2000) mostra que somente 29,1% dos alunos que freqüentam a universidade estão na rede pública. Isso revela que esse nível de ensino não se expandiu, sendo registrado, por vários estudos, que essa defasagem decorre da política do governo federal para o ensino superior, configurada pelo estímulo e incentivo ao setor empresarial privado da educação, que teve uma brutal expansão nos anos 1990. Para comprovar tal afirmação, basta verificar o retrato do Estado do Piauí, durante a década de 1990, período em que, na Universidade Federal, foram criados em torno de 2 (dois) cursos de Graduação: Arquitetura e Urbanismo em 1992 e Administração de Empresas, em 1996, enquanto na iniciativa privada foram criadas em torno de 18 faculdades, desenvolvendo cursos, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Saúde.

Face a esses dados, os brasileiros organizados em movimentos populares aglutinaram-se em torno de causas como o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, que levou para as ruas milhões de brasileiros de todos os segmentos da sociedade, destacando-se os *caras pintadas*,\* como uma das marcas do movimento “fora Collor”. Além disso, os movimentos sociais, sobretudo os populares, juntaram-se a outros movimentos, como o MST (Movimento dos Sem-Terra), organizando manifestações em repúdio à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Pode-se citar, como exemplo, a marcha dos 100 mil a Brasília, em agosto de 1999, cujos atores reivindicavam a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária como alternativa à política neoliberal de Collor e FHC, pautada em valores do mercado: individualismo, competição e consumismo.

Tratando-se de forma mais específica da conjuntura piauiense, na década de 1990, vale ressaltar que os aspectos econômicos, políticos e sociais não diferem da realidade histórica do País, tendo em vista que, sob o aspecto político, as eleições partidárias no Estado do Piauí

pouco têm contribuído para a construção da democracia. Este fato tem se tornado muito mais um mecanismo de enriquecimento dos políticos integrantes das camadas dominantes, que governam o Estado e detêm o controle socioeconômico do conjunto da

---

\* Jovens em geral, principalmente estudantes secundaristas e universitários que, depois de um período de aparente acomodação, criaram uma forma diferente de mostrar a sua identidade alegre de jovem, própria de sua rebeldia juvenil, pintando os seus rostos de várias cores, para expressar os seus protestos contra os atos de corrupção e de improbidade administrativa de um adulto que estava Presidente da República, exigindo a sua deposição.

sociedade, além de revezarem-se continuamente no poder político central. (OLIVEIRA e SILVA, 2000, p.12).

Para ilustrar o citado revezamento de políticos, pode ser citado, como exemplo histórico de troca de “lugares” na hierarquia do poder local, o seguinte texto:

Alberto Tavares Silva (ARENA) governou o Estado do Piauí de 1971 a 1974, retornando ao poder no período de 1987 a 1990, eleito pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); Freitas Neto, PFL (Partido da Frente Liberal) 1991 a 1994 tornou-se governador do Estado; Francisco de Assis Moraes Sousa (Mão Santa) do PMDB foi eleito em 1994 e reeleito em 1998, pelo mesmo partido, permanecendo no governo até 07/11/2001, quando foi cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral, acusado de abuso do poder econômico nas eleições de 1998, o que fez com que Hugo Napoleão, PFL candidato derrotado nas eleições desse mesmo ano, assumisse o governo do Estado pela segunda vez. O seu primeiro mandato foi de 1983 a 1986. Em 2002, Hugo Napoleão, concorre a reeleição sendo derrotado no primeiro turno por Wellington Dias, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores).

Esse quadro revela, também, que o Estado do Piauí vem sendo governado pelos mesmos políticos, que se revezam no governo de mandato em mandato, em geral, considerados pelos analistas como conservadores, por integrarem partidos da situação e grupos oligárquicos, com exceção do governador petista Wellington Dias, que se elegeu para o mandato de 2003 a 2006.

Essa composição no Piauí é reveladora de uma política de ‘compadres’ coronéis que só tem favorecido a interesses pessoais e de seus familiares e correligionários, em detrimento do desenvolvimento sócio-político, econômico, cultural e do crescimento democrático do Estado. (OLIVEIRA e SILVA, 2000, p. 13-14).

No que tange aos indicadores sociais do Estado do Piauí, na década de 1990, estes revelam que a condição de vida da população não apresenta melhora de qualidade (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000), haja vista os indicativos a seguir:

Na área da educação, conforme dados desse mesmo instituto (1994), o Estado do Piauí apresenta-se como o Estado brasileiro que tem o maior índice de analfabetismo da

população acima de 15 anos, ou seja, 35,12%, enquanto o índice do Nordeste é de 30,49% e o do Brasil é de 15,58%. Conforme o Censo de 2000, a situação educacional no Piauí é mais grave nos municípios que foram criados na década de 1990, pois foram constituídos, basicamente, por populações rurais, quase sem acesso à escola. “Nestas cidades, falta infraestrutura e, em muitas delas, praticamente não havia escola. De 1991 para cá, o número de municípios do Estado do Piauí saltou (sic) de pouco mais de 100 para 222.” (Diário do Povo, 1 e 2 de janeiro, 2002, p.11).

Quanto ao índice de desemprego, segundo o Censo do IBGE (1996), o Piauí tinha 1.258.462 pessoas que compunham a população economicamente ativa; desta, apenas 884.880 recebiam alguma remuneração regular. O número de pessoas sem renda era de 373.582 desempregados dentro dos padrões de desemprego do IBGE. “Hoje essa situação tem se agravado ainda mais com as crises econômicas e as constantes secas que têm se abatido sobre o Estado.” (OLIVEIRA E SILVA, 2000, p.18).

A falta de moradia, para uma parcela significativa da população, conforme a FAMCC (Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários), é considerada um dos problemas mais sérios do Estado. Neste sentido, essa federação vem constantemente reclamando a falta de programas habitacionais no Estado do Piauí, assumindo, de maneira destacada, a defesa dos sem moradia, em Teresina, fazendo acompanhamento às áreas de ocupações espontâneas, colocando assessoria jurídica à disposição para elaborar processos de usucapião, investindo em processos judiciais, bem como na organização e mobilização pela conquista de condições de infra-estrutura. Nos bairros em Teresina, a prefeitura tem implantado alguns programas neste sentido, mas considerados iniciativas tímidas, em face da dimensão do problema.

Observa-se que, no Estado do Piauí, bem como no restante do País, a política da globalização neoliberal não tem trazido melhora de vida à população. As contradições do capitalismo se aprofundam; a cultura “pós-moderna” alcança seu ponto limite, agravando as contradições do processo de estrutura que ordena a vida cotidiana. A luta pela mudança da realidade é dialética, e “(...) a dialética nos diz que há sempre possibilidade de oposição e se não houver oposição advém a estagnação, não há movimento nem transformação.” (VILLAÇA, 2000, p. 73).

## 1.2 Globalização e a organização dos moradores das periferias urbanas no Brasil

A globalização tem um impacto muito forte no processo de urbanização das cidades, devido à aceleração do avanço do conhecimento científico e tecnológico que facilita a interdependência entre os vários países do Planeta. Entretanto, seus impactos interferem na vida das pessoas de forma desigual em virtude da perspectiva neoliberal escolhida pelo governo brasileiro, centrado no mercado. Com isso, a estrutura urbana é submetida aos termos de um plano econômico que agravou a miséria, concentrou a renda e comprometeu os recursos destinados aos programas sociais, interferindo sensivelmente na relação Estado-sociedade civil, conforme está registrado na “Carta das Cidades”, elaborada por parlamentares na Câmara Federal dos Deputados, em 1999:

... Houve mudanças na relação Estado e sociedade civil, aumento do déficit público, desmonte das políticas sociais, privatização de bens e serviços públicos, agravamento da crise social, endividamento dos governos estaduais e municipais, imposições internacionais, perda de direitos e conquistas na Constituição de 1988, disputa entre níveis de governo, bem como a emergência de novos representantes das velhas elites brasileiras, no desenho de políticas urbanas, acentuando as lógicas empresariais e de negócios e transformando os direitos sociais em mercadorias (Documento, Carta das Cidades, 1999, p. 45-46 ).

Na década de 1990, os caminhos da política neoliberal de arrocho fiscal agravaram a crise dos Estados e municípios. A lógica mercantilizante conduz a uma espécie de câmara lenta para a vida da cidade e sua população, levando as elites e as classes médias abastadas a se entrincheirarem em condomínios sofisticados, enquanto que a massa de trabalhadores e desempregados mora em periferias cada vez mais degradadas e violentas. “A falta de moradia ou moradia precária (...) é uma marca predominante das condições de vida na cidade”. (SORRENTINO, CAMPEÃO, 2000, p. 52).

Nesta perspectiva, o projeto neoliberal investe fortemente no espaço público, em favor do capital e do consumo – a ordem é tornar o Estado mínimo – livrando-se das responsabilidades sociais e submetendo à lógica do mercado a prestação de serviços, tais como educação, saúde e moradia, causando uma completa exclusão dos empobrecidos. “A agenda neoliberal, em curso, mantém e desenvolve igualmente a questão fundiária e a da moradia urbana na perspectiva suprema do mercado. (...) Ignora, deste modo, a

Constituição de 1988, que elegeu o direito à moradia como pressuposto da vida e de boa qualidade”. (ANTERO, ARRUDA, 1999, p. 38).

Enquanto o Estado procura se descomprometer com as questões sociais, entre elas a moradia, verifica-se que a habitação concebida como direito público se transforma em uma das mais insistentes reivindicações dos movimentos urbanos, questão que o Estado brasileiro, ao longo do tempo, vem tratando de enfrentar de diversas formas, porém sem solucioná-la de maneira competente, como outros problemas urbanos. Um dos mecanismos utilizados pelo Governo nessa política de habitação foi a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que, ao invés de solucionar o problema da falta de moradia, no primeiro momento, burocratizou excessivamente essa medida, dificultando o acesso a esse bem e, mais recentemente, quase que o liquidou, exigindo dos trabalhadores a desistência do direito de reivindicá-lo judicialmente.

Neste sentido Arruda, (2000, p.70) afirma:

Chegamos em 1998 a acumular no FGTS recursos da ordem de 13 bilhões de reais, recursos esses que seriam destinados à aplicação de saneamento básico, tratamento de lixo, ampliação de rede de água, construção de novas moradias etc. que representam a maior parte dos problemas urbanos. Foram contingenciados pelo Conselho Monetário Internacional para os sistemas de transportes. Hoje praticamente não existem recursos e financiamentos razoáveis para atender as necessidades de infra-estrutura sobretudo das periferias urbanas.

Isso mostra, a deterioração da estrutura urbana, tornando gritante a situação das populações periféricas que estão vivendo em condições cada vez mais precárias, ou seja, em uma total degradação humana, configurada pelo fenômeno de exclusão social. Para reverter esse processo,

... é necessário adotar metas claras visando alcançar reformas estruturais para um novo modelo de desenvolvimento, como já é apontado por vários documentos do movimento popular e democrático, entre eles o Manifesto do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, construindo uma ação comum, de entidades, sindicatos e partidos políticos, na perspectiva da edificação da unidade no curso da luta (Documento, Carta das Cidades, 1999, p. 45).

Neste sentido, houve, na década de 1980, um aglutinamento das massas populares em torno dos grandes temas das cidades, com a elaboração de propostas de

emenda popular em torno da reforma urbana. Os movimentos populares por habitação e terra vêm crescendo e pressionando os legisladores para aprovarem questões fundamentais de reforma urbana.

Foi neste sentido que, a FAMCC em Teresina

imprimiu à prefeitura e ao governo do Estado uma agenda de debates e negociações com vários grupos detentores de grandes áreas ociosas em Teresina; discutiu amplamente a função social da propriedade, foi reafirmada e ficou patente a séria problemática da moradia e a falta de políticas governamentais voltadas para a produção de moradias popular, bem como trouxe para a ordem do dia a participação do poder judiciário na definição de um espaço urbano conflitante e contraditório. Aconteceu um fato inédito da visita de um Juiz a uma área de ocupação, a visita do governador, e a intervenção do Ministério Público através de ação Civil Pública obrigando a prefeitura a construir uma escola em prazo determinado sob pena de pagar multa diária ao Conselho da Criança e do Adolescente; audiências nas Casas Legislativas, ocupação simultânea dos prédios da Prefeitura e do governo do Estado, caminhadas, enfim, vários momentos fortes de mobilização, com ampla visibilidade tendo sido notório a nível nacional. (Texto FAMCC, [s.n.t.]).

É na cidade que as populações mais empobrecidas criam entidades representativas, entre elas as associações de moradores. A partir de tais entidades, articulam suas lutas, estruturam suas práticas e pressionam o poder público no sentido de desenvolver políticas públicas, que garantam melhores condições de vida para os moradores urbanos.

Convém enfatizar que as relações entre as cidades e os movimentos sociais são mais enfáticas desde a década de 1930, mas foi com o inchaço das cidades e a complexidade dos problemas urbanos, entre eles a moradia, que surgiram as organizações dos moradores nas periferias urbanas, principalmente com o crescimento populacional no final da década de 1960 e a de 1970, fato reconhecido pela própria FAMCC:

Desde 1930, as cidades e seus movimentos sociais já possuíam um certo destaque no cenário nacional: mas somente em meados de 1960 a 1970, com a população urbana representado mais de 70% é que as cidades despertaram com o foco dos conflitos, o povo reivindica qualidade de vida. (Texto FAMCC, [s.n.t.]).

A primeira tentativa de sistematização e intervenção na política urbana remonta ao período de João Goulart, quando, em 1963, o governo federal, estimulado pelas pressões de massa e envolvido com reformas de base, promove o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana. Porém, com o golpe militar, Goulart é deposto e tal proposta é

substituída pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em 1964, juntamente com outros organismos oficiais, a exemplo do BNH (Banco Nacional de Habitação) para resolver o problema da habitação.

De acordo com Silva (1989, p. 44), no Piauí, “a política habitacional começa a ser delineada sob os auspícios do BNH, sendo que, nesta fase, um grande conjunto habitacional é inaugurado (1968), com mais de 2.000 unidades – o Conjunto Habitacional do Parque Piauí.” Foi neste conjunto que, em Teresina, os movimentos sociais começaram a ganhar corpo, a partir da ação de padres italianos que apoiavam a organização do Movimento contra a Carestia e incentivavam a organização das diversas pastorais populares e a formação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

Tratando-se especificamente dos movimentos sociais na cidade de Picos, estes surgiram na década de 1980, também fortemente influenciados pela ação da Igreja Católica, tendo principal incentivador o bispo Dom Augusto Alves da Rocha. No caso das primeiras associações de moradores, estas surgiram a partir da segunda metade da referida década. Estas entidades representam a visibilidade das práticas reivindicativas das populações, pelo fato de abrirem espaços para os moradores das periferias explicitarem publicamente as suas demandas em prol de melhores condições de vida e de acesso aos direitos sociais básicos como educação, saúde e moradia.

Conforme já foi abordado anteriormente, vale destacar que, no contexto da globalização neoliberal, modificam-se os espaços estatais em atendimento às exigências internacionais, que criam um conjunto de novas prioridades: os direitos considerados essenciais para o bem-estar do cidadão, como urbanização, transporte, saúde educação, Segurança, entre outros, que são transformados em valores de mercado e integrados ao capital especulativo.

Deste modo, a falta de uma política habitacional por parte do governo, voltada para as famílias de baixa renda e às sem renda, tem impulsionado a FAMCC – Regional Centro/Teresina – a dedicar-se de maneira especial à luta pela moradia, seja no apoio às ocupações espontâneas, seja na realização de ocupação organizada.

Com esses elementos empíricos, percebe-se que, nesse campo de ação, os movimentos sociais urbanos, ao conquistarem espaços na administração pública com a

conquista de certos direitos, não devem considerar esse fato como um fim em si mesmo, mas um instrumento a mais de educação política, de conscientização e de mobilização, para o enfrentamento histórico da globalização neoliberal, reivindicando do Estado a construção de um novo projeto nacional, em defesa da soberania e do trabalho.

Isto é reforçado por Lima (1996, p. 11), quando assevera:

O estudo dos movimentos sociais urbanos, concebidos enquanto práticas sociais que remetem à carências e reivindicações coletivas urbanas não deve se reduzir a uma relação mecânica entre carência/ exclusão de benefício/ antagonismo com o Estado, nem a simples compreensão do seu significado, do papel e das relações com os diversos sujeitos, no contexto da sociedade e entre estes, o Estado seu principal interlocutor político.

Contudo, deve-se reconhecer que a cidade brasileira é um lugar de conflito, mas também um *locus* de luta, lugar da constituição de movimentos organizados que querem transformar a sociedade, um lugar da construção da cidadania. Portanto, é preciso mais investimentos na qualidade de vida da cidade, mudando a perspectiva de crescimento, a fim de promover o desenvolvimento social e humano, conforme indicativos das organizações que lidam com Direitos Humanos, a exemplo da ONU – Organização das Nações Unidas.

Deste modo, pode-se avaliar que as organizações dos moradores das periferias urbanas no Brasil, entre elas as associações de moradores, estão diante de um desafio e enormes responsabilidades, tais como abrir perspectivas novas para as cidades com a luta pela construção de um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como objetivo a promoção de uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes, e que, além disso, seja um instrumento de conscientização e mobilização em defesa do direito à moradia para todos.

### **1.3 Globalização e a crise dos movimentos populares nos anos 1990**

O mundo globalizado exige a formação de novos sujeitos históricos capazes de pensarem as mudanças com tempos e procedimentos distintos dos que predominaram no cenário político em décadas que antecederam a globalização. “(...) A sociedade global é o novo palco da história, das relações e lutas sociais, das articulações e contradições que

movimentam uns e outros: indivíduos e coletividades, nações e nacionalidade” (IANNI, 1996, p.131).

Portanto, o olhar e a visão de quem faz a análise dos movimentos populares da década de 1990 não devem ser marcados, predominantemente, pelo conhecimento produzido nas décadas anteriores, mas com as perspectivas que permearam esses anos e o início do terceiro milênio. E, ainda, o olhar relativo aos movimentos da década de noventa não pode limitar-se a levantar as mazelas trazidas pelas influências do neoliberalismo, mas principalmente aos potenciais que os próprios movimentos sociais construíram naquele período; e, apesar das contradições que viveram, continuaram as suas trajetórias. Isto significa que onde há pessoas atuando, mesmo com formas diferenciadas de períodos anteriores, a história está andando, transformações estão ocorrendo, muito embora obscuras. Portanto, é papel do pesquisador descobrir e entender que tipo de mudança está ocorrendo, a partir das entrelinhas das práticas e das falas do sujeitos.

A nova realidade levou os movimentos sociais no Brasil a redefinirem o cenário das lutas sociais. Alguns eixos de atenção dos analistas se modificaram em função das alterações que a nova política social passa a impor ao mundo capitalista global. “Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História” (RABELO, 1996, p. 7).

Diante das mudanças ocorridas nas relações políticas, econômicas e sociais, novos movimentos sociais foram criados. Estes movimentos se diferenciam tanto dos movimentos clássicos – a exemplo do movimento operário – como dos novos movimentos sociais populares e não populares surgidos nos anos 1970, como os movimentos de desempregados e das “diretas já”. Movimentos estes que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro.

Na década de 1980, os novos movimentos sociais, tais como os das mulheres, dos negros, dos índios dos ecologistas etc. cresceram e se transformaram, na década de 1990, em decorrência de necessidades e de ações internas (maior busca pela ascensão a níveis mais elevados de escolaridade, maior valorização ao corpo, ênfase ao profissionalismo, por parte de seus integrantes, ao mesmo tempo em que emergiam conflitos entre tendências ideológicas diferentes em torno da disputa pelo poder interno) e

das alterações que a globalização e as novas políticas sociais internacionais passam a impor ao mundo capitalista. As elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado mas como expressão de seus interesses e das políticas que buscam implementar. Como exemplo, pode-se citar a Força Sindical no Movimento Operário e a rede movimentista que se construiu ao redor do Programa Comunidade Solidária, no interior do próprio governo federal de Fernando Henrique Cardoso.

Já na década de 1990, segundo Gohn (1999, p. 98):

Em diferentes ambientes sociais (universitários, movimento popular, centros de assessoria, conversas de bares, entrelinhas da imprensa etc.) é comum ouvirmos que os movimentos sociais estão em crise e uma apatia junto a grupos sociais até então organizados, que a descrença e a desmobilização predominam, que a era da luta pela participação das pessoas em movimentos, organizações (pública ou privadas) etc. acabou. A nova onda seria da privacidade, do individualismo, O coletivo, como solução para problemas que afligem as pessoas, se não acabou, estaria em descrédito. Os muros caíram e derrubaram as utopias.

No entanto, é importante ressaltar que a crise dos movimentos sociais não é generalizável a todos os movimentos, mais precisamente junto aos movimentos de ordem popular, sobretudo nos demandatários de bens e serviços para suprir carências materiais básicas, a exemplo das associações de moradores, objeto de estudo desta pesquisa. Um outro ponto que deve ser considerado nesta análise é que, na década 1990, enquanto vários analistas brasileiros entre eles Gohn falam sobre a crise dos movimentos sociais, de desmobilização, de refluxo das lutas destes movimentos, autores estrangeiros, entre eles Melucci, Arato e Touraine, somando a muitos latino-americanos, em particular brasileiros, passam a recolocar os movimentos sociais no centro da reflexão social, atribuindo-lhes demasiada importância.

## **CAPITULO II**

### **2 A TRAJETÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO PIAUÍ E EM PICOS**

#### **2.1 As associações de moradores no Piauí**

Os movimentos sociais permeiam por várias dimensões da vida social, expressando uma pluralidade e identidades de conflitos que emergem na construção de novas formas de organização social e de poder popular. Tais movimentos articulam-se por meio de forças de interesses, carecimentos e de necessidades que permitem a emergência de sujeitos sociais coletivos. Em razão disso, os movimentos sociais, também, se movem impulsionados pelos desafios da sociedade do conhecimento e pela consciência da necessidade de atendimento dos seus desejos individuais como conteúdo para construção da subjetividade de cada indivíduo. “Isso se liga a uma idéia de fazer história através dos movimentos da sociedade e, modernamente, ao problema da construção de formas de organização social e de poder, que traduzem sempre por alguma perspectiva ideal de utopia racional nos termos marxistas” (HELLER,1993, p. 94).

No Estado do Piauí, os contextos de auge e declínio dos movimentos sociais seguem o mesmo ritmo do restante do País. No início dos anos de 1960, esses movimentos vivenciaram um momento de crise de mobilização social. No final da década de 1970, com o processo de democratização que se iniciava no Brasil, somado à prática de articulação de grupos e movimentos na zona sul de Teresina, evidencia-se a consolidação do raio de ação do trabalho de educação popular. “Foi no Parque Piauí, no qual trabalhava um grupo de

padres e leigos italianos onde surgiram os movimentos populares cujas práticas coletivas orientavam processos de organização neste Estado,” conforme registra” Bomfim (1991, p. 77):

Do final de 1979 em diante o movimento estudantil, sobretudo o universitário, vai ganhando força de expressão reconhecida em toda a cidade e, assim, os militantes do PC do B começam a atuar nos bairros, seja através do Projeto RONDON<sup>4</sup> ou individualmente, enquanto aqueles mais ligados aos Grupos de Jovens e Pastorais, juntamente com grupos de adultos engajados nos vários movimentos discutem a formação de um outro partido político, criando no dia 10 de fevereiro de 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda no final dos anos de 1970, os movimentos populares, entre eles, as associações de moradores, constituíram-se em canais de reivindicações das classes populares. Sobre essa temática, Medeiros (1996, p. 117-119) enfatiza que:

a partir da década de 1970 cria-se em Teresina na periferia urbana, uma massa de subempregado e desempregado. A situação é de insatisfação, as vezes de tensão, mas não se constitui nenhum movimento social ativo. O Estado atua fortemente na área com políticas assistencialista e compensatória. (...) Até 1979, existia em Teresina, apenas 11 Associações de Moradores, 7 das quais ligadas ao trabalho assistencial-eleitoral de um vereador da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), 3 em conjuntos habitacionais, orientadas por assistentes sociais da COHAB (Companhia Habitacional do Piauí) e uma numa favela, orientada pela Igreja. (...) pouco a pouco foram se organizando em Teresina Associações de Moradores ou Conselhos Comunitários em favelas e bairros da periferia, uns a partir de trabalho prévio da Igreja outros pela iniciativa de partidos de esquerda o PT (Partido dos Trabalhadores) PC do B (Partido Comunista do Brasil) ou pelo próprio clima geral de mobilizações, organização e ação direta que se formam.

Os anos de 1980 tornaram-se um marco na consolidação dos movimentos de bairro em todo o País. No Piauí, constata-se um aumento significativo do número de organizações de moradores e outros processos associativos em Teresina, suas lutas ganham visibilidade e novo espaço na cena pública, imprimindo um novo ritmo ao processo organizativo da população.

---

<sup>4</sup> Define-se como movimento essencialmente voltado para o universitário, vinculando-se, em 1968, ao Ministério do interior como “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”. (Decreto 62.927 de 28/06/68 e logo transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta em 06/09/1970 (Decreto 67.505). Tinha como objetivo levar o universitário a conhecer a realidade brasileira, a participar e sentir-se necessário e relevante. (Texto – Fundamentos Doutrinários do Projeto Rondon. [s.n.t.] )

Muitas associações de moradores e conselhos comunitários são criados em favelas e bairros de várias cidades. Uma orientada por políticos e cabos eleitorais, outras acompanhadas por ONGs. Com o inchaço da cidade de Teresina e maior grau de organização do povo pobre, ocorrem várias ocupações de terra em áreas urbanas, consequentemente, aumenta o número de associações de moradores na cidade (OLIVEIRA ; SILVA, 2000, p. 24).

A partir de 1982, inicia-se uma relação com certa expressividade entre os movimentos de bairros, movimento sindical e movimentos em geral. Há, no período de 1983 e 1984, um crescimento quantitativo e qualitativo dos movimentos sociais, chegando-se ao ano de 1985 com 31 associações de moradores entre outras instituições populares. Juntamente com esse processo, outras forças sociais presentes no contexto da organização popular, com a criação de algumas agências de assessorias aos movimentos de bairro, a partir da militância de determinados agentes vinculados a partidos, tendências políticas de esquerda e aos movimentos de Igrejas. Nessa perspectiva, são criados o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos e o CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural).

Ainda em 1985, com a campanha das “Diretas Já”\* os movimentos populares articulam-se em torno de mobilizações mais gerais, como as lutas pela abertura democrática, eleições diretas entre outras. O cenário destas manifestações era a periferia de Teresina, principalmente a zona Sul, o centro da cidade e a Universidade Federal do Piauí. Era um marco para o encerramento do ciclo do Regime Militar iniciado em 1964 e para o anúncio de uma Nova República.

Para Bomfim (1971, p.87-89):

O registro do movimento social em Teresina, seja pelos fatos ou pelos depoimentos de atores populares e oficial, dá ênfase ao papel que a Igreja Católica progressista tem desempenhado junto aos movimentos populares nas décadas de 1970 e 1980. (...) O trabalho na paróquia além da evangelização, tem-se configurado, ainda, por uma perspectiva de “educação popular,” baseada nos critérios de mobilização dos moradores da periferia da cidade e na luta por melhores condições de vida. Daí que sua ação merece destaque quando se recupera a história dos movimentos sociais na capital piauiense.

---

\* Em 1984, a Campanha das “Diretas Já” revelou uma outra forma de unificação dos setores através da luta política. O Comitê Nacional Pró-Diretas uniu CUT, CONCLAT, ANDES, entidades liberais como: OAB, ABI e partidos políticos de oposição. Alimentou a esperança pela liberdade e pelos direitos civis.

O surgimento desses movimentos resultou em 1986 na criação de duas federações: Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI)\*. Essas federações se articulam da seguinte maneira: a FAMEPI com o CONAM (Conselho Nacional de Associações de Moradores) e a FAMCC com o CMP (Centro de Movimentos Populares). “A FAMCC e FAMEPI institucionalizam-se em todo o Estado e se legitimaram na interlocução com o poder público havendo em alguns casos cooptação<sup>5</sup> de suas lideranças pelos governos” (MEDEIROS, 1996, p.119-120). Supõe-se que essa divisão ocorreu devido a certos fatores, sendo os de maior realce o fato de as lideranças das associações de moradores seguirem orientações político-ideológicas diversas, e, em consequência, a dificuldade de trabalharem essas diferenças.

Neste sentido, Santos et al (2001, p. 52-53) asseveram que,

apesar das duas federações tentarem atingir prioritariamente o mesmo público, de levantarem bandeiras de luta muito semelhantes, de organizarem reivindicações e lutas em torno dos problemas concretos dos bairros populares, de tomarem várias iniciativas de unificação (...) na prática e na concepção se revelam contradições profundas. Um grupo de liderança amadureceu o que chamou de “concepção estratégica de movimento popular”, articulando processos de mobilização de base, combatividade, ações massivas, democracia nas decisões, autonomia frente a Partidos Políticos, Igrejas e Governos. A defesa quase intransigente de tais princípios levou à divisão de tais movimentos e à construção de duas federações ...

Além dos fatores mencionados anteriormente, entram, ainda, nesse jogo, questões tais como amizade, religião, relações familiares, a busca por poder e prestígio, opções éticas e outras, por parte de lideranças tanto de uma como de outra federação. Com essas motivações (políticas, afetivas e éticas), o povo vai se organizando em prol de lutas coletivas, assumindo processos educativos e construindo dialeticamente a sua história; todavia continuam as divergências.

Sob este aspecto, Oliveira e Silva ([s.d.], p.25) reforçam:

A FAMCC tem apostado na organização e mobilização dos movimentos populares apoiando a criação de associações de moradores, investindo no fortalecimento da luta

---

\* FAMCC e FAMEPI –Entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, que visam defender os interesses, diretos e reivindicações dos moradores de bairros e vilas do estado do Piauí , coordenado as entidades a elas filiadas.

<sup>5</sup> Aqueles líderes que deixam de ser organicamente ligados a sua classe de origem. Ver Antônio GRAMSCI. **Os intelectuais orgânicos e a cultura**. 1991.

pela moradia, pela garantia dos direitos básicos de saneamento, saúde e educação para os que moram nas periferias de Teresina e cidades do interior. Tem como estratégia a ocupação de áreas urbanas e a mobilização para, através da pressão política, forçar os órgãos públicos a negociarem com os movimentos assumindo compromisso político de melhoria de qualidade de vida da população, que vive nas ocupações de vilas e bairros...

Enquanto isso, diferentemente:

A FAMEPI sempre teve uma atuação próxima ao governo municipal e estadual. (...) Sua intervenção se concretiza pelo aspecto mediador das reivindicações dos movimentos na negociação com o Governo, evitando o confronto entre sociedade organizada e poder público, exercendo o papel de intermediária entre o movimento e o poder público. (Ibid., p. 25).

Esta citação evidencia contradições existentes entre as duas federações, tanto no campo político como no ideológico. Estas diferenças de concepções levaram as duas federações a definirem o seu campo de ação, suas lutas, suas práticas e a ocuparem diferentes espaços na sociedade civil. A FAMCC se expandiu e chegou a organizar três diretorias regionais, funcionando nas regiões Norte, Centro e Sul. A região Sul, com sede em Picos, foi criada oficialmente em 1988, agregando 78 associações filiadas, distribuídas em vários municípios da microrregião.

As comunidades são sistematicamente acompanhadas e as demandas com o mundo vão sendo articuladas, através de discussões, temáticas para definição de atividades de formação e mobilização de acordo com os planos definidos nas entidades e na própria federação. (FAMCC, 2001).

A FAMCC articula-se também com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, encabeçando-a por todo o Estado. Participa, ainda, de Coletivos de Entidades, parceria em políticas públicas, dos Fóruns da Criança e do Adolescente, do Pró-SUS e, em alguns momentos, do *Fórum de Convivência com o Semi-árido*.

Estas federações, apesar das divergências, cada uma no seu campo de atuação, têm desempenhado um papel fundamental na organização das classes populares, construindo, através de uma educação libertadora, uma consciência cidadã. No caso da FAMCC, a coordenação regional Sul elaborou juntamente com o MEB (Movimento de Educação de Base) o Projeto **Políticas Públicas e Planejamento**: uma proposta educativa,

que visa mobilizar os agentes formadores da região para desenvolverem um processo de formação junto ao movimento comunitário, tendo em vista a capacitação desses agentes para o desenvolvimento de ações e lutas, de modo a permitir a ampliação do exercício da cidadania. Este processo desenvolveu-se de forma sistemática, junto às associações de moradores.

Vale ressaltar que há, também, outros movimentos que atuam no Estado; podendo ser citados entre eles: MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e na Rua), UMP (União das Mulheres Piauienses), MOPS (Movimento Popular da Saúde), Fraternidade Cristã dos Deficientes, Movimento Hip Hop, Coletivo de Entidades Negras e, especificamente, na região de Picos o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

Na regional Sul, com sede em Picos, a FAMCC desempenha o papel da Central dos Movimentos Populares, articulando os vários movimentos citados, embora enfrentando sérios problemas na organização e encaminhamento das demandas coletivas, inclusive por dificuldades de concepções tanto ideológicas quanto políticas. Mesmo assim, ocorreram articulações entre as entidades do movimento popular, sendo as mais frequentes, aquelas vinculadas a um calendário de lutas gerais, a exemplo da comemoração de 1º de MAIO; Grito dos excluídos, no 7 de SETEMBRO; 8 de MARÇO, considerado o dia da mulher etc.

Com a reabertura política, surgem diferentes formas de organizações sociais que resultam da capacidade dos movimentos de explicitar publicamente as suas demandas em prol de melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos. As camadas populares se organizaram e lutaram por sua cidadania. Entretanto, “(...) isso é insuficiente, pois as mobilizações só ocorriam onde havia o mínimo de estrutura organizativa, seja comunitária, política ou eclesial, sobretudo onde se estimulava um sentimento ético ou de indignação frente às injustiças” (SANTOS et al, 2001, p. 37).

No período pós-Constituição de 1988, no Piauí, como no restante do País, houve uma explosão de movimentos sociais que tinham como desafio a sua reestruturação, no sentido de superar modelo de relação societária implantada no Regime Militar, baseado na subordinação e marginalização dos grupos e classes sociais populares.

Para Medeiros (1996, p.101 e 119), essa explosão dos movimentos sociais tem os seguintes aspectos:

... além de sua rápida expansão e considerável amplitude, vale ressaltar dois outros aspectos. Primeiro, a diversidade dos sujeitos sociais que ganhavam identidade própria, afirmando-se como protagonistas na cena social – comunidades eclesiais de base, mulheres, negros, ecologistas etc – e cuja atuação se somava à de antigos protagonistas que agora re-emergiam – assalariados urbanos, trabalhadores rurais, moradores de bairros, estudantes, intelectuais. Segundo, a generalização do sentimento de que se alcançava um novo patamar na consolidação da sociedade civil brasileira que, embora não atingisse todo o conjunto da população e se distribuísse desigualmente pelas diversas regiões do país, representava um ponto de viragem na superação de sua debilidade secular e na ruptura com o padrão tradicional de relação Sociedade-Estado (...). A explosão não foi instantânea. Desde meado da década de 70, sobretudo através da Igreja Católica e pela ação de grupos formais ou informais, de esquerda, todo um trabalho de base começou a se fazer (...). Não se tratava de mobilizar os setores populares, mas de acompanhá-los em sua contribuição como sujeitos capazes de ação (...). No Piauí, esse novo tipo de movimento ganha corpo, a partir da ação de padres italianos na periferia de Teresina.

Nos anos de 1990, no Piauí como em outros Estados brasileiros, deu-se também uma multiplicação das associações civis que têm atuação tanto em nível nacional, como estadual e municipal. Estas associações nasceram como respostas aos processos sociais de subordinação das camadas populares e suas condições de vida. “Em um contexto no qual cada vez maiores parcelas da população se vêem subtraídas de sua condição de sujeitos de direitos,” (OLIVEIRA, 1998, apud VERAS, 2000, p.45). Esta realidade exige das classes populares sua organização para fazer frente às classes dominantes, que admitem abertamente que no novo modelo de sociedade global não há lugar para todos.

Nessa mesma década, o cenário dos movimentos sociais se altera e a conjuntura política exige maior qualificação dessas organizações, tanto na sua capacidade de propor negociações como na de articular participação institucional, em outras palavras construir novos espaços no campo das lutas coletivas. Esta conjuntura levou os movimentos sociais – entre eles, as associações de moradores – a pensarem novas formas de organização da sociedade civil, tendo reduzido as formas de protestos e reivindicações. Neste sentido, as ações coletivas como o Movimento Ética na Política, a Ação da Cidadania Contra a Fome e pela Vida etc. apresentaram-se bem mais como campanhas do que como movimentos sociais, caracterizando-se como ações pontuais.

Ainda na década de 1990, os movimentos sociais assumiram uma nova forma de atuação, desta vez, organizando-se em redes de movimentos: de mulheres, de negros, de homossexuais, de ecologistas, entre outros. Nesse período, o espírito associativista, que predominava nos anos de 1980, sofre alterações, influenciando na participação da sociedade civil na construção do processo de redemocratização do País. Sob este aspecto, algumas lutas tendem a isolar-se do conjunto, a exemplo da prática de associações de moradores de Picos, que, apesar de lutarem pelo atendimento das mesmas necessidades, o fazem de forma individualizada.

Segundo Gohn (2000, p. 318), nos anos 90 do século XX,

a relação da sociedade civil organizada com o Estado é de outra natureza, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar; ou das negociações, assembléias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje, as arenas de negociações estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato.

No Piauí, as mudanças na forma de articulação dos movimentos se concretizaram por meio

... de Fóruns e Comitês (moradia, criança e adolescente, saúde e educação) que tentam reunir os diversos movimentos e entidades ligadas à questão, em torno da implementação de leis (aprovadas anteriormente como fruto de outras lutas) como os Conselhos de Gestão, as Conferências Municipais e Estaduais, o Orçamento Público, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Trata-se de uma série de exigências que dizem respeito a participação nos espaços institucionais. (SANTOS et al, 2001, p. 54).

Tais alterações, para Gertrudes Oliveira, primeira presidente da FAMCC Regional Sul e ex-presidente da Associação de Moradores das Pedrinhas, bairro da zona Leste de Picos, nos anos de 1980, “a prática dos movimentos populares era através do confronto com o poder público”

Ao referir-se à década de 1990, assevera que “hoje é através da negociação”. No entanto, “as ações do poder público têm descaracterizado a atuação das associações, implantando estratégia de cooptação das lideranças e práticas assistencialistas na perspectiva de aliviar as tensões causadas pela falta de políticas públicas.”

Socorro Soares, coordenadora do MEB Picos e também ex-presidente da FAMCC Regional Sul, evidenciando um outro elemento dessa contradição, acrescenta: “a reorganização política do país demanda uma nova ordem na relação entre movimento popular e poder público. Mudaram as formas de enfrentamento nas ruas, praças, acampamentos etc. pela mesa dos gabinetes de negociações.”

Diante desta realidade, criam-se as ONGs (Rede de Organizações Não-Governamentais), especializadas em assessorar os movimentos populares. Há opiniões que evidenciam problemas na prática dessas organizações. Para Maria José Alves do Nascimento (Nega Mazé),\* presidente da FAMCC Regional Sul Picos e membro da associação de moradores do bairro Canto da Várzea, para ela, “as ONGs tentaram avançar o processo histórico, terminaram dirigindo os movimentos e não ajudaram a definir prática,” como se pode ver no depoimento seguinte.

Essa linha de pensamento é ratificada por Mejía (1996, p. 38) quando afirma:

As ONGs, num duplo exercício intelectual e econômico, começam a ocupar o lugar dos movimentos, apoderam-se das suas temáticas e apostam o dinheiro destinado originalmente ao desenvolvimento desses processos. Desta forma, acabaram como uma análise de categorias sem atores, em que os sujeitos da ação foram convertidos em registros estatísticos mais do que em sujeitos com capacidade de reconstrução da relação intelectualidade-educação-movimento. A direção dos movimentos deslocou-se dos atores às assessorias profissionais, (...) a máxima autoridade caía num pequeno grupo de novos eleitos e iluminados.

Assim, de um lado, as ONGs deixaram de desempenhar o papel de assessoria profissional para o qual foram criadas; passaram então a desempenhar papéis centrais das ações coletivas, acarretando com isso acomodação dos atores das organizações populares, entre elas as associações de moradores, considerando-se que a luta já não se faz necessária, por isso não é mais preciso lutar, tendo em vista que os outros deveriam resolver seus problemas. Por outro lado, sabe-se, também, que as ONGs têm atuado no sentido de qualificar os quadros de lideranças desses movimentos como uma forma de resgatar a mobilização anterior, bem como angariar alguns recursos obtidos por meio de projetos, às vezes, financiados por programas governamentais ou pela própria comunidade, proporcionando-lhes maiores condições de trabalho.

---

\* Apelido assumido pela própria Maria José, como elemento de identidade da raça negra, constitutivo das práticas de resistência desta mesma raça.

Tratando-se dos movimentos populares, é preciso compreender, que ainda há muito que se fazer, muito que se aprender e uma longa caminhada a percorrer. Não obstante, no Piauí, os espaços de participação por eles ocupados na sociedade civil, representam conquistas significativas na história das lutas de suas lutas, em benefício das populações mais empobrecidas residentes nas periferias urbanas.

## **2.2 O município de Picos: um pouco de história**

A origem do município deu-se no final do Império e início da República, quando a sociedade brasileira passa por uma época acelerada de mudanças: “...em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data fundou-se o segundo Banco do Brasil. (...) Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estrada de ferro do país”. (HOLANDA, 1973, p. 42 apud RIBEIRO, 1992, p. 60).

Alguns relatos de historiadores registram que o município de Picos, situado nos Baixões Agrícolas piauienses, distante 307 quilômetros da capital do Estado, no seu início, era uma fazenda chamada de Retiro do Curralinho, pertencente à família Borges Leal, integrada ao município de Oeiras. Era um local que atraía grandes criadores de gado e agricultores das províncias do Pernambuco e da Bahia. Destacava-se pela facilidade com que se podia cultivar vários tipos de grãos e por ser detentora de uma fértil várzea, às margens do rio Guaribas, possibilitando o surgimento de pastagens, utilizadas na alimentação de cavalos e do gado. Animais estes pertencentes aos grandes criadores.

Ainda segundo historiadores, a origem do município deu-se na localidade hoje município de Bocaina, onde:

em 1754, Borges Marinho, sertanista, construiu a capela (ainda existente) de Nossa Senhora da Conceição. Este fato, é considerado pelos historiadores o marco inicial da povoação organizada do seu primeiro aglomerado humano, que recebeu o nome de vila, no governo do Conselheiro Saraiva, pela Resolução n° 306, de 11 de setembro de 1851, que elevou o povoado à freguesia. O reconhecimento oficial como vila foi através da Resolução Provisória 397, onze meses e três dias após a Proclamação da República, pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Sendo que a instalação da vila, deu-se somente no dia 20 de dezembro de 1855, desmembrado-se de Oeiras, Bom Jesus do Gurguéia, Parnaguá, Batalha e Piracuruca. Em 20 de dezembro de 1890, passou à categoria de cidade. O termo foi assinado pelo chefe de governo do Estado, João da Cruz e Santos, o Barão de Uruçuí. (FOCO, 2001, p. 3-4).

Desde sua origem o município de Picos revela espaço de contradição com a presença dicotômica de grupos sociais dominantes e dominados constitutivos de uma relação de dominação e subordinação. Por sua vez, as autoridades político-administrativas aprenderam desde os seus primórdios as normas da submissão, quando os prefeitos, deputados e governadores eram indicados pelo presidente da República. O regime de nomeação só veio a cair em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Fazendo fronteira com o Estado do Ceará e Pernambuco, através do município de Pio IX, Marcolândia, Simões e Paulistana. Picos tornou-se corredor entre as regiões Norte e Sudeste do Brasil, de forma que, às margens das rodovias empoeiradas e mal cuidadas, o sertanejo assiste à passagem dos inúmeros caminhões que levam em sua carroceria, o alimento, a madeira, as frutas, o petróleo, a riqueza que abastece os recantos industrializados do país. (Pesquisa sobre a História da FAMCC na região Centro Sul do Piauí. 1999, p. 4).

Neste sentido, Duarte enfatiza (2001, p. 7) que:

Na primeira metade do século XIX, quando a economia piauiense dependia predominantemente da pecuária extensiva, era intenso os movimentos dos tangerinos\* e das boiadas por eles guiadas. Para os tropeiros\*\* que cruzavam a porção centro-leste do território piauiense, a localidade, que aos poucos ia se adensando, era ideal como local de repouso e de recuperação de energias, deles e dos rebanhos. As águas límpidas e abundantes do rio Guaribas e as pastagens naturais das várzeas adjacentes atendiam as necessidades da pecuária itinerante...

Nesta época, Picos tornou-se reconhecida como a principal feira de gado do Piauí e ponto de atração para aqueles que se dedicavam às atividades agrícolas. Estes encontravam aqui um bom mercado para vender seus produtos. Com isso, a pecuária teve uma forte influência no processo de ocupação territorial dessa região.

Geograficamente, a cidade de Picos, cujo nome vem de suas cercanias por diversos morros e das mais diversas altitudes,

está situada sobre a bacia sedimentar do Parnaíba, grande estrutura geológica que abrange quase todo o Piauí e boa parte do Maranhão. A área total do município é de 8.159.785 quilômetros quadrados. (...) O clima é megatérmico, muito quente e semi-árido, a temperatura média é de 26 graus, com precipitação pluviométrica média por

---

\* Tangedores de bois.

\*\* Como eram chamados os negociantes de animais provenientes do Pernambuco e da Bahia. Da “casa torre de engenho” de Salvador em caravana dirigia-se rumo a Picos.

ano de 600 mm. A vegetação característica da região é a caatinga arbustiva com manchas de cerrado. A altitude da região é de 230 metros. (FOCO, 2001, p. 6).

Em Picos, é visivelmente notável a urbanização desordenada da cidade, as encostas dos morros ocupados sem critérios de urbanização, a invasão do leito do rio Guaribas em alguns trechos por construções, transformado em depósito de lixo e de esgoto, de onde não se pode aproveitar mais nada. Este rio já foi uma grande fonte de renda para as populações ribeirinhas. Hoje, são raros os lugares em que a água é limpa e boa para ser utilizada no plantio. O que poderia ser um cartão postal da cidade, representa uma degradação ao meio ambiente.

Outro ponto a ser destacado é que a cidade de Picos polariza todas as cidades da microrregião, este é um ponto contraditório porque, se por um lado, contribui para dinamizar a economia do município, por outro lado, representa uma grande pressão sobre a infra-estrutura econômica e social da cidade, provocando congestionamento e saturação permanente.

Neste sentido, Duarte assevera (1991, p.190) que:

... o dia-a-dia de Picos, hoje, aparenta mais intenso e mais frenético do que em qualquer outra cidade de igual porte. Para um estudioso desse fenômeno certamente não escapará a observação da inusitada movimentação de pessoas e de veículo de todos os tipos, mal o dia amanhece, nas várias rodovias de acesso à cidade. A partir de então, uma população flutuante em quantidade expressiva passa a agregar-se ao contingente de pessoas domiciliadas no perímetro urbano. No final do dia o fluxo toma o sentido contrário, ou seja, da cidade para os lugarejos e cidades menores da circunvizinhança, o que não significa desconsiderar que, também ao anoitecer, ocorre outro fluxo de menor intensidade formado por pessoas que trabalham nas cidades polarizadas por Picos, e que nesta têm domicílio. O que importa, de qualquer modo, é que, se já não bastasse a exigüidade da área em que a cidade está localizada, os equipamentos urbanos de Picos têm que atender a uma população superior à que ali vive, o que necessariamente resulta em sobrecarga e má qualidade de muitos desses serviços...

O crescimento demográfico de Picos, desde a década de 1970, tornou-se significativamente visível, quando a expansão imobiliária ganhou os morros e as encostas, bem como as margens do rio Guaribas. Na década de 1980, o crescimento passa a ser vertical, começam a surgir no panorama da cidade os prédios com até três andares. Esse crescimento se expandiu, na década de 1990. Um outro acontecimento marcante, na década

de 1970, para o desenvolvimento da cidade de Picos, foi a instalação do 3º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), que, durante mais de 30 anos, vem realizando várias obras, principalmente de infra-estrutura e desenvolvimento sustentável como: o BR 407, que liga o município de Picos/PI a Petrolina/PE, o Aeroporto da cidade, concluído em 1981, entre outras. Nos anos de 1980 e 1990, destaca-se no setor educacional a criação de dois campi universitários: o Campi da Universidade Federal do Piauí de Picos, e o Campus Professor Jonathas Nunes, pertencente à Universidade Estadual do Piauí. A criação desses campi tem trazido uma grande contribuição para o desenvolvimento cultural da cidade.

No tocante à questão do espaço urbano em Picos, a FAMCC tem atuado bastante, com projetos de iniciativa popular, que criam o fundo de moradia para atender às populações mais carentes, reivindicando políticas públicas voltadas para as questões de infra-estrutura dos bairros, tais como: calçamento, asfaltamento, abertura de ruas, arborização e remoção de moradores de área de risco. Neste campo de atuação, a entidade conseguiu algumas conquistas que serão abordadas mais adiante.

De acordo com o Censo de 2000, divulgado pelo IBGE, “o município de Picos conta com 68.932 habitantes,\* sendo 52.514 residentes na zona urbana, com densidade demográfica de 84.48 habitantes por quilômetro quadrado”. No aspecto político, Picos se destaca como o segundo colégio eleitoral do Piauí, com sua microrregião de 47 cidades. No aspecto econômico, destaca-se como o maior arrecadador de impostos, ficando abaixo apenas de Teresina, a capital do Estado, o que demonstra, mais uma vez, sua importância político-econômica.

Essa peculiaridade econômica justifica o fluxo migratório de empresários e profissionais liberais de várias partes do Nordeste, que aqui têm se estabelecido, nos ramos do comércio, implantando serviços qualificados e, em menor intensidade, no ramo da indústria. Todas essas características, próprias da lógica capitalistas provocaram impulso em vários setores sociais, nos jovens e marginalizados das classes populares.

---

\* Desde a última divisão administrativa até nossos dias, vários distritos foram desmembrados do município de Picos e vindo a constituírem-se em outros municípios da microrregião, reduzindo desta forma a sua população.

Recuando aos anos de 1960, pode-se observar que a juventude picoense começou a se organizar em grupos, norteados por uma consciência humanitária e um despertar da fé cristã.

Alguns grupos de jovens, como o Clube de Brotos e o M I C originário do T L C (Treinamento de Líderes Cristãos), eram formados pela Igreja e as escolas com o objetivo de orientar e ensinar códigos morais à juventude que vivia um momento de rebeldia regada a muito pop, rok, balada e Jovem Guarda. Foi criado também no dia 1º abril de 1967, por iniciativa de uma freira Irmã Maria do Sudário outro grupo o MJC (Movimento Juvenil Cristão). O padre Alfredo Schaffler foi o principal incentivador da formação dos grupos de jovens em Picos. Estes grupos participavam de entrosamento e treinamento com outros grupos em Quixadá,(CE), Imperatriz (MA), Recife (PE), Currais Novos (RN), Teresina (PI), além de outras cidades de porte médio no Estado. Esses grupos realizavam também trabalhos comunitários, como visitas às famílias, catequese e festivais denominados “Semanas da Amizade,” para algumas pessoas, os encontros promovidos por eles eram uma espécie de resistência pacífica à Ditadura Militar, na época dominante no País. (FOCO, 2001, p. 39).

Contudo, vale destacar que as “Semanas da Amizade,” além dos trabalhos comunitários, realizavam também atos litúrgicos, celebrações e movimentação dos jovens pelas ruas, músicas, exibição teatral etc. Estas eram formas encontradas por aqueles grupos de jovens, para exprimir o pensamento coletivo e individual.

Enfim, pode-se considerar que a organização desses grupos muito contribuiu para o despertar tanto nos jovens, como nas populações mais carentes de uma conscientização, que levou estes segmentos da sociedade a se organizarem em entidades representativas, entre elas, as associações, objeto de estudo dessa pesquisa.

### **2.3 As associações de moradores em Picos**

Conforme foi destacado no item anterior, com a fase de aceleração do crescimento urbano, de um lado, e a aceleração do processo de modernização de outro, sobretudo no campo da habitação, no município de Picos, os movimentos caracterizados de sociais emergem basicamente na década de 1980 e início dos anos 1990. Com a abertura política, os movimentos cresceram juntamente com a reorganização da sociedade picoense, impulsionando as camadas populares em torno de lutas específicas, sobretudo no campo da habitação.

Neste período não havia lutas isoladas, todos lutavam juntos por um bem comum. A participação da comunidade nas manifestações era intensa. Todos parecia estarem estimulados com a busca dos seus direitos. O movimento encontrava-se articulado, havia um elo entre as lideranças e a base, bem como entre os diversos movimentos. (...) Este período caracterizou-se principalmente pela organização das primeiras associações de bairros que reivindicavam por melhores condições para as comunidades, criam-se também várias cooperativas e sindicatos. (...) A população parecia estar perdendo o medo de lutar, de lutar por seus objetivos, favorecendo o surgimento e inclusões de novas comunidades fossem elas de bairros, étnicas e outras. (BONFIM, [s.d.]. p. 22).

Em 1984, incentivadas pelos ventos da democracia, as classes populares e os trabalhadores começam a organizar-se em concentrações populares; muitas delas protagonizadas pelos jovens ligados aos movimentos estudantis e à pastoral da juventude da Igreja Católica. O bispo da Diocese de Picos, Dom Augusto Alves da Rocha, sempre estava junto com a comunidade, lutando pelas questões sociais e incentivando a participação desta nos movimentos.

... Esta presença irá ter como consequência por um lado, a possibilidade de dar fundamentação teórica a estas novas lideranças e, por outro, ajudava a formar o próprio movimento social do município e a medida que se agregavam as associações e sindicatos percebiam que deveriam envolver toda a comunidade, independente de raça, cor, sexo ou crença ... (Ibid., p.22).

Este contexto criou, ainda, espaço para a fundação de entidades que viriam a fortalecer os movimentos sociais, em especial o MEB e a FAMCC, fundados por membros da Igreja Católica. Tais entidades, juntamente com os movimentos estudantis e a pastoral da juventude, empunhavam a Campanha das “Diretas Já”. Ressalte-se que, em 1984, a cidade de Picos chegou a ser capa da Folha de São Paulo, de 8 de abril de 1984, através de foto, exibindo uma pichação de muro com os seguintes dizeres: “Eu quero votar para presidente já”. O muro pichado em Picos, interior do Piauí, demonstrava que o Nordeste já não era mais apenas um dos currais eleitorais nem das caridosas cestas de alimentos (FAMCC, [s.d.]).

No início de 1985, um grupo de pessoas da cidade de Picos, preocupadas com a realidade da comunidade, começa a visitar as localidades, estimulando as pessoas a se organizarem. Desse movimento, surge em 10/06/1985, no bairro São José, uma experiência piloto: a fundação de um Conselho Comunitário que foi transformado em 06/10/1985, na

primeira associação de moradores A segunda associação foi a do bairro Passagem das Pedras, fundada em 13/10/1985. A terceira, a do bairro Boa Vista, fundada em 17/11/1985. Para alguns sujeitos da pesquisa, a primeira associação de moradores fundada em Picos foi a da Passagem das Pedras, para outros, foi a do bairro São José. Através do mapeamento das atas, constatou-se que a primeira associação foi a do bairro São José. Após sete dias, foi fundada a do bairro Passagem das Pedras, de acordo com as datas supracitadas. A associação de moradores do bairro Junco só foi fundada mais tarde em 03/09/1989.

A Associação de Moradores do bairro São José, a primeira fundada em Picos, teve como primeiro presidente Antônio Francisco Gonçalves, eleito para o mandato de 1986/1987. Reeleito para o segundo mandato de 1988/1989. Permaneceu na direção da associação como vice-presidente no mandato de 1990/1991. Voltou a assumir a presidência no mandato de 1992/1993, foi reeleito para o sexto mandato de 1994/1995. De 1996/1997, voltou a ocupar o cargo de vice-presidente no mandato de 1998/1999. Mantendo-se afastado da direção da associação no mandato de 2000/2002. Conforme se pronunciou em entrevista concedida à pesquisadora deste estudo, informou acerca de suas pretensões de voltar à presidência da associação, concorrendo novamente à eleição para o mandato de 2003/2004.

Vê-se que um mesmo ator figurando em várias gestões da associação de moradores revela uma permanência conservadora e continuísta, certamente um complicador na história dessa agremiação.

No que diz respeito às lutas específicas dessa associação, o senhor Antônio Francisco Gonçalves considera como a mais significativa, junto ao poder público municipal, a transferência dos moradores da Vila da Grota (área de risco) para a Morada do Sol, com a construção de 22 casas e a doação de 478 terrenos (Depoimento em 17/12/2001).

A Associação de Moradores da Passagem das Pedras, a segunda de Picos, através da pessoa de Júlia Damasceno (depoimento em 22/12/2001), militante fundadora da associação, informou que esta teve como primeiro presidente Raimundo Pinto, que, nos primeiros anos, foi muito atuante, servindo de modelo para outras comunidades. Construiu e equipou uma sede própria. Através de reivindicação junto ao poder público, conseguiu melhorias para o bairro, tais como: calçamento de ruas, melhoramento da praça,

assistência médica para a população, lazer com atividades festivas, envolvendo a comunidade em datas comemorativas, como natal, dia das mães, da criança e festas juninas. Mas, a citada militante considera que a maior conquista da associação foi a construção da ponte sobre o rio Guaribas, que dá acesso ao bairro Passagem das Pedras, Boa Vista e comunidades da zona rural.

De acordo com depoimentos informais daquela militante, até o início da década de 1990, esta associação desenvolveu um trabalho mais assistencialista, tendo como principal articulador Eulálio Rodrigues Damasceno, um dos seus fundadores e membro da direção que exercia na associação e na comunidade uma grande influência. Em razão de sua ausência, provocada por uma morte prematura, novas lideranças deram um outro direcionamento à associação, voltando-se mais para a formação política dos militantes, sem deixar de dar continuidade às reivindicações junto ao poder público municipal e à luta pela construção da ponte sobre o rio Guaribas. Essa mudança, por não ter sido lenta nem acompanhada por um trabalho de conscientização dos moradores do bairro, conseqüentemente, não resultou o efeito que se fazia necessário. Daí, argumentam que a falta de continuidade daquela linha de trabalho assistencial, que era o desejo deles, levou a associação ao declínio. Para os mesmos depoentes, hoje, a associação encontra-se totalmente desarticulada e não mais consegue mobilizar a comunidade. O povo está desanimado, desmotivado, sem condições de organizar sequer uma nova diretoria.

Com referência à representação de militantes das associações de moradores de Picos, em nível estadual, esta se dá desde a criação da FAMCC, em 1986, em Teresina. No Congresso de Fundação desta entidade, participaram alguns delegados de Picos, sendo eleita ao cargo de vice-presidente Maria José Alves do Nascimento (Nega Mazé), militante da associação de moradores do bairro Canto da Várzea. Neste mesmo ano, aconteceu o primeiro encontro de associações de moradores no povoado de Abóboras, município de Picos, quando foram discutidas questões jurídicas das associações e a periodicidade dos encontros, como também a articulação de um núcleo da FAMCC em Picos.

Em abril de 1988, aconteceu na cidade de Picos o I Congresso da FAMCC, Regional Sul, quando a instância foi criada oficialmente. Estiveram presentes no referido encontro 11 (onze) associações de moradores e 01 (um) Conselho Comunitário. Neste evento, foi atribuído à FAMCC o papel de criar e articular as associações da região, e

eleger a primeira presidente, Gertrudes Maria de Oliveira. Em 1991, no II Congresso, foi eleita a presidente Josefa Francisca de Lima. No III Congresso, em 1993, a presidência ficou com Maria do Socorro Soares. No IV Congresso, em 1995, foi eleita para o cargo de presidente Maria dos Remédios Fontes. Para a quinta gestão, 1997/98, foi eleito presidente Paulo João da Silva, que se reelegeu para a gestão 1999/2000. No VII Congresso, em outubro de 2001, foi eleita para presidente Maria José Alves do Nascimento (Texto FAMCC [s.d.], Jornal Total, Picos, 02 a 08/11/2001, p. 12).

Percebe-se, neste quadro, que as mulheres têm tido uma predominância na presidência da FAMCC – Regional Sul. Contraditoriamente, nas associações pesquisadas, o cargo de presidente tem sido ocupado em grandes proporções pelos homens, inferindo-se com isso, que nos menores espaços parece que a influência do machismo tende a ser mais forte.

Oliveira, Moura e Soares (1999) argumentam as contradições da reeleição no caso da FAMCC e das associações de moradores.

No caso da FAMCC a reeleição são necessárias e difíceis, (Sic) haja vista que há carência de novos dirigentes, ou seja de novos quadros. No caso das associações de moradores, há carência de descentralização, pois se torna viciado ao ponto de uma mesma pessoa dirigir, durante cinco anos, gestões consecutivas na função de presidente, em casos de associações que tem mandato de quatro anos, e reelege o presidente, esse mandato se prolonga por mais tempo. Essa experiência vicia os que presidem as associações e acomoda os demais. Com o mandato legitimado os dirigentes se sentem donos, não consideram os desejos da base e exibem um personalismo, visto a olho nu.

Neste sentido, atores da pesquisa argumentam que as associações de moradores na década de 1990 não centraram suas ações em práticas educativas voltadas para a formação de novos quadros. Isto é reforçado pelos depoimentos que se seguem:

nos anos 1990, as associações de moradores deixaram de buscar ações para a melhoria da comunidade, esqueceram a formação política de seus membros e passaram a visualizar apenas a promoção de alguns, se limitou apenas a desenvolver ações em prol de um pequeno grupo, é a marca muito forte do clientelismo. A formação das lideranças está aquém das exigências de formação, resume apenas em reuniões informais para tratar de assuntos sem muito interesse da comunidade. (Maria Irene Luz, segunda Tesoureira da Associação de Moradores do bairro São José).

Na década de 1990, percebeu-se uma falta de autonomia das associações, de formação política da base, falta de perspectiva (clareza de projeto de sociedade a construir); as novas relações estabelecidas com o poder público neutralizou, quando não inibiu as ações das associações de moradores. (Socorro Soares coordenadora do MEB – Picos e ex-presidente da FAMCC Regional Sul).

Embora enfrentando muitas dificuldades e contradições, sem muita perspectiva e propostas, o movimento popular de bairro foi avançando na articulação e mobilização das associações de moradores e, conseqüentemente, consolidando-se legal e legítimo. Hoje, 2002, Picos conta com 22 associações de moradores, localizadas nos diversos bairros da cidade, concentrando-se o maior número na zona Leste. As associações de moradores localizadas na zona Leste estão articulando uma luta em prol da sua emancipação, por considerar que esta região vem sendo abandonada por parte do poder público, apesar de ser uma das áreas em que se concentra um dos maiores índices populacionais da cidade de Picos.

#### **2.4 Estrutura organizacional**

Com relação à estrutura burocrática das associações de moradores pesquisadas, constatou-se, no mapeamento, que estas são regidas por estatutos, as diretorias são eleitas por dois anos, as reuniões e assembleias são registradas em atas, planejadas para acontecerem mensalmente e em caráter extraordinário. Vale salientar, que nem todas as associações concretizam esses encontros, mensalmente, pois, apesar de planejarem, eles não acontecem. Algumas reuniões envolvem somente a diretoria, outras contam com a participação dos sócios e convidados; as assembleias são abertas a todas as pessoas que delas queiram participar e as formas de reivindicações geralmente são documentais, como: ofícios, requerimentos e abaixo-assinado, sendo a maioria dessas reivindicações encaminhadas ao poder público.

Quanto à composição da diretoria, é quase sempre a mesma, constituída por um presidente, um vice-presidente, secretários, tesoureiros e outras secretarias ou diretorias, entre elas: educação, saúde, esporte, patrimônio, social e um conselho fiscal. Dependendo

da realidade de cada bairro, criam-se outras seções denominadas por eles diretorias: de Transporte, Habitação, Comunicação, Imprensa entre outras.

O quadro 1, a seguir, mostra quantas diretorias e conselhos fiscais foram constituídos em três associações pesquisadas, nas décadas de 1980 e 1990, e a quantidade de cargos ocupados por homens e mulheres.

### QUADRO 1

#### Constituição das Diretorias e Conselhos Fiscais das Associações de Moradores Pesquisadas nas décadas de 1980 e 1990

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	SÃO JOSÉ		BOA VISTA		JUNCO		TOTAL DIRETORIAS E CONSELHOS FISCAIS		TOTAL GERAL DIRETORIAS E CONSELHOS FISCAIS
	80	90	80	90	80	90	80	90	
Décadas	80	90	80	90	80	90	80	90	
Diretorias	3	5	4	6	1	6	8	17	25
Homens	14	28	21	45	7	30	42	103	145
Mulheres	6	13	7	8	7	21	20	42	62
Conselhos Fiscais	3	3	1	5	1	5	5	13	18
Homens	7	25	5	13	0	14	12	52	64
Mulheres	8	2	1	11	3	14	12	27	39

Fonte: Atas das Assembléias.

Alguns aspectos da relação de gênero são evidenciados nas associações de moradores, conforme mostram os números do quadro 1. Na década de 1980, das 8 diretorias e dos 5 conselhos fiscais, 54 dos cargos foram ocupados por homens e 32 por mulheres.

Ao examinarem-se as atas, verificou-se que, nas associações pesquisadas, só uma mulher, Djacira Maria de Oliveira, ocupou, por duas vezes, nos anos de 1980, o cargo de presidente da associação de moradores do bairro Boa Vista. Segundo depoimentos dos moradores do referido bairro, Djacira foi uma das principais articuladoras do movimento,

assumiu o cargo de presidente por ter grande capacidade de articulação, coragem e determinação. Chegou a ser presa, a mando do prefeito de Picos, em uma manifestação popular, em prol do transporte coletivo em frente à Prefeitura Municipal. Afastou-se da presidência da associação em 1989 e juntou-se a militantes do MST. No Estado da Bahia, assumiu o cargo de coordenadora de um núcleo do referido movimento, onde milita até hoje. Nesta mesma década, o cargo de vice-presidente foi ocupado duas vezes por mulheres e seis vezes por homens.

Observou-se que, na década de 1990, não houve alteração, e a realidade permaneceu a mesma. Das 17 diretorias constituídas, os homens ocuparam 103 cargos e as mulheres 42. Dos 13 conselhos fiscais, 52 dos cargos ficaram com os homens e 27 com as mulheres. Nesta década, nenhuma mulher chegou à presidência e apenas 3 chegaram à vice-presidência. Observa-se, ainda, que a atuação maior das mulheres nas diretorias das associações está mais concentrada nos cargos de secretarias, da própria associação (de Saúde, de Educação e Social); e, nos demais cargos, como de tesoureiro, diretor de esporte, de patrimônio de transporte, predomina a figura masculina. Verifica-se que a divisão sexual do trabalho, historicamente, discriminadora da mulher está presente também nos movimentos sociais populares, reforçando o privilegiamento de uma cultura machista.

Neste sentido, argumenta Gohn (2000, p.293-294) que:

... a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbano como rurais, é um tema ainda pouco estudado. Certos aspectos da cultura popular – que estabelece “lugares e atribuições” para homens e mulheres – sempre estiveram presentes no interior dos movimentos populares (...) Entre as lideranças o número de homens é proporcionalmente maior que o de mulheres, e esta relação se inverte quando olhamos sua participação no conjunto do movimento.

É possível citar-se, como exemplo, a grande participação de mulheres, nos movimentos de bairros de periferia e nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Nota-se, também, que os homens ocupam os cargos de maior poder de decisão enquanto as mulheres ocupam os cargos mais próximos das tarefas que a sociedade tradicional lhes destinou: cuidar da Educação, da saúde e da socialização dos filhos. A participação das mulheres nesses espaços está relacionada, em parte, a um fator cultural da

sociedade brasileira, pelo fato de estarem próximas da família. Esses indicativos mostram que a ascensão da mulher não vem ocorrendo coletivamente, mas de forma individualizada, confirmando, assim, que a desigualdade de gênero continua presente na sociedade pós-moderna, conforme alguns analistas.

A relação de gênero, nesta análise, é vista bem mais como uma questão historicamente cultural do que de subordinação de dominação de classe. As próprias mulheres, nas associações de moradores, às vezes se negam a assumir o cargo de presidente. Dessa forma, constata-se uma contradição entre as realidades – FAMCC e associações de moradores. Conforme foi abordado anteriormente, o cargo de presidente na composição das diretorias da FAMCC, Regional Sul, tem sido ocupado por mulheres, exceto em duas gestões. Contudo, nas associações de moradores são ocupados por homens.

Tal fato confirma a assertiva seguinte:

nas análises e balanços da década de 90 e nas formulações de novas estratégias e perspectivas para a mulher persistem as constatações de que, ao lado de grandes mudanças, mantiveram-se as desigualdades. E mais ainda, às desigualdades de gênero soma-se desigualdades sócio-econômicas, raciais, e éticas. (...) A pauperização social aumenta, com duplas conseqüências sobre a situação da mulher: as condições de acesso ao trabalho permanecem desiguais e aumenta o índice de mulheres pobres chefes de família... (Encontro Nacional Mulher e Trabalho, Salvador, 17 a 19 de março de 1995, p. 4).

Embora lenta e incipiente, no Brasil, de um modo geral, tem-se acompanhado uma tendência de modificação no perfil e na posição das mulheres, nos âmbitos econômico, social e na redução de discriminação mais clássica e explícita entre homens e mulheres. No entanto, para Araújo (1995, p. 40),

esta tendência por si não conduz a perspectivas muito animadoras de inversão, a curto prazo ou médio prazo, do quadro dramático que se apresenta. Embora tenha havido uma grande mudança no perfil e no acesso ao trabalho, está tendência não parecer estar conduzindo a uma inversão da posição e dos recursos a que as mulheres têm acesso. (...) Trabalho igual continua não significando salário igual, assim como direitos iguais não significam acesso iguais.

A supramencionada citação apresenta o que já foi constatado anteriormente; ou seja, nas associações de moradores, os cargos que denotam maior prestígio e maior poder de decisão estão concentrados na figura masculina, confirmando, mais uma vez, a

afirmativa de Araújo (1995) ao evidenciar que a discriminação de gênero está também presente nas organizações populares.

Além da constatação referente a gênero, outro fato significativo se evidencia nas associações de moradores em Picos. As diretorias destas entidades são compostas em grandes proporções pelas mesmas pessoas que, sucessivamente, se reelegem ou são eleitas para diferentes cargos. Um exemplo típico da prática da reeleição nestas entidades é o caso da associação do bairro São José, que, como foi visto anteriormente, desde a sua fundação, em 1986, até 2000, apenas três pessoas chegaram a ocupar o cargo de presidente.\*

Apesar da ocupação dos cargos nas associações de moradores ocorrer por um processo democrático que é a eleição, a cultura do poder dominante da sociedade capitalista, norteia todo o processo formativo, administrativo e político dessas organizações. Embora sejam colocados em votação os planos de ações, em determinadas associações não existe discussão em torno desses planos. São aceitos por unanimidade, sem que haja nenhum questionamento em torno dos seus objetivos. Isto denota características acomodativas que levam as pessoas a pensarem não ser mais necessário lutar por nada, e com isso, fragiliza o poder de mobilização. As atividades de massa, a disponibilidade dos dirigentes e as lutas passaram a girar em torno de necessidades imediatas, sem conseguir avançar em direção a interesses mais gerais.

... Desta forma, a representação dos seus dirigidos começou a ser muito fragmentada, o que provocou, em muitos casos, a pouca duração de alguns no tempo porque, embora conseguissem alcançar seus objetivos, era-lhes muito difícil deslocar-se para assumir outros processos... (MEJÍA, 1996, p. 41).

Essas contradições existentes nas práticas das associações de moradores durante a década de 1990 parecem ter sido um forte complicador que desmotivou muita gente. Além disso, o atrelamento das entidades ao poder público passou a confundir os papéis. Ou seja, os espaços de participação, antes ocupados pelos dirigentes e militantes, passaram em parte, a serem ocupados por representantes do poder público com práticas clientelistas, aumentando, assim, o populismo das administrações e, automaticamente, a

---

\* Das associações pesquisadas, a reeleição para o cargo de presidente ocorreu com mais intensidade na associação do bairro São José; foi menos intensa no bairro Boa Vista e não ocorreu na associação do bairro Junco. Com relação aos demais cargos da diretoria a reeleição e a troca de cargos ocorreram com a mesma intensidade.

passividade dos dirigentes e daqueles que, de um modo geral, participam dos movimentos populares. Não obstante, há dirigentes que não concordam com tal situação e denunciam:

Temos de parar de misturar as coisas, o poder deve servir a comunidade por obrigação e não por conveniência. Temos que ver desta forma. (Paulo Silva vice-presidente da associação de moradores do bairro Boa Vista)

## **2.5 Participação dos sujeitos da pesquisa nas assembleias e reuniões**

Analisando as atas e os livros de frequência, foi possível verificar o número de participantes nas assembleias e reuniões, das associações pesquisadas, nas décadas de 1980, de 1990 e nos anos 2000 e 2001. Pela Tabela 1, pode-se visualizar melhor estes números que indicam o nível de participação dos associados nos diferentes períodos.

**Tabela 1**

**Número de Participantes nas Assembléias e Reuniões**  
**Associações de Moradores: São José, Boa Vista e Junco. Segunda Metade da década de 1980, década de 1990 e anos 2000 e 2001**

DÉCADA de 80				DÉCADA de 90			2000 e 2001		
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL
São José	6	139	23,16 %	1	27	27 %	8	142	17,75 %
Boa Vista	19	529	27,84 %	117	2.447	20,91 %	22	638	29 %
Junco	-	-	-	-	-	-	15	160	10,66 %
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>668</b>	<b>26,72 %</b>	<b>118</b>	<b>2.474</b>	<b>20,96 %</b>	<b>45</b>	<b>940</b>	<b>20,88 %</b>

**Fonte:** Atas e livros de freqüência.\*

\* Os números da tabela são parciais, a pesquisadora não teve acesso aos livros de freqüência das associações dos bairros São José e Junco, os atuais presidentes e outros membros consultados sobre o paradeiro dos mesmos não sabem com quem nem onde se encontram. Desta forma, foram consideradas as assinaturas que constam nas atas e parte delas são assinadas apenas pelo presidente, vice-presidente e secretário.

A tabela mostra que a participação dos membros das associações de moradores nas assembleias e reuniões na segunda metade dos anos de 1980 atingiu uma média de 26,72 %. Nos anos 1990, a média foi de 20,96 %, registrando uma queda de 1,27 %, na média entre as duas décadas. Nos anos 2000 e 2001, a média de participação foi de 20,88 %, registrando uma pequena queda em relação aos anos 1990. Os índices de queda na participação dos associados, embora pequenos, evidenciam indicativos de crise como refluxo nestas entidades. Sendo várias as causas atribuídas pelos sujeitos da pesquisa quanto ao afastamento dos sócios das associações, dentre elas:

- ⇒ Não entendimento entre os associados, ou seja, as divergências de pensamento (questões ideológicas) dividiram as associações em vários grupos, gerando descrédito na comunidade, esvaziamento das forças representativas e, muitas vezes, desarticulação da entidade;
- ⇒ O atrelamento político-partidário dificultou o andamento dos trabalhos das associações levando a uma inversão dos objetivos, que já não eram mais para servir à comunidade, mas servir-se das associações como uso político;
- ⇒ Faltou interação entre as associações e a comunidade, e, assim, os dirigentes não se organizaram para enfrentar a crise;
- ⇒ A interferência político-partidária prejudicou o poder de força das associações e desmotivou alguns dos seus membros;
- ⇒ As pessoas estão desacreditadas, sem motivação e pensando em salvar sua própria pele.

A política neoliberal tem contribuído para desarticular o movimento; com o arrocho salarial, provocou o individualismo em detrimento do coletivo.

No tocante à presença de políticos e de representantes do poder público nas assembleias e reuniões das associações de moradores, em Picos, encontra-se a participação dos mesmos registrada com bastante freqüência nas atas. Sujeitos da pesquisa consideram essa aproximação conflituosa porque, se por um lado, traz alguns benefícios para a comunidade através de práticas assistencialistas do Estado, por outro lado, gera tensões

entre dirigentes e base, enfraquece o movimento, as lutas coletivas, afastando os sócios, como afirma em depoimento Raimundo Paulino da Silva:

Os problemas enfrentados pelas associações de moradores, nos anos 1990, são vários e inumeráveis, mas não com tanta visibilidade como o problema da relação político-partidária com dirigentes de tais movimentos. (Dirigente da associação de moradores do bairro São José).

Essa relação, político-partidária a qual se refere Paulinho, vem acompanhada de um forte clientelismo de corte assistencialista e conservador, não cria expectativas de direitos coletivos e nem induz à mobilização mais agressiva frente ao poder, reforçando assim a dominação e aprofundando as desigualdades sociais.

Sobre as questões relacionadas à interferência político-partidária nas associações de moradores, Bonfim (2000, p. 24) argumenta que

a política implantada por Fernando Henrique Cardoso e pela atual administração do município de Picos tem igualmente dificultado a articulação do movimento, pois, de acordo com os entrevistados, o prefeito\* não respeita as associações de moradores, menos ainda suas lideranças, e as associações que o prefeito recebe são aquelas que partilham de suas posições políticas. A cooptação de lideranças tem sido uma das principais causas da desarticulação dos movimentos, pois estas que deveriam articular a sociedade, acabaram ficando quietas, desanimando pessoas que ainda estão no processo de aprendizagem ou que ainda se encontram descobrindo a realidade. Dessa forma a cooptação passa a substituir o confronto, o reforço da atitude clientelista provoca divisão no seio do movimento e o populismo se encarrega de retirar da agenda, questões nervosas, delicadas e que tenham potencial de criação de embates diretos entre poder municipal e sociedade civil organizada.

Ainda neste sentido, acrescenta Francisco Dourado, vice-presidente da FAMCC – Regional Norte Parnaíba em entrevista ao (Jornal Total em 02/08/2001, p. 12)

considero lastimável a qualidade de vida em Picos, no que se refere ao meio-ambiente, moradia e transporte coletivo. Lamenta a cooptação de lideranças pelo poder público e a tímida participação da comunidade em conselhos de controle e fiscalização de recursos, especialmente os escolares e o do FUNDEF, (Fundo Nacional do Desenvolvimento do Ensino Fundamental), dada a quantidade de escândalos provocados pelo desvio de recursos. Nesse sentido, insistir em capacitação de

---

\* Os entrevistados se referem ao prefeito José Neri de Sousa.

conselheiros e manter-se em sintonia como Ministério Público devem ser as ações pelas quais devemos primar.

Um aspecto constatado nesta pesquisa foi que a relação político-partidária dos dirigentes das associações de moradores com representantes dos poderes constituídos, sobretudo executivo e legislativo, se faz mais presente nas associações, que têm em sua direção políticos, entre eles vereadores, cabos eleitorais e representantes do poder público na comunidade. Em outras associações, a relação é mais de cobrança do cumprimento da lei, da execução das políticas públicas.

No que diz respeito ao afastamento dos sócios das associações de moradores, os atores da pesquisa, tanto os dirigentes como a base, revelam preocupações e, por isso, em algumas associações, entre elas, a do bairro Boa Vista, traçam planos estratégicos para trazê-los de volta. Para isto, utilizaram: visitas familiares, procurando mostrar a importância de uma associação de moradores na comunidade, bem como convites aos moradores do bairro, para participarem das atividades promovidas pela entidade. Tais atores revelaram entender que a força, o poder de reivindicação, de articulação e de luta da associação está na participação dos sócios e da comunidade, tornando a questão da participação tema de discussões e debates nas referidas entidades.

Dirigentes, base e assessores têm atribuído às causas básicas da redução do nível de participação dos sócios nas assembleias e reuniões das associações de moradores, em Picos, fatores tanto de ordem externa quanto interna ao movimento, sendo os de ordem externa: a crise econômica do País, o desemprego e as políticas neoliberais, enquanto que os fatores de ordem interna são expressos sob a forma de divergências entre dirigentes e base. Para os dirigentes, alguns membros das associações não estão tendo o devido compromisso para com a entidade, pois colocam os interesses pessoais acima do coletivo, e reclamam da falta de participação dos sócios nas atividades desenvolvidas pela entidade. Diferentemente, os representantes da base argumentam que o engajamento político-partidário dos dirigentes dificultou o avanço da luta e acham que as associações estão entregues a pessoas incompetentes.

As queixas, apresentadas tanto por parte dos dirigentes como da base, mostram que em Picos está faltando um maior entendimento, uma maior articulação entre os atores das associações de moradores, o que vem contribuindo para o enfraquecimento destes

movimentos e dificultando o avanço das lutas em benefício das populações mais carentes. Esta articulação precisa ser retomada para que estas entidades avancem em suas lutas e ocupem mais espaços na sociedade civil.

## **2.6 As lutas das associações de moradores**

A partir do mapeamento das associações pesquisadas, foi possível visualizar as questões que tratam das lutas, das ações e das práticas desenvolvidas por estas associações, nas décadas de 1980 e 1990. Na segunda metade da década de 1980, esses componentes foram mais de caráter organizativo, administrativo e voltados para as questões internas, como: elaboração do estatuto e questões relacionadas à direção da entidade, visando a organização das associações como entidades representativas das comunidades. Na dimensão política, neste período, houve preocupação, no sentido de formar lideranças para atuarem nas associações e em outros movimentos populares.

Já na década de 1990, os componentes que mais se destacaram foram os seguintes:

- a) De caráter administrativo, com característica imediatista e voltados, sobretudo, para a solução dos problemas de infra-estrutura do bairro. Como já foi mencionado anteriormente, esses problemas, às vezes, eram solucionados em mutirão, pelos moradores do bairro ou através de reivindicações ao poder público;
- b) Assistencialistas, com realização de ações destinadas a suprir algumas necessidades básicas e problemas de saúde dos moradores do bairro. Neste sentido, realizavam festas, bingos, leilões, “pescas”\* recolhimento de doativos, auxílio financeiro, para ajudar famílias com dificuldades. Estas ações estiveram mais presentes na associação do bairro Boa Vista, localizado na zona Sul.

Convém enfatizar que as ações com práticas clientelistas e assistencialistas presentes nas associações de moradores são também desenvolvidas pelo município com

---

\* Um jogo em que se estabelece um valor único para os prêmios, que são amarrados em uma linha e enterrados na areia, o jogador paga o valor estipulado e puxa a linha que contém os prêmios amarrados, estes podem ter um valor acima ou abaixo do valor que foi pago. É aí onde entra a sorte do jogador.

doação de terrenos, cestas básicas, distribuição de filtros etc. Estas práticas dificultam as ações da associação para visualizar perspectiva de trabalho mais ampla, distanciando-se a perspectiva de suas finalidades e atendendo, às vezes, a interesses de quem está na direção.

As associações realizam, também, ações práticas de caráter recreativo por meio de comemoração das datas populares, objetivando reativar a cultura popular. Exemplos: festas religiosas, festas com fins lucrativos, em prol de quadras de esportes, entre outras. Estas ações promovem uma maior interação da associação com a comunidade.

Outras questões tratadas com relevância nas associações de moradores dizem respeito à composição, renúncia e substituição dos membros da diretoria, discussões sobre competência dos dirigentes e escolha de representantes para participarem das atividades promovidas pela FAMCC, entre elas: encontros, congresso, debates e seminários.

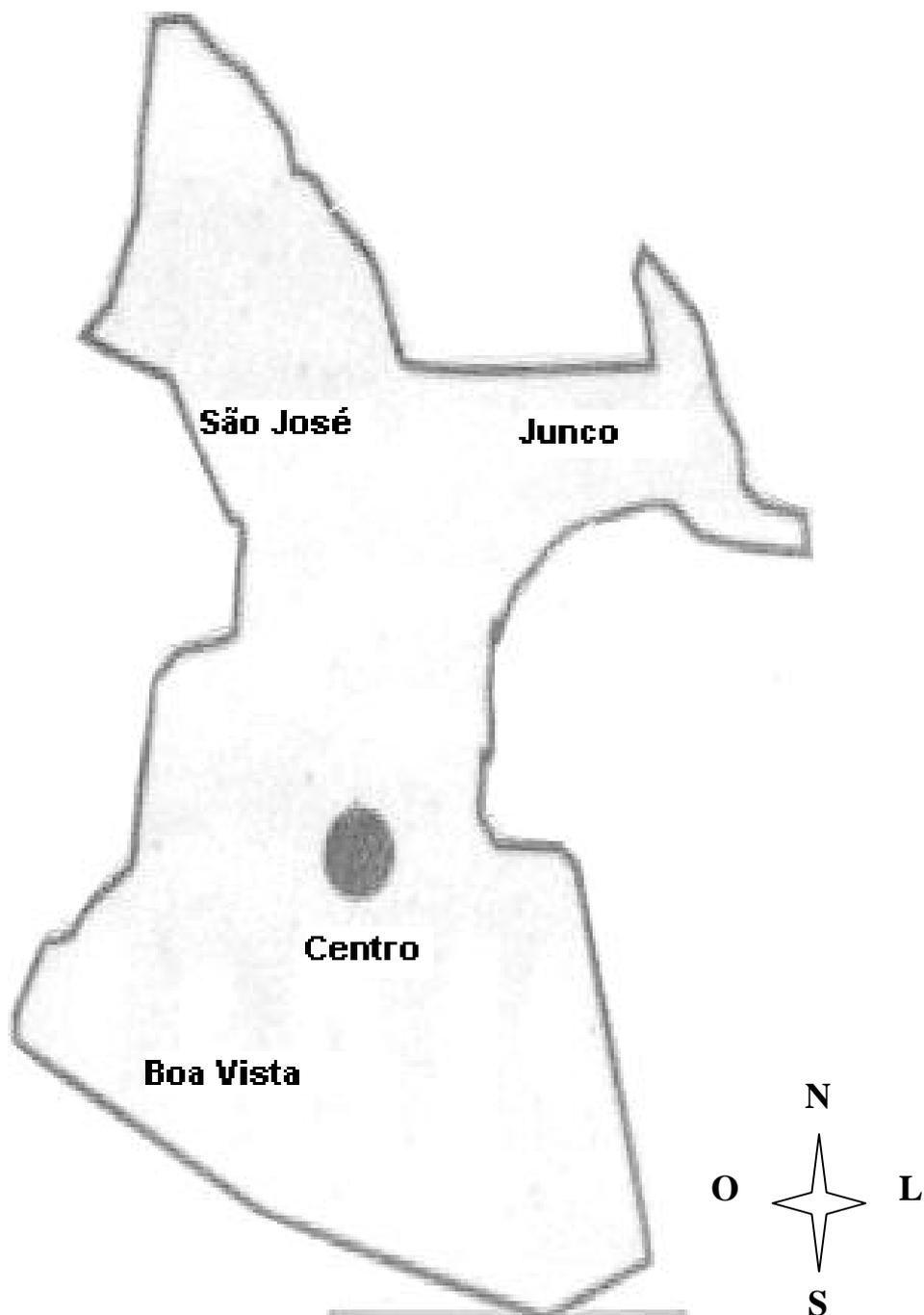
Quanto às lutas políticas e as ações voltadas para a formação dos militantes, essas foram pouco frequentes, na década de 1990, nas associações de moradores de Picos. Deste modo, a participação nessas atividades foi praticamente restrita às atividades realizadas pela FAMCC e por algumas associações isoladamente, entre elas, a do bairro Boas Vista.

### **2.6.1 Lutas específicas**

Ao examinar as atas e analisar os questionários das associações de moradores pesquisadas, constatou-se que existem lutas que fazem parte da história de todas as associações, como, por exemplo, as que tratam dos problemas de infra-estrutura do bairro a saber: calçamento, asfaltamento, abertura de ruas, iluminação pública, limpeza pública, coleta de lixo, melhoramento do abastecimento de água, construção e funcionamento de posto de saúde e outras lutas específicas de cada associação. Nas associações dos bairros mais acidentados, o rebaixamento e o calçamento das ladeiras se destacam; a luta em prol do transporte coletivo faz parte das associações da zona Leste, enquanto que a segurança pública está presente nas lutas das associações da zona Oeste.

Ao pesquisar três associações de moradores em Picos, localizadas em diferentes zonas da cidade, conforme mostra o mapa a seguir, puderam ser constatados os

fatores que levam tais associações a priorizarem determinadas lutas, em detrimento de outras. A associação do bairro São José localizado na zona Oeste da cidade destacou a segurança pública em decorrência do alto índice de assaltos naquela região. Enquanto que, para as associações localizadas na zona Leste, entre elas, a do bairro Junco, em decorrência da distância dos bairros para o centro da cidade, o transporte coletivo tem grande relevância. A associação do bairro Boa Vista, localizado na zona Sul e já extremado com a zona rural, destaca com relevância as lutas em torno do melhoramento da estrada que liga o bairro ao centro da cidade, o rebaixamento e calçamento das ladeiras.



Fonte: HOLANDA, Francisco Carlos. (Org.). *Guia Piauí turístico, cultural e histórico*. Teresina: Digitex, 2001.

Para que haja um maior entendimento da trajetória das associações de moradores, é importante considerar que estas têm encravadas uma historicidade particular e própria de cada época e de cada associação, que se expressa em suas práticas, em suas lutas, em suas ações e em suas demandas, como é mostrado, a seguir, um pouco da história das associações pesquisadas.

Na associação do bairro São José, das lutas e ações que mais se destacaram na segunda metade da década de 1980, foram relacionadas a direção da entidade com 29,41%, sendo que 23,52% destas foram dedicadas às necessidades imediatas do bairro. Com o mesmo percentual de 23,52% situaram-se questões voltadas para os problemas dos moradores da Vila da Grotta; 11,7% destinadas às atividades desenvolvidas pela FAMCC e 35,29% foram direcionadas para outras atividades como: estatuto da entidade, contribuição de sócios, segurança pública e prestações de contas.

No decorrer da década de 1990, houve uma inversão de prioridades em que 34,88% das atividades giraram em torno das necessidades imediatas do bairro; 20,93% foram voltadas para os problemas da Vila da Grotta. Com o mesmo percentual de 20,93%, contemplou-se a segurança pública; 9,30% às atividades desenvolvidas pela FAMCC, e também com um percentual de 9,30% questões relacionadas à direção; 13,95% situaram-se em outras atividades; entre elas, a escolha de representantes para o Conselho Escolar do Colégio Estadual Marcos Parente, construção da sede da associação e combate à dengue.

Já a associação de moradores do bairro Boa Vista, na segunda metade da década de 1980, dedicou 94,73% das suas ações à direção da entidade; 15,78% às questões do estatuto; e o mesmo percentual de 15,78% para a contribuição financeira dos sócios. Dedicou também 15,78% a projetos de alfabetação de adultos; 10,52% para as atividades desenvolvidas pela FAMCC e 10,52% para as necessidades imediatas de infra-estrutura do bairro.

Na década de 1990, também houve mudanças nas prioridades da associação: 79,17% das lutas foram direcionadas para as necessidades imediatas do bairro; 57,8% foram dedicadas à direção da entidade; 19,13% às atividades realizadas pela FAMCC; 17,43% para as prestações de contas e 13,33% para cursos profissionalizantes, tais como: corte e costura, salgadinhos etc. O mesmo percentual de 13,33% contemplou as atividades festivas de datas comemorativas: natal, dias das mães, da criança, festas junina, religiosas

e as comemorações dos dez anos da associação; 48,34% giraram em torno de questões como: filiação de novos sócios, cadastramento do bairro, como também programação de audiências com o poder público, atividades de formação política e promoção de atividades com fins lucrativos, tanto para a entidade como para ajudar pessoas carentes do bairro.

Os documentos pesquisados da associação de moradores do bairro Junco não possibilitaram fazer uma análise quantificada, mas tornaram possível visualizar que parte das suas lutas foram voltadas para a direção da entidade, destacando-se também atividades voltadas para projetos de alfabetização de adultos, realizações de palestras, mutirão para construção das casas da Vila Bambu e da sede da associação, realização de festas populares, campanhas educativas, utilizando o serviço de som da Igreja Católica e cursos de formação política.

### **2.6.2 Lutas gerais**

No âmbito das lutas gerais, as associações de moradores em Picos só participam quando são articuladas pela FAMCC, entidade que atua constantemente neste campo, em parcerias com a CUT, MST, Igrejas, Movimento de Mulheres, CPT estudantes etc. Na região de Picos, acrescenta-se, ainda, o M P A e a participação em Políticas Públicas, Comissão de Fiscalização da Saúde de Picos, Grito dos Excluídos e recentemente do Plebiscito contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Não obstante esse limite, os militantes e dirigentes dessas agremiações, individualmente, os seus membros participam de vários movimentos sociais e religiosos que defendem lutas gerais. Dos atores pesquisados, 62% participam de movimentos ligados à Igreja Católica; 20,68% de outros movimentos populares; 20,68% do movimento sindical; 10,34% do movimento estudantil; 3,44% do MPA e 3,44% do MST.

Sobre a articulação lutas específicas e lutas gerais, Oliveira (1999, p.7) afirma que

articulação entre as associações ainda é muito restrita, não existe em Picos, junção dos movimentos, é cada um para o seu lado. As associações não se interessam no trabalho das outras, não têm intercâmbio, os participantes ainda não chegaram ao nível da luta, o povo tem medo de se comprometer com a política, não acredita no valor que cada um tem, falta entendimento das pessoas sobre o que é o movimento. Só em algumas

ocasiões se articulam e agem em conjunto como 1º de maio, passeatas de reivindicações e de denúncias como o grito dos excluídos, marcha dos sem terra etc.

Ao falar-se das associações de moradores em Picos, não se pode deixar de reconhecer que, apesar das dificuldades vivenciadas por estas entidades, em menos de duas décadas obtiveram conquistas tanto no campo organizativo, administrativo, recreativo quanto no político. Reconhece-se, também, que os movimentos populares de bairro na cidade se constituem a partir de necessidades imediatas, como fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transportes coletivos, remoção de moradores de áreas de riscos, saneamento básico, abertura, calçamento e asfaltamento de ruas, acesso aos morros, funcionamento de postos de saúde, creches e outros, o que justifica uma grande concentração de suas lutas neste campo de ação.

À medida que estas reivindicações vão-se concretizando, vai ocorrendo um maior alcance no plano de uma formação mais abrangente de saúde pública. A exemplo das Audiências Públicas onde a FAMCC e Secretaria Municipal de Saúde discutem a política de combate à dengue, quando, na Semana Municipal de Saúde entidades como MEB, UMP, MOPS, SINDSPREV e vereadores da oposição se juntam para visitar os hospitais públicos, com o objetivo de fiscalizar a Saúde Pública em Picos e, ainda, quando removem moradores de áreas de risco, como no caso dos moradores da Vila da Grota para a Morada do Sol, local mais seguro, como já foi mencionado anteriormente.

Tratando-se dos programas de formação política, cumpre destacar que estes são pouco frequentes. Conforme foi dito em parágrafo precedente, praticamente se resumem às atividades realizadas pela FAMCC e algumas atividades desenvolvidas, isoladamente, por algumas associações. Mas, mesmo assim, consideram-se algumas conquistas neste campo de ação, uma vez que vêm despertando uma consciência crítica nos seus participantes, formando lideranças que estão aí, atuando, não só nas associações de moradores, mas também em outros movimentos sociais, movimentos populares e partidos políticos de esquerda.

Foi em torno dessas necessidades que os movimentos populares de bairro geraram e continuaram organizando suas lutas. As associações de moradores, através de sua entidade de coordenação, FAMCC, discutem e agem, muitas vezes, alcançando

resultados positivos, que muito têm contribuído na trajetória das comunidades mais carentes, sobretudo, quando se tratam das questões relacionadas com o poder público.

Neste sentido,

a federação colheu, junto com as associações de moradores e outras entidades, 3.300 assinaturas para o encaminhamento do Projeto de Lei de Iniciativa Popular enviado à Câmara Municipal, em junho de 2001, pelo vereador do PT (Partido dos Trabalhadores) João Benvindo de Moura, para a criação do fundo municipal de moradia popular. Por outro lado, a FAMCC Regional Sul reconhece que “não conseguiu proferir uma política global de intervenção para os bairros, vilas, povoados e favelas. Mas reconhece que já possui discussões e condições práticas de apresentar esse tipo de intervenção” (Texto FAMCC, 2001).

São estas ações que permitem compreender a dinâmica desses movimentos, caracterizar suas atuações e serem vistas não como entidades abstratas, mas como alternativas de gestão da coisa pública. “Uma vez explicitando o marco no qual se inscrevem estes movimentos, reconstitui-se a sua história, a sua relação com as burocracias públicas e o papel dos principais agentes intervenientes” (Jacobi XVII, 1993.). É em razão dessas necessidades que as associações encontram fôlego para dar prosseguimento a sua caminhada, reconstruindo sua história, sua relação com o poder público.

Acredita-se ser nesta direção que as organizações populares irão construir novas práticas coletivas, resgatando as relações pessoais diretas e as estruturas comunitárias da sociedade civil, desarticuladas na década de 1990, conforme mostra a entrevista a seguir:

agora as lutas são individualizadas cada movimento reivindica somente para o seu próprio benefício. Quando ocorre algum tipo de manifestação um protesto na cidade vai apenas as lideranças a massa o povo não vai. Antigamente nós fazíamos manifestações com 1.500. Pessoas, isso a quatro cinco anos atrás, hoje não se faz mais, o movimento está desarticulado não existe mais uma ligação direta entre líderes e a comunidade. (Entrevista com Josefa Francisca, Secretária da FAMCC – 04/05/2000 – BONFIM 2000, p. 23).

Convém assinalar que os movimentos populares, entre eles as associações de moradores, além de contribuírem efetivamente para a transição democrática do País e para o esclarecimento das limitações históricas da cidadania, em Picos, têm desempenhado um

papel fundamental no campo das políticas públicas, tornando-se importante canal de negociação das populações mais carentes com o poder público.

Enfim, é na concreticidade das lutas, das ações e das práticas desenvolvidas no decorrer da história das associações de moradores que são vividas as contradições decorrentes da heterogeneidade e da diversidade presente nestas organizações. Espera-se que estas entidades, juntamente com outros movimentos sociais, entre eles feministas, éticos, ecológicos, dos negros, dos homossexuais e outros continuem contribuindo para a redefinição de novas práticas, restaurando a esperança de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e mais humana.

**Tabela 1**

**Número de Participantes nas Assembléias e Reuniões**  
**Associações de Moradores: São José, Boa Vista e Junco. Segunda Metade da década de 1980, década de 1990 e anos 2000 e 2001**

DÉCADA de 80				DÉCADA de 90			2000 e 2001		
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL	Nº DE ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES	Nº DE PARTICIPANTES	PERCENTUAL
São José	6	139	23,16 %	1	27	27 %	8	142	17,75 %
Boa Vista	19	529	27,84 %	117	2.447	20,91 %	22	638	29 %
Junco	-	-	-	-	-	-	15	160	10,66 %
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>668</b>	<b>26,72 %</b>	<b>118</b>	<b>2.474</b>	<b>20,96 %</b>	<b>45</b>	<b>940</b>	<b>20,88 %</b>

Fonte: Atas e livros de freqüência.\*

\* Os números da tabela são parciais, a pesquisadora não teve acesso aos livros de freqüência das associações dos bairros São José e Junco, os atuais presidentes e outros membros consultados sobre o paradeiro dos mesmos não sabem com quem nem onde se encontram. Desta forma, foram consideradas as assinaturas que constam nas atas e parte delas são assinadas apenas pelo presidente, vice-presidente e secretário.

## **CAPÍTULO III**

### **3 APRENDIZADOS POLÍTICO-EDUCATIVOS NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PICOS**

#### **3.1 Perfil dos sujeitos das associações de moradores de Picos**

Para analisar qualquer dimensão de um ator coletivo, é fundamental conhecer o perfil dos sujeitos que o compõem. Neste sentido, tomando-se como base a pesquisa de campo, constatou-se que 55,17% dos sujeitos das associações de moradores pesquisadas em Picos são do sexo masculino, 55,17% são casados; 37,93 % encontram-se na faixa etária que varia entre 20 a 80 anos, sendo que o maior número concentra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, revelando que a maioria dos militantes são adultos jovens.

Constatou-se, também, que dos sujeitos pesquisados entre militantes, base e assessores 24,13% possuem curso superior completo; 20,68% são alfabetizados; 17,24% possuem o ensino fundamental, 17,24% o ensino médio incompleto, 6,89% cursaram o ensino superior incompleto, 6,89% o ensino fundamental e 6,89% o ensino médio completo. Tomando em separado as associações pesquisadas, verifica-se que o nível de escolaridade dos associados varia entre as associações: na do bairro Boa Vista, 13,79% são alfabetizados e nenhum possui curso superior; na do bairro São José, 10,34% possuem curso superior completo, sendo que o nível mais baixo de escolaridade situa-se no ensino fundamental incompleto, com um percentual de 3,44%. Na associação de moradores do bairro Junco, 10,34% possuem o ensino fundamental incompleto e 6,89% são alfabetizados. A análise dos dados mostra que a associação de moradores do bairro São

José foi a que apresentou o mais alto nível de escolaridade entre os seus associados; e a do bairro Boa Vista o mais baixo.

Observou-se no mapeamento destas associações que as práticas educativas voltadas para uma conscientização, para uma formação política não estão, necessariamente, relacionadas ao nível de escolaridade. A associação de moradores do bairro São José, que detém o mais alto nível de escolaridade entre os seus associados, foi a que menos trabalhou, no período em estudo, práticas educativas voltadas para uma formação crítica e política, tendo realizado apenas algumas palestras. A associação de moradores do bairro Junco promoveu algumas práticas neste sentido, tais como programas de educação popular de alfabetização de adultos, ministrados pelo MEB e a UFPI, palestras e debates; a do bairro Boa Vista, que detém o mais baixo nível de escolaridade, foi a que desenvolveu mais práticas educativas, voltadas para a formação de uma consciência crítica, e de uma formação política dos seus associados. Com esse intento, promoveu palestras, debates, exibição de fitas de vídeo que tratam de questões políticas, difundiu músicas que falam dos valores da comunidade: fazendo trabalhos de base, visitando as famílias, prestando informações sobre a atual situação política do Brasil, do Estado e, principalmente, do município de Picos, mostrando a importância de se ter uma sociedade civil organizada para a comunidade; promovendo cursos de formação política ministrados pelo MEB e a FAMCC, trazendo para a comunidade programas de alfabetização de adultos, ministrados pelo MEB e pela UFPI.

Trabalhos dessa natureza, encontram respaldados nas produções Freire (1997, p. 28) ao argumentar que:

Os educadores e grupos populares descobriram que educação popular é sobretudo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprimorar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.

Quanto a atividade ocupacional, constatou-se que 82,75% trabalham; 10,34% não trabalham; e 6,89% são aposentados. Os que trabalham exercem atividades diversificadas, 27,58% são professores; 6,89% são comerciantes; 6,89% são autônomos; e outros 6,89% são pedreiros. O restante, que forma um percentual de 34,48%, exerce

atividades de costureira, publicitário, serviços gerais, agentes de saúde, operador de micro, funcionário público, motorista, radialista e vendedor.

**Tabela 2**

**Tempo de participação na Associação de Moradores**

<b>Anos</b>	<b>Desde</b>	<b>N° de participantes</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Década De 1980</b>	1985	9	31,04%
	1987	1	3,44%
	1988	1	3,44%
	1989	5	17,25%
	<b>Total</b>	-	<b>55,17%</b>
<b>Década De 1990</b>	1990	2	6,89%
	1991	1	3,44%
	1992	1	3,44%
	1994	1	3,44%
	1996	2	6,89%
	1997	1	3,44%
	<b>Total</b>	-	<b>27,54</b>
<b>Anos 2000 e 2001</b>	2000	2	6,89%
	2001	2	6,89%
	<b>Total</b>	-	<b>13,78%</b>
<b>Não respondeu</b>		1	3,44%
<b>Total Geral</b>		<b>29</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** questionários.

Os dados da Tabela 2 mostram que 31,04% dos sujeitos pesquisados participam das associações de moradores desde 1985, ano de fundação das associações dos bairros São José e Boa Vista; 17,25% desde 1989, ano de fundação da associação do bairro Junco. Os dados mostram, ainda, que, na década de 1980, o percentual de participação foi de 55,17%; na década de 1990, foi de 27,54%; de 2000 a 2001 de 13,78%, registrando uma redução no índice de participação dos sujeitos na década de 1990.

A pesquisa de campo através dos questionários mostrou também que 79,31% dos membros das associações investigadas já participaram da direção; e que 20,68% não

participaram. Tomando-se por década, fica evidenciado na tabela 2 que a participação maior foi na década de 1980, com 55,17%; percentual este que caiu para 27,54% na década de 1990.

Os dados dos questionários mostram ainda que 75,86% dos associados já participaram ou participam de outros movimentos; 24,13% não participam e nem participaram de nenhuma agremiação. A Tabela 3 mostra que a participação maior está relacionada aos movimentos ligados a FAMCC, Igreja Católica, movimentos populares e sindicais, e que ainda existe participação em proporção menor em outros movimentos.

**Tabela 3**

**Movimentos que Participam ou já Participaram**

<b>Movimentos</b>	<b>Participantes</b>	<b>Percentual</b>
FAMCC- Federação das Associações Moradores e Conselhos	6	26,68%
Movimento Eclesiástico de Base	4	13,79%
Grupo de Jovem	4	13,79%
Pastorais	4	13,79%
Grupo de Casais e Religioso	2	6,89%
Associação dos Pobres de Stº Antônio	1	3,44%
Estudo Bíblico	1	3,44%
Catequese	1	3,44%
SINTE- Sid. dos Tra. da Educação	4	13,79%
Movimento Estudantil	3	10,34%
U M P- União das Mulheres Picoenses	3	10,34%
C M P- Central dos Mov. Populares	3	10,34%
Rádio comunitária	2	6,89%
Sindicato dos Trabalhadores. Rurais	1	3,44%
Sindicatos dos Têxtil	1	3,44%
M S T- Movimento dos Sem Terra	1	3,44%
M P A- Mov. dos Pequenos Agricultores	1	3,44%
A N S U R- Articulação Nacional do Solo Urbano	1	3,44%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>154,16%</b>

**Fonte:** Pesquisa de Campo

**Obs.:** A Tabela 3 não fechou em 100% porque existem pessoas que participam de mais de um movimento.

Indagados sobre a relação entre as outras experiências e a da associação de moradores, 44,82% responderam que as lutas são parecidas, têm o mesmo objetivo a mesma cara, complementam-se, todos buscam uma transformação social, o bem-estar das pessoas. Para 10,34%, existe uma unificação entre as lutas comuns e entre os diferentes movimentos como: da saúde, da moradia, do transporte etc; 13,79% argumentaram que as lutas são um pouco diferentes porque as outras experiências como, por exemplo, grupo de jovem, movimento estudantil dependem, segundo depoimentos, “de nós mesmos”, enquanto que, a associação de moradores depende mais do poder público; 3,44% consideram que as experiências são diferentes na definição do público: umas são formadas por mulheres, outras por jovens outros por estudantes etc; 3,44% dos militantes consideram também um pouco diferentes, porque uns movimentos são mais ligados à Igreja Católica, já a associação de moradores é mais voltada para as questões sociais.

Todas essas informações revelam que a composição das associações de moradores de Picos é heterogênea, portanto, a análise de suas práticas devem levar em conta essa característica, que faz da realidade um todo complexo (MELUCCI, 2001).

### **3.2 A crise das associações de moradores de Picos na década de 1990**

Traçado o perfil dos sujeitos da pesquisa, procurou-se captar, através da análise dos questionários, qual a concepção de crise destes sujeitos e a que fatores atribuem à crise vivenciada pelas associações de moradores, em Picos, na década de 1990.

Pelas informações colhidas nos questionários, foi possível captar concepções diferenciadas de crise entre militantes das associações de moradores pesquisados.

Esta análise possibilitou a listagem de problemas considerados relevantes quanto à crise destas entidades. Uns atribuem ao papel do poder público: falta de compromisso e interesse com os problemas sociais e coletivos; a cooptação dos movimentos e das lideranças; e a dependência cada vez maior das pessoas em relação a esse poder. Outros consideram, ainda, a falta de estrutura física, de autonomia das associações, de apoio da sociedade, de recurso financeiro, de consciência política e a pouca participação dos membros das associações nas assembléias, reuniões e atividades promovidas pela entidade.

Quando indagados se nos anos 1990 tinham percebido, nas associações de moradores, algumas mudanças e algumas dificuldades, 82,75% responderam que sim; 10,34% disseram que não; e 6,89% não perceberam.

Os que perceberam mudanças acreditam que vários fatores contribuíram para estas mudanças e dificuldades, entre eles: a política neoliberal; a interferência político-partidária; a mudança na forma de luta (que antes era do conflito com o poder público e passou a ser de negociação); a descrença no poder público; a falta de motivação e consciência política dos moradores; a mobilização da comunidade e as reivindicações de massa se tornaram mais difíceis; as disponibilidades das lideranças diminuíram; as associações se tornaram cabos eleitorais; falta de compromisso com a coletividade e a busca de promoção individual. Não obstante tais problemas, os militantes apontam também algumas saídas para a crise: mudança na maneira de trabalhar com o povo, estruturando e articulando melhor os movimentos, além do esforço para compreender os problemas da sociedade e estudar mais as leis que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores.

Estas saídas, entre outras coisas, exigem das associações uma reestruturação das lutas e de práticas educativas, voltadas para a formação política dos seus atores, questões tratadas insistentemente por Freire (1998, p. 77) que afirma:

creio poder afirmar, na altura dessas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, idéias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra.

Quando investigados se a existência dos conflitos ocorridos no interior das associações de moradores trouxeram dificuldades para estas associações, 75,86% consideram que sim; 3,44 % consideram que não; e 20,68% não responderam.

No que tange aos motivos que geraram os conflitos no interior das associações de moradores, em Picos, na década de 1990, são múltiplos e variados e estão expressos nas respostas dos questionários, conforme relato a seguir:

Falta de compromisso de alguns membros com as associações, colocando acima do coletivo os interesses pessoais.

Cooptação de lideranças pelo poder público gerou conflitos internos com efeitos externos até hoje não superados.

Perseguição às lideranças, desgaste moral, prisão de líderes tornaram difíceis a relação com o poder público.

O populismo da administração pública aumentou a passividade das lideranças, atrasaram alguns benefícios que iriam ajudar a população e dificultou a volta dos sócios para as associações.

Hoje não se consegue articular nem mobilizar as associações tão facilmente como antes, o povo está descrente, desmotivado.

Das considerações supracitadas, o que se pode detectar nesta análise é que, na concepção dos atores das associações de moradores, a relação do poder público com estas associações não busca, essencialmente o avanço das lutas, mas a sua cooptação, acarretando tensões no interior desses movimentos. Detectou-se, ainda, que a política neoliberal aparece constantemente como um forte elemento da crise das associações de moradores na década de 1990, na medida em que cria um clima de tensão entre certezas e incertezas, entre anseios de segurança e insegurança concreta (medo, ansiedade, fome, desemprego, violência etc) na vida das pessoas.

Contudo, percebe-se um certo otimismo por parte dos pesquisados em relação à superação das dificuldades enfrentadas pelas associações de moradores na década de 1990. Para 72,41% destes, as dificuldades serão superadas neste Novo Milênio, desde que, as associações sedimentem sua identidade de movimento popular e estabeleçam parceria com outros grupos de organizações populares, incentivando e buscando uma maior participação do povo, fazendo parte da vida da comunidade, criando novas formas de trabalhos comunitários, trazendo cultura para os jovens, para as crianças e para os idosos; investindo nas atividades de formação, trabalhando melhor a conscientização e a politização dos associados. Tendo a FAMCC como entidade de coordenação e o MEB como entidade de assessoria.

Neste sentido Sousa (1999, p. 75) argumenta:

Indubitavelmente, a categoria de assessoria, numa perspectiva de assessoria popular, pressupõe uma capacidade técnica, teórica no conteúdo e metodologia para além daqueles a quem vai prestar esse serviço, sob o risco de não se contribuir efetivamente para a elaboração de um saber popular em nível diferenciado do anteriormente existente. (...) Nos parece explicitar essa consciência da necessidade dessa capacidade teórica que mediatize pedagogicamente as organizações populares, na apropriação de um mundo científico de ler e sistematizar a realidade em vista do fortalecimento de um poder popular democrático.

Para outros, a superação das dificuldades vai depender do poder público que tem hoje uma convivência mais pacífica com as associações, centrando forças nas atividades que geram renda e nas ações propositivas. Agindo assim, lentamente, as dificuldades serão superadas.

Por outro lado, 13,79% dos pesquisados que não vêm com otimismo a superação das dificuldades neste Novo Milênio acreditam que os problemas da década de 1990 tendem a se agravar-se. Os dirigentes continuam apadrinhados pelos políticos, as pessoas estão descrentes, sem motivação e pensando em salvar sua própria pele.

Há, também, aqueles, que acreditam que da crise surgem novos rumos, estes se enquadram na teoria de Melucci (2001), quando afirma que a crise pode remeter a mudanças em um momento de baixa visibilidade da ação definida como latência.

De acordo com as considerações dos sujeitos da pesquisa, as dificuldades vivenciadas pelas associações de moradores, em Picos, nos anos 1990, poderiam caminhar em duas direções: uma relacionada ao declínio, ao refluxo, enquadrando-se na teoria de Gohn; a outra enquadra-se na teoria de Melucci, admitindo que da crise irão surgir novos rumos para a superação das dificuldades neste Novo Milênio.

A análise da crise das associações de moradores configura-se um processo de tensão. Para uns, as tensões vivenciadas no interior das associações remetem ao declínio, ao refluxo; para outros, representam um processo de mudanças, de transformação.

### **3.3 O processo de formação de dirigentes e militantes das associações de moradores de Picos**

#### **3.3.1 A concepção de lideranças**

É prudente se iniciar a discussão acerca do processo de formação de dirigentes e militantes das associações de moradores de Picos, a partir da concepção de liderança das associações urbanas.

Na opinião das associações urbanas, algumas pessoas são chamadas de lideranças porque: 1- se inserem na organização “está em contato com as pessoas, em consonância, convive e se relaciona com o povo. Está sempre presente na luta, em ação”. 2- Assume uma postura de observador e animador do grupo, “está atento às necessidades, se preocupa com os problemas do bairro, tenta solucioná-los, busca melhorias e reivindica”. 3- além disso assume as dificuldades da luta, encontra disponibilidade para se deslocarem, demonstram interesse, confiança e capacidade na luta pela cidadania... (OLIVEIRA, MOURA, SOARES, 1999, p. 10).

Percebe-se que a concepção de liderança das associações urbanas se enquadra na concepção de intelectual orgânico de Mochcovitch (1999, p.18).

Os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes intelectuais, criadores de teorias, como Marx, Lenin, ou Trotski, ou os formuladores de estratégias políticas. São aqueles que difundem a concepção de mundo revolucionária entre as classes subalternas. São aqueles que se imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea – os intelectuais orgânicos são os dirigentes e organizadores.

Observa-se uma ampliação do conceito de intelectual, em que este passa a ser definido pela sua função de organizador na sociedade em todas as esferas da vida social, ou seja, no conjunto das relações entre os intelectuais e a sociedade ou no domínio da produção, da cultura, ou da administração pública.

Neste sentido, Carnoy (1989, p.30) acrescenta que:

O intelectual profissional “tradicional, cuja posição nos “interstícios” da sociedade tem, sobre si, certa aura “trans-classe”, e o intelectual “orgânico” – qualquer pessoa que é possuidora de uma capacidade técnica particular e dos elementos de organização e pensamento de uma classe. Os intelectuais tradicionais funcionam para construir a

hegemonia da classe dominante.(...) As classe dominantes também se infiltram na classe subordinada para obter outros intelectuais tradicionais que dêem homogeneidade e legitimidade ao grupo dominante – para criar uma ideologia que transcenda às classes.

Ainda nesta linha de compreensão, vale destacar que há aqueles intelectuais da classe trabalhadora que continuam organicamente ligados à sua classe. Estes são classificados por Carnoy em três categorias:

... intelectuais profissionais (tradicionais) burgueses “não contaminados”, intelectuais profissionais provenientes do proletariado e intelectuais proletários orgânicos, isto é, pensadores-organizadores.(...) As duas primeiras categorias de pensadores são definitivamente formadas nas escolas, embora suas consciências seja formada fora das escolas na atividade política dirigida pelo partido revolucionário. A terceira categoria, a mais crucial para Gramsci, seria formada fora do sistema escolar do Estado. Para Gramsci, como para Lenin, o Partido seria o responsável fundamental pelo desenvolvimento da consciência proletária. (Ibid., p. 31).

Procurou-se aprofundar as considerações teóricas que tratam da formação dos intelectuais orgânicos, no intuito de compreender se as lideranças das associações de moradores se apropriaram, na década de 1990, de conhecimentos e de atitudes necessárias a uma prática de intelectuais orgânicos. Além disso, procurou-se conhecer a identidade da liderança que vem sendo formada nas associações de moradores em Picos.

### **3.3.2 Postura e formas de destaque de lideranças**

Neste campo de análise, buscou-se, por meio dos questionários, detectar se existiam nas associações de moradores lideranças que se destacaram nas lutas dessas associações e de outros movimentos populares, e também detectar a presença de algumas lideranças que dificultaram o processo de organização das associações.

Para 82,75% dos sujeitos da pesquisa, as lideranças das associações de moradores se destacaram não só nas lutas das associações, mas também nas lutas de outros movimentos populares. Já para 3,44% não houve destaque de lideranças nas associações de moradores em Picos, nos anos de 1990.

Com a finalidade de se ter uma visão quantitativa referente ao destaque das lideranças nas lutas, bem como na forma como ocorreu essa ênfase, sistematizou-se tabela a seguir.

**Tabela 4**

**Formas de destaque de lideranças dos Movimentos Populares de Picos**

“Os que se politizaram e se destacaram nas lutas sociais das comunidades, na política, nos sindicatos, nas pastorais, ocupando vários espaços culturais e de assessoria.”	20,68%
“Mantendo uma postura firme sem atrelamento, convicto da sua missão e da importância do movimento popular para a sociedade, não sendo cooptado, mostrando ser uma pessoa digna.”	17,24%
“Internamente, ocupando cargos de lideranças dentro do próprio movimento, na direção estadual e regional da FAMCC, em assessoria e na resistência à crise.”	10,34%
“Prá fora só existe tentativa; prá isso acontecer será necessário expandir o movimento, torná-lo de massa para que a população reconheça a grandeza de nossas lideranças.”	3,44%
<b>Total</b>	<b>29</b>
	<b>51,7%</b>

**Fonte:** questionários.

**Obs:** o quadro não fecha em 100% porque a questão não foi respondida por todos os sujeitos.

Observando os dados da tabela, verifica-se que, para 20,68% dos sujeitos da pesquisa, as lideranças que mais se destacaram foram aquelas que ultrapassaram as esferas dos movimentos populares e transitaram nos movimentos sindicais, pastorais e na política. Na opinião de 17,24, os que se destacaram são aqueles que mostraram firmeza e compromisso com o movimento. Já para 10,34%, as lideranças destacaram-se apenas internamente. Para 3,44%, não houve destaque para fora do movimento, somente tentativa. Estas informações mostram que o fato de as lideranças se destacarem para além dos movimentos populares se deve a outros fatores, sendo exemplo o exercício da política, ou seja, a prática de participar coletivamente de decisões, da elaboração e execução de propostas comunitárias de assumir posturas de organização das populações marginalizadas.

Já para 82,75% dos sujeitos da pesquisa, existia também na década de 1990 lideranças das associações de moradores que dificultaram o processo de organização

dessas organizações, na medida em que não se preocuparam em apropriar-se de conhecimentos e atitudes necessárias a uma prática de intelectual orgânico. As justificativas dessa opinião se resumem nos seis indicadores relacionados pelos mesmos sujeitos.

Desencorajando o povo matando sonhos, falando mal das associações, não participando das reuniões e tentando afastar os que participam.

Infiltrado-se nas associações de moradores sem nenhum compromisso popular mas para representar chefes políticos.

Expandindo o clientelismo e usando as associações para dar sustentação as idéias dos dominadores.

Deixando-se cooptar pelo poder público, atrelando-se a política partidária.

Usando a prática do movimento individualmente sem visão de bem comum.

Copiando modelos de gestão autoritária e centralizadora.

Diante do exposto, pode-se constatar a presença de lideranças nas associações de moradores com práticas não compatíveis com a concepção de liderança das associações urbanas mostrada anteriormente. Afastam-se dessa concepção, na medida em que vão deixando de lado as práticas dos movimentos populares para dar sustentação às idéias dos dominadores, aproximando-os dos intelectuais tradicionais da classe trabalhadora. “Esses intelectuais da classe trabalhadora cessam de ser organicamente ligados à sua classe de origem: eles, junto com seus congêneres, orgânicos à classe dominante, são, para Gramsci, agentes da burguesia.” (CARNOY, 1986, p. 30).

Não obstante tal postura, constata-se, também, otimismo em relação ao processo de formação de lideranças das associações de moradores: 89,65% dos sujeitos que responderam os questionários vêem algumas possibilidades de mudanças no jeito de formar suas lideranças e apresentam as seguintes alternativas:

- a) Com programas de formação mais definidos para lideranças, militância e base.

- b) Trabalhando melhor a consciência, a formação crítica das lideranças e a politização da verdadeira cidadania.
- c) Desenvolvendo programas de parceria com setores onde se trabalha a autonomia e interação nas gestões públicas, a partir de ações concretas como a fiscalização das obras públicas.
- d) Com ajuda da Universidade, Igreja e outras instituições populares como aconteceu nos anos de 1960, 1970, e 1980.
- e) Formando diretorias com pessoas comprometidas em elaborar projetos de formação política.
- f) Com a participação dos sócios e da comunidade, nas atividades promovidas pela associação.
- g) Desenvolvendo um trabalho de conscientização com os sócios e com os moradores do bairro.

Essas alternativas se enquadram na concepção de (FREIRE, 1998, p. 76), quando assevera que temos “capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade para nela intervir...” Essa capacidade que tem o homem de intervir na realidade constitui-se em instrumentos poderosos no sentido de intervir no processo de capacitação das lideranças com práticas educativas de politização, para que estes adquiriram uma consciência crítica das dimensões: política e ética, a fim de não serem cooptadas pelo poder público. A cooptação das lideranças nas associações de moradores em Picos tem dificultado o avanço das lutas, gerado descrença no movimento, tanto internamente quanto externamente e reduzido a capacidade de mobilização coletiva destas entidades.

### **3.3.3 Relação dirigente-base**

Diante das diversas dimensões da vida interna das associações de moradores, procurou-se saber como era a relação dos dirigentes dessas entidades com a base, nos anos de 1980. Seus atores responderam assim:

Havia muita animação nos agrupamentos, com cânticos que falavam de lutas, gestos solidários. Era uma articulação de movimento de luta, muitas vezes sem eixo, mas sempre lutando, as bandeiras de lutas empolgavam mais.

Com a ajuda das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) havia um maior envolvimento com a base, os grupos eram menores mas engajados na busca de soluções para os problemas coletivos.

Era contínua, com visitas pessoais, momentos de formação, com lutas concretas tornando os líderes pessoas fortes, respeitadas, valorizadas e reconhecidas.

Muito insegura, difícil; as pessoas tinham medo do movimento, era algo novo, era uma utopia. Depois das Diretas Já perderam o medo.

Em melhoria do movimento, havia mais intercâmbio, mais participação e disponibilidade.

Considerando que a prática de um ator coletivo se dá em um movimento contraditório, certos militantes, quando perguntados se perceberam algumas mudanças nessa articulação nos anos de 1990, responderam o seguinte:

Sócios e comunidades não acreditam no trabalho das lideranças tornando às vezes uma relação de conflitos, as pessoas foram cansando e perdendo interesses.

Os dirigentes perderam entre si a afetividade, a animação não se encontravam mais prá se confraternizar só para discutir problemas sem soluções.

A articulação tornou-se em momentos pontuais como ciclo de estudo, encontros, fóruns de debates e congressos.

Diminuiu o contato das lideranças com a base criou a figura líder de gabinete distante da base.

Só através dos encontros promovidos pelas entidades de assessorias ONGs e a FAMCC.

Muitos dirigentes estão no esquecimento não foi resgatado sua importância.

Sofreu intervenção da política clientelista.

Pode-se verificar através das respostas dos atores que na década de 1980, havia uma maior articulação dos dirigentes com a base, uma relação de credibilidade e afetividade, com um maior engajamento nas lutas coletivas. Pôde-se perceber também tensões não provenientes das relações internas, mas da conjuntura nacional, pois vivia-se um período de transição saindo de uma Ditadura Militar para um Regime Democrático. As pessoas queriam participar mas ainda não tinham se libertado do medo da repressão.

### **3.3.4 As associações de moradores e as ONGs**

Na década de 1990, a nossa sociedade tornou-se mais democrática, passou a exigir maior qualificação, no sentido de elaborar propostas, de implementar políticas públicas. Surgem então as ONGs, que, na análise de certos analistas, sua relação com os Movimentos Populares tem uma conotação negativa, e assim se expressaram as associações. Viram-se “invasoras” por entidades de assessorias como as ONGs e foram ocupando os espaços dos dirigentes, deslocando-se a direção de seus próprios atores para as assessorias profissionais, e, com isso, foram geradas muitas tensões internas. Em decorrência desse processo, ocorria nas associações uma invasão de idéias corporativistas com práticas clientelistas e assistencialistas. Enfim, todas essas transformações provocaram mudanças nas articulações entre dirigente e base. A afetividade, a credibilidade presente nas relações entre dirigente e base na década de 1980 foi cedendo espaço para uma relação com instância mais abrangente do movimento: a FAMCC.

### **3.4 Avaliação sobre a atuação da FAMCC nos anos 1990**

Como entidade de coordenação das associações de moradores, a FAMCC tem a sua atuação voltada para a articulação das lutas, principalmente urbanas. Seu objetivo central está com o compromisso e organização das pessoas nos seus locais de moradias e na realização das lutas pelas conquistas da melhoria de vida, principalmente da população marginalizada. “É a entidade do movimento popular que possui maior base no Estado, por isso tem grandes desafios para enfrentar, na relação com os poderes constituídos.” (Texto – Subsídio para a Avaliação no VII Encontro Regional Centro, Teresina, 2001).

### 3.4.1 Relação FAMCC e associação de moradores

O MEB realizou uma pesquisa em 1999 sobre a história da FAMCC na região Centro-Sul do Piauí e constatou que 100% das associações da região consideraram importante a criação da entidade, apresentando como suas justificativas: a) apoio e motivação para a continuidade das lutas; b) articula as entidades e as lutas; c) representa as associações e elabora projetos; d) representa os grupos motiva, anima, colabora e ajuda as associações; e) ajuda as associações com trabalho de formação e assessoria no sentido de uma maior integração das associações e das lutas; f) fortalece o movimento de bairro para enfrentar as dificuldades locais e trazer benefícios coletivos para a região, contribuindo assim para o engrandecimento do conjunto dos movimentos populares. (Texto- Pesquisa sobre a história da FAMCC na região Centro-Sul do Piauí, Picos, 1999).

No que tange às opiniões dos atores da pesquisa, esses também avaliaram a atuação da FAMCC, nos anos de 1990. O resultado dessa avaliação pode ser melhor visualizado na tabela 5.

**Tabela 5**

#### **Avaliação da FAMCC por militantes das associações de moradores nos ano 1990**

Boa porque ajudou as associações trabalharem com consciência política,	31,10%
Como todo movimento social a FAMCC teve o seu recuo,	13,79%
De 90 a 94, muito articulada mas de 1995 a 2000, diminuiu seu poder de articulação,	10,34%
Sempre buscando a organização das associações de moradores,	3,44%
A diminuição de repasse financeiro de entidades estrangeiras emperrou um pouco os trabalhos,	3,44%
A FAMCC era menina na escola da vida, o embrião da esperança que hoje é realidade.	3,44%
Não valorizou as lideranças, fortalecendo assim o poder dos dominadores,	3,44%
Não foi boa, observei muita ideologia sem prática,	3,44%
Não avançou no tempo	3,44%
Muito utópica	3,44%
Não responderam	20,68%
<b>Total</b>	<b>29</b>
	<b>100%</b>

Fonte- Questionários.

Pode-se verificar que os maiores percentuais estão relacionados com uma avaliação positiva da FAMCC, nos anos de 1990. Esta teve seus momentos de recuo, diminuiu o poder de articulação, mas retomou sua força e continuou trabalhando na formação política, na organização e na articulação das lutas das associações de moradores. Os percentuais menores estão relacionados com uma avaliação não muito boa. Atribui-se à entidade o não fortalecimento das lideranças, foi mais teórica do que prática, tornando-se utópica e não avançando no tempo. Todavia um dos argumentos levantados diz respeito a fatores externos muito fortes na atuação de qualquer entidade: a diminuição de recursos financeiros por entidades estrangeiras.

Enfim, a FAMCC tem grandes desafios a enfrentar, considerando a crise das associações e as estratégias cada vez mais ousadas do poder público, no sentido de desmobilizar os movimentos populares, utilizando políticas clientelistas e a cooptação das lideranças. Essa realidade exige da entidade um maior investimento na qualificação das lideranças e no fortalecimento das associações, que, na opinião de muitos militantes, a FAMCC tem suprido relativamente essa função.

### **3.5 A concepção de educação e escola embutida na prática educativa das associações de moradores**

A educação está presente na vida do homem, no seu dia-a-dia, parecendo sempre que há relações sociais entre pessoas, na interação de ensinar-e-aprender, conforme o contexto histórico, o modo de vida de cada povo. A escola não é o único lugar onde ela acontece e nem o professor é o único agente educativo, porque as práticas educativas são desenvolvidas, também, nos sindicatos, nas organizações populares, nas lutas das associações de moradores e em outras atividades do seu cotidiano.

Neste sentido, são consideradas relevantes as contribuições de Gramsci, na medida em que destaca o papel fundamental dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na construção e articulação de práticas educativas, que permitem uma tomada de consciência das classes populares, proporcionando a estas uma concepção de mundo crítica e consciente, para que os seus agentes não sejam meros reprodutores da ideologia dominante, e sim agentes transformadores da sociedade vigente.

Na concepção de Damasceno (1990, p.24):

A reprodução não se dá apenas através da educação escolar. Ela se processa com uma carga ideológica bem explícita por meio das diversas modalidades da chamada “educação não formal”, feita nos cursos de educação de adultos tipo MOBREAL, nos programas de “desenvolvimento de comunidade, ou nos programas de modernização e extensão rural.

Através das análises dos questionários e das entrevistas, procurou-se verificar qual a concepção de educação e escola embutida na prática educativa das associações de moradores e como é construída essa concepção.

Resumidamente pode-se mencionar que a luta por escola não aparece como uma luta específica das associações, mas são demandadas quando reivindicam creches, melhoria e ampliação da estrutura física das escolas existentes no bairro, bem como a implantação de escola em nível de segundo grau. Quanto aos programas de educação popular, foram restritos a programas de alfabetização de adultos desenvolvidos em algumas associações em parcerias com o MEB e a UFPI. Esses programas trabalhavam com o Método Paulo Freire, ou seja, com uma concepção de educação transformadora.

A Construção da concepção de educação nas associações de moradores se dá, contraditoriamente, a partir da concepção reprodutivista, em escolas da rede oficial, que reproduzem a ideologia da classe dominante e, a partir de uma educação transformadora concebida como um projeto político, desenvolvido na prática de movimentos populares.

A reprodução, no âmbito dos movimentos populares, acontece na medida em que os atores das associações, que são também atores das escolas da rede oficial, trazem para as associações certos conhecimentos lá adquiridos, reforçando preconceitos, mitos e ritos que conservam o *status quo*. Já a concepção de educação transformadora historicamente vem sendo adquirida prevalentemente através dos programas de educação popular e dos cursos de formação política ministrados pela FAMCC.

A esse respeito, Damasceno (1990, p. 22) afirma também que

a reflexão que vem desenvolvendo-se no Brasil a respeito da problemática educacional tem sido rica em duas direções: de um lado, temos a visão crítica da educação apoiada na teoria da reprodução, que enfatiza a função da educação enquanto aparelho de reprodução da sociedade de classe, e, de outro lado, temos a tendência que ‘encara

educação como um espaço político, limitado, mas de importância relativa na superação das contradições da sociedade’.

Tratando-se ainda, da concepção de educação e escola das associações de moradores, nesta entrevista Ana Célia, coordenadora do Programa de Educação Popular do MEB, departamento de Picos, expressa o seu entendimento:

Nós que trabalhamos com educação popular junto às associações de moradores, trabalhamos com uma concepção de educação que acontece nos diversos momentos da vida das pessoas. É neste sentido que procuramos desenvolver nosso trabalho. O que a gente percebe é que as associações não têm uma visão ampla das questões referentes a educação. Existem reivindicações que tratam da questão da escola, da criação de creches e de outros níveis de escolaridade. O que agente percebe é uma luta neste sentido. Essa luta de alguma forma expressa a necessidade de maior escolarização, não só no caso específico dos sócios, mas da comunidade como um todo. a gente entende, que a educação é um processo mais amplo que acontece na família, na escola, no grupo de amigos, em todo o processo de convivência das pessoas. a gente entende ainda que as práticas educativas nas associações estão embutidas nas atividades do dia-a-dia, as suas práticas demonstram isso. Quando eles entendem que é preciso lutar por creches, por uma escola de qualidade, tudo isso é muito ligado a escola, como um espaço, instrumento de escolarização e de elevação do nível de compreensão das pessoas. As associações não se preocupam com a elevação do nível de escolaridade exclusivamente dos sócios, elas têm uma visão mais ampla, uma política voltada para a comunidade. No meu entendimento essa é uma concepção bastante interessante porque amplia, é mais global, isso significa que está melhorando o nível de participação do senso crítico das pessoas e com certeza vai melhorar as lutas das associações de moradores.

O depoimento é interessante, porque mostra que as associações têm uma visão ampla de escola quando defendem políticas educacionais voltadas para a comunidade, quando entendem que é preciso lutar por creche, e quando entendem também que a escola eleva o nível de conhecimento das pessoas. Porém, ressalte-se que as associações não questionam o tipo de educação que a escola repassa, ou seja, se é uma educação transformadora ou opressora, denotando assim uma postura “fechada” em relação à escola formal. O fato de não questionarem pode significar indiferença pelo valor que a escola tem como agência de socialização.

A educação nas associações de moradores e em outros movimentos populares é autoconstruída no cotidiano e o educativo surge de diferentes formas: da aprendizagem gerada nas lutas por moradia, por saúde, por educação; da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias; da aprendizagem gerada nas relações com o poder público; da aprendizagem gerada nas relações sociais onde você ora comanda, ora você é comandado.

Por fim, entende-se que essas fontes e formas de saberes são instrumentos poderosos para as classes populares, porque geram mobilizações, inquietações, e ampliam as relações entre sociedade civil e Estado.

### **3.6 A concepção de política, de ética e de cultura na prática das associações de moradores**

A formação política, ética e cultural não é algo que se dá apenas pelo estudo, dá-se principalmente através das lutas concretas, da participação e da relação que se estabelece no convívio social.

Partindo-se desse pressuposto, buscou-se um entendimento da concepção de política, de ética e de cultura, nas práticas educativas das associações de moradores em Picos, na década de 1990, fundamentado-se nas entrevistas dos atores que falam de seus aprendizados, a partir das seguintes questões: o que aprenderam; como aprenderam; o que consideram mais importante nesses aprendizados e em que lhes serviram, na família, no trabalho, na comunidade e na sociedade em geral; em que aspecto foi mais forte a questão de firmar compromisso ético; se esses aprendizados os ajudaram a posicionar-se politicamente; como as associações trabalharam as práticas educativas, nas décadas de 1980 e 1990, e como trabalham atualmente.

Os entrevistados assim se expressam:

#### **a) Aprendizados no compromisso social e na postura ética**

Acho que neste período de mais de dez anos de convivência com as associações de moradores, de participação, sendo que seis deles eu estive diretamente na diretoria da associação seja como presidente, como diretor de saúde diretor de imprensa, secretário, os cargos que eu assumi foram, na verdade, uma escola para mim. Neste período eu aprendi

muitas coisas por exemplo, como radiografar os problemas, como compreender os problemas que a comunidade vive, como falar em público, como lidar com esse público nos momentos das assembléias, nas conversas individuais, como compreender a sociedade, como é que funciona o tecido social, quem é que domina quem é dominado, porque existe uma maioria que oprime e outra que é oprimida, que não se levanta muitas vezes, como é que se encaminha essas lutas, como é que se reconhece os sujeitos sociais, como é que agente compreende quem é que esta do lado da gente e quem é que esta contra a gente, como é que a gente envolve a comunidade na tomada de suas decisões, porque que é importante o envolvimento da comunidade na hora de tomar decisões, qual é na realidade o papel do líder a pessoa que está na linha de frente da associação. Então, tudo isso foram aprendizados importantes que eu aprendi, eu aprendi isso a partir da vivência na associação, a partir da atuação, da minha participação nas diversas lutas que nós encaminhamos, nos abaixo assinados, nas manifestações, na rua, nas passeatas, nas audiências, nas assembléias, nas reuniões da diretoria. Então, tudo isso todos esses aprendizados foram importantes e eu considero como o mais importante assim de todos desses aprendizados o compromisso social a questão ética que eu incorporei neste período todo a forma como eu passei a compreender a sociedade, como passei a agir, naquele momento agente estava conhecendo a situação, vendo, julgando e a partir disso a gente cria a possibilidade de atuar e de modificar a situação e a gente só modifica aquilo que conhece, então eu acho que esse conhecimento que eu adquirir a partir dessa vivência talvez seja o aspecto mais importante. (João Benvindo, membro da associação de moradores do bairro Junco).

## **b) Aprendizados e alteridade**

Prá mim foi um reforço para tudo que eu já tinha convicção no sentido da organização de grupos, traçados de metas e lutas coletivas, o respeito às idéias dos outros, o compromisso com os que não tem voz e nem vez, e buscar soluções para os problemas da comunidade. Como já falei foi um aprendizado do que eu já tinha dentro de mim, desde cedo eu já participava das decisões da família, pois fiquei órfão de pai e mãe muito cedo e tive que assumir a família. Na associação a convivência com o grupo, a busca de soluções para os problemas, eu cresci muito. (Irene, membro da associação de moradores do bairro São José).

### c) Aprendizados como consciência política

Olha, uma das coisas que eu aprendi muito nessa vivência com associações, é que a organização é uma forma de se está fazendo uma conscientização da população sobre a transformação da sociedade, sobre o pacto que existe entre o governo e a sociedade e que a gente sabe que na maioria das vezes isso não é cumprido. Então foi uma das coisas que eu aprendi e aprendi participando de reuniões, de debates, de encontros de seminários e até de outras experiências de organização, de outros Estados e de outros municípios. O que eu destaco como mais importante nestes aprendizados - é a consciência política- você aprende que a política é uma coisa importante prá sociedade, e que a transformação da sociedade depende dessa política. Então, é essa consciência política é que eu destaco como mais importante desses aprendizados. (Zeifinha Presidente da FAMCC Regional Centro e membro da associação de moradores das pedrinhas).

### d) Aprendizados na ética e na cultura

Aprendi a ser humilde, saber perder, conviver com as diferenças, a ser aluna dos companheiros, saber o que é certo e o que é errado e eu aprendi lutando, brigando, recuando e avançando quando possível, aprendendo e esperando pelos os outros. Afinal construindo história que hoje eu conto para essa nova geração bombardeada pelos meios de comunicação, mas ansiosa por mudanças. (Nega Mazé Presidente da FAMCC Regional Sul e membro da associação do bairro Canto da Várzea).

João Benvindo destaca como mais importante desses aprendizados o compromisso social e a questão ética. Para Zefinha, a consciência política e a sua importância para transformar a sociedade. Irene enfatiza a concepção ética, quando fala do respeito e do compromisso. Mazé refere-se à questão ética, mas menciona, também, a concepção cultural, ao falar da história das associações, construída nas lutas e repassada às novas gerações.

### **3.6.1. A dimensão dos aprendizados**

A pesquisa procurou saber dos aprendizados das práticas educativas das associações de moradores em Picos, nas dimensões: educativa, política, ética e cultural. Quis saber também como essas práticas foram trabalhadas, com base na compreensão dos atores.

#### **3.6.1.1 A dimensão educativa**

Nesta dimensão, procurou-se saber, na opinião dos atores, como as associações de moradores trabalharam as práticas educativas nas décadas de 1980, 1990 e, atualmente, bem como acerca de seus aprendizados.

Com relação ao assunto supramencionado, Benvindo expõe sua opinião sobre como foram trabalhadas as práticas e como se deram os aprendizados:

**a)** Na elevação da qualidade das respostas aos desafios da conjuntura e na construção de uma nova subjetividade

Eu acho que na década de 80, nós tivemos um momento de transição as associações estavam surgindo, era um momento de abertura política no país, havia um desejo muito grande de participação da população a fundação de uma associação de moradores era um evento muito importante, chamava a atenção de muitas pessoas, despertava muitas vezes um ódio do poder e aquele ódio, se transformava em uma tomada de postura daquele povo, quanto mais se reprimia o povo mais se revoltava. Foi um momento mais difícil para se trabalhar as práticas educativas, mas, ao mesmo tempo mais motivador. Na década de 1990, houve uma inversão desses problemas, o poder que continuava dominando mudou a forma de dominação, o poder que reprimiu as associações passou a cooptar as associações, ao invés de considerar as associações um empecilho para a administração e ignorá-las, eles passaram a investir nas associações, oferecendo vantagens às lideranças, aos presidentes e isso foi fazendo com que houvesse um redirecionamento da prática, as manifestações de ruas tiveram refluxo muito grande, de repente as pessoas começaram a imaginar porque lutar por moradia, por saneamento, por transporte coletivo, se o prefeito está dizendo todo dia que faz isso e começou a fazer aqui, e acolar, e diz que vai fazer ali, e chamou a gente prá conversar. Então, não tem mais razão prá gente lutar por nada, destar que o prefeito faz tudo. E este

sentimento permeou muito a década de 1990. Os movimentos sociais sofreram refluxo muito forte por conta disso. Na atualidade, agente já deu alguns passos significativos. Se, por um lado, os movimentos de massa tiveram refluxo, por outro, as lideranças tiveram uma preocupação maior com a formação. Então, antigamente as lideranças iam prá mesa de negociação iam na passeata, chegavam na prefeitura o prefeito nem recebia. Na década de 1990, o prefeito dizia não entra todo mundo aqui pode entrar, trás cafezinho, trás água, pegava o plano e dizia infelizmente a reivindicação de vocês não é possível de ser atendida porque o orçamento não permite isso. Diante dessa situação a gente percebia a necessidade das lideranças de conhecer quando é que é votado o orçamento, como é que a gente pode interferir no orçamento, como é que agente pode garantir as nossas propostas, o que é que agente precisa na comunidade dentro do orçamento. Então, isso levou as lideranças a se preocuparem com a qualificação, como é que eu vou escrever um panfleto, não passo fazer panfleto de qualquer jeito, como é que eu vou convocar para a reunião, como é que eu faço uma ata, como é que eu; faço um edital de convocação, como é que eu negociou, como é que eu falo com o prefeito, como é que eu falo na frente da assembléia. Começaram a ver curso de capacitação com uma capacidade maior entidade de assessorias tipo o MEB, passaram a exigir mais na hora de contratar seus funcionários, exigindo uma formação maior exatamente para respaldar e ir ao encontro dessas necessidades que haviam no movimento, então hoje, se a gente perde em quantidade, a gente ganha em qualidade do trabalho que é feito por essas associações. (João Benvindo, associação bairro Junco).

Na opinião da Nega Mazé:

**b) Na percepção das mudanças da natureza das práticas**

Na década de 1980 as práticas não eram definidas; na década de 1990, elas eram corporativistas, individuais; hoje 2002, elas são definidas e articuladas, as bases já reconhecem as dificuldades, os poderes públicos reconhecem as nossas proposições (o poder popular) para eles o povo deve continuar massa de manobra. (Nega Mazé, Presidente da FAMCC, membro da associação Canto da Várzea).

Para Irene:

**c) Na percepção de fragilidades do próprio movimento na relação com o público**

Na década de 1980 foi mais eficaz , havia mais vontade e entusiasmo, na década de 1990 foi menor, com o atrelamento ao poder público e, atualmente, eu vejo pelo menos na minha

realidade um recuo, com a infiltração de muitas pessoas ligadas ao poder tentando a qualquer custo usar a força e o poder das associações apenas como trampolim para eleger alguém ou a si próprio. Hoje a dependência do poder público esta cada vez maior. (Irene, membro da associação bairro São José).

Zefinha pensa assim:

**d) Nas práticas de formação, no intercambio entre comunidades e na articulação em rede**

Eu acho, que uma das coisas que foi mais forte dentro desses aprendizados das práticas educativas dentro dos movimentos foram: os seminários, os encontros e os congressos,; estes são os momentos que se trabalha as práticas educativas, nas próprias experiências entre as comunidades, entre os Estados, essa nova participação a nível de nordeste e a nível de Brasil. Eu acho que esses são os momentos que os movimentos, principalmente na década de 1990 que foi o tempo do surgimento maior mais forte dos movimentos sociais. (Zefinha, Presidente da FAMCC Regional Centro e membro da associação bairro Pedrinhas).

Esses depoimentos nos possibilitam ver como foram e como estão sendo trabalhadas as práticas educativas nas décadas já mencionadas. Nas opiniões dos atores, na década de 1980, foi mais difícil trabalhar as práticas educativas, por não serem bem definidas, conforme o depoimento de Mazé. Por outro lado, tanto João Benvindo quanto Irene concordam que foi mais motivador; havia mais entusiasmo, quanto mais repressão mais desejo de participação.

Na década de 1990, houve uma inversão dos problemas, tanto para João Benvindo quanto para Irene. Os movimentos sociais sofreram refluxo que tiveram grandes dimensões, o poder que reprimia passou a cooptar as associações, oferecendo vantagens às lideranças, aos presidentes. Para Irene, as associações passaram a ser usadas por muita gente como um trampolim político. O que levou a um redirecionamento das práticas educativas. Na opinião de Zefinha, os momentos em que mais se trabalharam as práticas educativas foram nos seminários, nos encontros e nos congressos. Nessas atividades, privilegiou-se a formação política.

Na opinião de João Benvindo e Mazé, atualmente os movimentos sociais assumiram um novo direcionamento, confirmando assim a perspectiva de Melucci de que a

crise leva não só ao declínio mas a uma mudança, a um processo de transformação. Conforme João Benvindo fala em sua entrevista. “Os movimentos de massa, por um lado, tiveram refluxo muito grande. Por outro lado, as lideranças tiveram uma preocupação maior com a qualificação [...] e começaram a ver curso de capacitação com uma capacidade maior de entidades de assessorias tipo MEB. [...] Então, se hoje a gente perde em quantidade, ganha na qualidade do trabalho que é feito por essas assessorias”. Para Mazé, “as práticas educativas, hoje, são mais definidas e articuladas, a base reconhece as dificuldades, o poder público reconhece as nossas proposições...

### **3.6.1.2 A dimensão ética**

Tratando-se da dimensão ética, os atores manifestam seus pensamentos assim:

#### **a) Está na possibilidade da partilha com o outro, na descentralização**

No momento que a gente descentraliza a administração, no caso, a coordenação da associação de moradores, a gente permite que todas as pessoas dêem o seu testemunho, dêem a sua participação. Cria na gente um compromisso social e ético maior. No momento que eu centralizo tudo na minha pessoa eu me torno mais vulnerável, eu começo tomar decisões isoladas sozinho, eu começo muitas vezes a ter influência de outros aspectos na hora de tomar minha decisão... Quando eu faço isso em grupo, quando é feito, em grupo. É por isso que surgiram os Conselhos, exatamente para que isso acontecesse. É mais difícil de, se digamos, de se corromper. Quando a decisão é de dez é diferente quando é de um e essa descentralização na forma de conduzir os trabalhos da associação, na forma de resolver os problemas da comunidade. Considerando a participação de toda a diretoria e da comunidade também ela criou em mim esse compromisso ético, ela alterou a minha personalidade de ser alguém mais compreensivo, de ser alguém mais sintonizado com os anseios, com os desejos, ao mesmo tempo criou aquele sentimento de concretude, de não estar fantasiando as coisas, de não estar prometendo para o povo aquilo que a gente não pode cumprir, não está fazendo sonhar com aquilo que é impossível mas está no dia-a-dia discutindo com eles aquilo que é concreto, que é possível de ser feito com a participação deles. (João Benvindo, membro da associação do bairro Junco).

**b) Está na possibilidade de construir-se como sujeito da História e isso traz felicidade**

Aprendi construir a minha identidade que venho aperfeiçoando na luta do dia-a-dia, aprendi que sou agente de mudança que deve continuar junto dos companheiros defendendo a vida isso para mim é o que chamamos de bem-estar, felicidade. Essa luta deve ser concentrada em valores éticos, morais e não em dinheiro, assim me sinto gente me sinto Nega Mazé. (Nega Mazé, Presidente da FAMCC Regional Sul e membro da associação do bairro Canto da Várzea).

**c) Está no cultivo de valores para uma boa convivência com o outro**

Para mim o compromisso com a ética, a coerência nas minhas ações sempre me acompanharam em todos os aspectos da minha vida, pois como professora, catequista, membro da comunidade e chefe de família; procurei cultivar esses valores que para mim são fundamentais para se conviver bem. (Irene, membro da associação do barro São José).

**d) Está no exercício da coerência com o movimento, com as dimensões políticas, com as ações de vida familiar no trabalho nas relações sociais mais amplas**

Olha, eu acho que os momentos que se firmam mais são os momentos da própria coerência com o movimento, com as discussões políticas e com o seu posicionamento político, que eu acredito que faz parte da ética da pessoa humana, da vida em sociedade. É assim a coerência a própria personalidade da pessoa. (Zefinha, Presidente da FAMCC, membro da associação do bairro Pedrinhas).

Considerando que a construção do conhecimento não prescinde da razão, faz-se necessário um pouco de teoria no sentido de se compreender melhor a dimensão dos aprendizados éticos dos sujeitos pesquisados, nas associações de moradores de Picos. Estes sujeitos, em seus depoimentos, falam de valores, coerência, compromisso, liberdade etc.

Neste sentido, Valls (2002, p.48) argumenta:

Falar de ética significa falar de liberdade. Num primeiro momento, a ética nos lembra as normas e a responsabilidade. Mas não tem sentido falar de norma ou de

responsabilidade se a gente não parte da superação de que o homem é realmente livre, ou pode sê-lo.

Os aprendizados na dimensão ética, segundo Ahlert (1999, p.157), “...têm o desafio de refletir criticamente sobre as moralidades. Seu papel emerge do mundo da prática, das intervenções sociais, busca a humanização da vida e de todos e de tudo. Por isso ética é libertação...”

Tratando ainda de ética, Valls (2002, p. 56) diz:

A ética se preocupa, podemos dizê-lo agora, com as formas humanas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, entre tempo e eternidade, entre individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade. Essas contradições não são todas do mesmo tipo, mas brotam do fato de que o homem é um ser sintético, ou, dito mais exatamente, o homem não é o que apenas é, pois ele precisa tornar-se um homem, realizando em sua vida a síntese das contradições que o constituem inicialmente.

Enfim, se as lutas das associações de moradores não forem dimensionadas para os valores, para as contradições, não haverá espaço para a ética, e, automaticamente, as práticas educativas não ajudarão as pessoas a assumirem a vida de maneira mais ética, a serem mais livres e mais humanas.

Para Freire (1997, p.91),

... qualidade ética da prática educativa libertadora vem das entranhas mesmas do fenômeno humano, da natureza humana constituindo-se na História, como vocação para ser mais. Trabalhar contra esta vocação é trair a razão de ser de nossa presença no mundo, que terminamos por alongar em presença com o mundo. A exploração e a dominação dos seres humanos, como indivíduos e como classes, negados no seu direito de estar sendo, é imoralidade das mais gritantes.

### **3.6.1.3 A dimensão política**

Os atores falam em suas entrevistas dos sentidos dos aprendizados nas associações de moradores, no trabalho, na escolha dos seus representantes e nas relações sociais, de um modo geral. Eis os seus depoimentos.

**a) Está no ato de encaminhar as lutas**

Com certeza, no momento que a gente encaminha as lutas, que a gente chega junto ao poder público, com uma pauta de reivindicação a gente sabe quem são os vereadores que se posicionam a favor da gente, quem é o prefeito, quem são os nossos aliados e quem são os nossos inimigos. Então que bom seria que cada pessoa desse país tivesse oportunidade de está na diretoria de uma associação de moradores, de um grupo de mulheres, do movimento estudantil, seja lá que organização for. No momento que a gente está na linha de frente do trabalho, a gente consegue distinguir claramente quem são os atores do processo, quem é que é a favor da gente, quem é que está contra a gente e isso reflete na eleição: é mais fácil escolher, é mais fácil saber quem são aqueles que estão do nosso lado e quem são aqueles que estão querendo acabar com a gente, querendo o mau da gente. Então, isso melhorou a minha forma de me posicionar tanto na sociedade como no momento de eleição e ajudou criar em mim uma consciência política maior. (João Benvindo, membro da associação bairro Junco).

**b) Está na prática social que define a personalidade**

Claro que sim, minha prática diz quem eu sou e o que proponho junto ao grupo, isso tem que ser definido em cada pessoa, a personalidade, o caráter não deve mudar, deve ser aperfeiçoado com base em valores positivos, na convivência de grupo. (Nega Mazé, Presidente da FAMCC, membro da associação de moradores do Canto da Várzea).

**c) Está no momento de escolha dos representantes políticos**

Sim, pois o meu posicionamento com relação a escolha de representantes políticos sempre é claro, embora muitas vezes tenha sido difícil devido a familiares serem do lado oposto. Mas hoje eu sou bem livre, embora nunca tenha me filiado a nenhum partido. (Irene, Membro da Associação de Moradores do bairro São José).

**d) Está no ato de posicionar-se**

Ajudaram muito, eu tenho certeza que é uma das formas que você pode tá se posicionando melhor aprendendo mais, conseguindo uma formação política uma coisa mais concreta

dentro da sociedade. (Zefinha, Presidente da FAMCC Regional Centro e membro da associação do bairro Pedrinhas).

Todos os entrevistados foram unânimes, no sentido de que as associações de moradores ajudaram na formação de uma conscientização política, possibilitando-lhes um posicionamento mais firme na escolha de seus representantes e nas relações com o poder público. “A gente chega junto ao poder público, com uma pauta de reivindicação. A gente sabe quem são os vereadores, que estão se posicionando a favor da gente quem é o prefeito, quem são os nossos aliados e quem são os nossos inimigos”. (Benvindo Associação bairro Junco).

#### **3.6.1.4 A dimensão cultural**

A própria educação e o próprio processo de aprendizagem já são condições para desenvolver-se a cultura. Partindo desse pressuposto, analisa-se a dimensão cultural, presente na prática educativa, construída no cotidiano das associações de moradores, a partir das relações sociais que o homem e a mulher estabelecem com os outros e com a natureza.

Estas relações, para João Benvindo, ajudam a “despertar os potenciais que cada um de nós temos, o jeito de falar, o jeito de se portar diante das pessoas, os dons que nos temos então tudo isso, a gente está reconhecendo nesse trabalho e procurando dar um acerto maior naquilo que nós temos de bom.” Irene ressalva que, culturalmente, as práticas educativas desenvolvidas nas associações lhe ajudaram muito, “no sentido da convivência de grupos, na participação de diversos setores como: pastorais, sindicatos entre outros” Para Zefinha, esta ajuda foi mais forte “na escolha de projetos políticos, de alcançar objetivos maiores para mudança da sociedade e até mesmo dentro da própria associação, lhe trouxeram uma clareza maior do que é sociedade do que é o partido”. Contudo, afirma Mazé que “a proporção que fui aprendendo fui descobrindo que era necessário eu priorizar e definir uma posição na comunidade sempre analisando em que posso ajudar os outros, e descobrir que é no campo do Direito, na polícia judiciária, que tenho uma perspectiva futura, pretendo ser delegada de polícia. Se não conseguir não vou me desesperar, sou consciente que fiz parte na história ajudei a construí-la. Sou cidadã.”

Todos os atores entrevistados manifestam uma compreensão de que as práticas educativas desenvolvidas nas associações de moradores os ajudaram na formação de uma consciência política, na convivência familiar, em grupo, a despertar talentos, formar uma consciência atenta acerca da realidade, indagar sobre si mesmo, sobre os outros, sobre o meio, como intervir e como participar do processo de construção da sociedade: todos conteúdos de um processo de mudanças.

### **3.7 Significado e perspectivas das associações de moradores para os militantes**

As associações de moradores são movimentos populares da sociedade civil, por meio das quais a população das comunidades encaminham suas lutas e reivindicações ao Estado em prol da coletividade, ocorrendo, desta forma, um processo de educação popular, proporcionando uma consciência crítica das pessoas envolvidas nesses movimentos.

Associa-se a esse conceito o seu significado para as associações de moradores, para os militantes que se sentem representados por elas: a) organização dos mais fracos, busca de melhoria de vida para os menos favorecidos no meio político, social e cultural; b) uma esperança, uma possibilidade concreta de participação deles nos destinos do município, buscando, através do debate, uma saída para os problemas existentes; c) um espaço onde um conjunto de pessoas luta pelo bem-estar social dos mais excluídos; d) representa um elo entre os poderes constituídos e o povo de uma determinada localidade; e) é a força do povo, é uma coisa boa que, através da FAMCC, consegue melhoria de vida para os moradores dos bairros, sobretudo das periferias.

De acordo com as considerações precedentes, pôde-se verificar que as associações de moradores, mesmo tendo vivenciado, na década de 1990, momentos de tensões, de refluxo, de desmobilização e, também, de crescimento individual e coletivo, não perderam sua credibilidade, sua aceitação junto àqueles que participam desse movimento popular: militância e base. Isso significa possibilidades de uma retomada no crescimento e no fortalecimento dessas organizações neste novo milênio! Significa, ainda, que a transformação nasce na práxis social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade dos Movimentos Populares no Piauí ainda é pouco estudada; e este estudo sobre a crise e as práticas educativas das associações de moradores dos bairros São José Boa Vista e Junco possibilitaram reconhecer a necessidade de, cada vez mais, os pesquisadores se debruçarem sobre essas temáticas, uma vez que muitas outras dimensões dos movimentos sociais, como a relação entre as associações de moradores e partidos, relação movimentos sociais e igrejas e outro, precisam ser aprofundadas.

Com a investigação realizada, foi possível perceber que a realidade dos movimentos populares é, de fato, muito heterogênea e fragmentada, por ser constituída de atores individuais e grupais com orientações diversas, construindo uma pluralidade de significados em uma rede complexa de relações entre níveis e significados diversos, tecidas por meio de trocas, de decisões e conflitos, em ações solidárias e no embate com adversários.

Dentre os resultados da pesquisa, conseguiu-se compreender parte significativa da trajetória histórica das associações de moradores, em apreço, e de dimensões que são fundamentais na dinâmica de qualquer movimento social quanto às relações de gênero, à participação dos dirigentes e militantes das associações de moradores estudadas e às lutas específicas e gerais enfrentadas pelas agremiações citadas.

De um modo geral, pela influência da política neoliberal dos governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, e mais, por determinantes clientelísticos da cultura piauiense e pela dinâmica das suas relações internas, a atuação das associações de moradores estudadas é caracterizada, contraditoriamente, por indicadores

de fragilização e de mudanças. Nesse sentido, no que tange à evolução desses movimentos, o “olhar” da pesquisadora teve que considerar não apenas as dimensões quantitativas, mas também as qualitativas.

Deste modo, no que se refere ao modelo político imposto pelos governos no período pós-ditadura militar, esse interferiu bastante na ação das associações de moradores de todas as cidades brasileiras, sobretudo as de grande e médio porte. Considerando que acelerou o processo de urbanização desordenada, tendo, em consequência, o aumento do desemprego, dos sem-teto, da insalubridade do ambiente. Enfim, aguçou o grau de marginalidade das populações periféricas de estados periféricos, como o caso do Piauí.

É igualmente forte a presença de práticas clientelísticas nas práticas de uma parcela dos dirigentes das associações de moradores, quando assumem posturas populistas direcionando a atuação das entidades que dirigem, prioritariamente, para ações assistencialistas, tais como: distribuição de cestas básicas, arrecadação de fundos para famílias carentes, busca de doação de terrenos por parte da prefeitura, ao invés de uma luta pela definição de uma política habitacional ampla. Presume-se ser isto decorrência da presença de uma cultura antidemocrática de concentração de poderes.

No que tange às relações de gênero, foram percebidas algumas contradições relacionadas à ocupação de cargos tanto nas associações de moradores como na FAMCC. Na FAMCC Regional Sul, o cargo de presidente tem sido ocupado por mulheres, enquanto que nas associações pesquisadas só uma mulher chegou à presidência, na década de oitenta, do século XX. Já na década de noventa do referido século, não foi registrado nenhum caso de mulher ocupando a presidência das associações onde foi realizada a pesquisa. As mulheres, geralmente, ocupam os cargos de secretária e outros que denotam menor poder de decisão; ou seja, aqueles cargos mais ligados a atividades de organização e de menos visibilidade pública. Enquanto os homens, além de ocuparem o cargo de presidente, ainda ocupam os de maior poder de decisão e de poder político, como, por exemplo, o de tesoureiro, diretor de patrimônio etc. Pôde-se verificar, também, que esta é mais uma questão cultural, pois, em muitos casos, são as próprias mulheres que delegam esses poderes aos homens, o que não deixa de ser uma prática de submissão.

Outro entendimento a que se chegou em relação à ocupação de cargos nas associações de moradores pesquisadas diz respeito à reeleição. Os cargos da diretoria

nessas organizações são, geralmente, ocupados pelas mesmas pessoas, que se revezam de eleição em eleição. Isso mostra que as associações de moradores de Picos não priorizaram ações voltadas para a formação de novos quadros de lideranças. Esse fato foi um dos elementos que caracterizaram a crise vivenciada pelas associações de moradores de Picos, na década de 1990.

Quanto à participação quantitativa dos membros das associações de moradores nas assembléias e reuniões, constatou-se que, na década de 1990, esta foi menor do que na década de 1980, continuando a reduzir-se nos anos 2000 e 2001. Os sujeitos da pesquisa atribuem o afastamento dos sócios a vários fatores, tanto de ordem interna como externa. Os de ordem interna estão relacionados às divergências ideológicas, a cooptação dos dirigentes pelos políticos tradicionais, ao atrelamento a partidos políticos etc.; os de ordem externa estão relacionados a questões como a política neoliberal, o desemprego, dentre outros. Esses fatores têm levado a um afastamento de dirigentes e militantes das associações, passando estes a priorizarem os interesses individuais enquanto os interesses coletivos parecem ficar subjacentes.

As lutas das associações em estudo, na década de 1980, foram mais de caráter organizativo e administrativo, até porque estavam em fase de surgimento, momento em que as ações centraram-se mais para a elaboração de estatutos e formação de lideranças. Já na década de 1990, as lutas continuaram voltadas para as questões organizativas e administrativas, mas com certas dimensões assistencialistas, clientelistas e imediatistas, voltadas para os problemas de infra-estrutura do bairro como: asfaltamento, calçamento, iluminação pública, aberturas de ruas, transferências de moradores de área de risco entre outras. Estas são lutas específicas, pela observação da conjuntura local, são comuns a todos os bairros.

No tocante às lutas gerais, como o grito dos excluídos, plebiscitos contra a ALCA etc., as associações de moradores têm experiências de participar das articulações organizadas pela FAMCC, que atua sempre em parceria com outros movimentos populares, sindicais, pastorais e outros. Por outro lado, convém enfatizar que, em Picos, a articulação entre as associações de moradores é mínima; cada associação desenvolve suas lutas isoladamente, mesmo quando se tratam de interesses comuns. Presume-se que tal fato ocorra em razão da não sistematicidade das lutas desenvolvidas pela FAMCC, tendo em

vista que se restringem a momentos pontuais, além da dinâmica das práticas do conjunto da sociedade picoense, que é mais voltada para a atividade comercial. Portanto, não desafia para essa dimensão. Assim, esse isolamento tem contribuído para certo arrefecimento de suas lutas junto ao poder público.

Através da análise dos questionários e das entrevistas, procurou-se captar a concepção de crise percebida pelos sujeitos da pesquisa e a que fatores atribuem a dimensão dos aprendizados das práticas educativas, trabalhadas nas mesmas associações.

Estas análises nos permitiram chegar a um entendimento de que os sujeitos abordados têm concepções diferenciadas sobre crise. Uns vêm-na na perspectiva teórica de Gohn, ou seja, a crise concebida como declínio, como refluxo das associações; outros vêm-na conforme o pensamento de Melucci, isto é, a crise passa a ser vista como mutação, transformação. É interessante salientar que essa mutação não é entendida como superação da crise, mas no sentido de que as associações buscaram novas formas de atuação, no embate entre valores “velhos” e “novos”. Podem ser citadas como exemplo as relações das associações com o poder público, na década de 1980, que eram de conflito, posto que o Estado era visto como inimigo. Nos anos da década de 1990, iniciou-se um entendimento por parte dos dirigentes destas organizações, no qual era preciso negociar com o poder público para conseguir os benefícios coletivos que lhes eram de direito.

A aproximação das associações de moradores com o poder público, resultante de negociações, foi bastante discutida por parte de membros dessas entidades, por considerarem essa relação contraditória. Argumentando que, por um lado, ela trouxe benefícios coletivos, por outro, gerou tensões internas. Sob este aspecto, aumentou, em parte, o crescimento da cooptação dos dirigentes e militantes por aquele poder. Tais considerações permitiram-nos chegar à conclusão de que as práticas educativas, trabalhadas em determinados momentos nestas organizações, na década de 1990, não proporcionaram às lideranças conhecimentos e atitudes necessárias a uma prática de intelectual orgânico dos setores populares. Militantes e dirigentes foram cooptados pelas camadas hegemônicas, transformando-se em intelectuais tradicionais dessa classe, segundo a concepção de Gramsci.

Tal cooptação, bem como o atrelamento político-partidário têm trazido dificuldades no que se refere à relação dirigente e base. Na década de 1980, esta relação

era de confiabilidade, de afetividades, contribuindo para um maior engajamento nas lutas coletivas. Na década de 1990, ocorreu um distanciamento na relação dirigente e base, com o surgimento da figura do líder de gabinete das OGNs, que, muitas vezes, substituíram as instâncias de direção dos movimentos populares, reforçando o distanciamento citado. As negociações, muitas vezes, eram feitas através da FAMCC, entidade cujo papel destina-se à coordenação e articulação das associações de moradores e conselhos comunitários.

Não obstante essa faceta, tais fatos têm desafiado algumas lideranças para se firmarem, cada vez mais, no compromisso e no engajamento coletivos, construindo novas lógicas de subjetividades, ampliando e multiplicando o seu campo de ação, chegando a ultrapassar as fronteiras dos movimentos populares, a exemplo de João Benvindo, dentre outras (um dos entrevistados), que se projetou na política partidária elegendo-se a vereador e, por meio de concurso público, tornou-se professor da Universidade Federal do Piauí.

No tocante às práticas educativas desenvolvidas por iniciativa das associações de moradores, objetivando a formação política dos seus militantes, estas foram significativamente reduzidas, na década de 1990. E, em sua maioria, realizadas pela FAMCC através de seminários, congressos, encontros, debates e, isoladamente, por algumas associações. Apesar de esta formação ser considerada pelos entrevistados como de boa qualidade, seus efeitos via ação dos agentes que participam desse tipo de atividade não são suficientes nem eficazmente multiplicados nas bases.

Sobre os aprendizados, nas dimensões política, ética, educacional e cultural, os sujeitos da pesquisa consideram que estes lhes ajudaram na formação de uma consciência crítica, no relacionamento familiar, na construção das relações no ambiente de trabalho e na escolha dos representantes políticos. Enfim, possibilitaram-lhes a compreender melhor a complexidade da vida em sociedade.

A crise vivenciada pelas associações de moradores de Picos, na década de 1990, ora como refluxo ora como potenciais de mudanças, despertou uma consciência crítica em seus participantes, formando lideranças que já estão atuando em sindicatos, partidos de esquerda, movimentos estudantis, pastorais, movimentos de mulheres, de pequenos agricultores e tantos outros.

Todas essas informações, aqui registradas, mostraram a heterogeneidade das associações de moradores de Picos, portanto, a análise de suas práticas, de suas ações, de suas lutas deve considerar essa característica que faz da sua realidade um todo complexo.

Ademais, espera-se que esta pesquisa venha a contribuir para uma maior compreensão dos conflitos vivenciados pelas associações de moradores, em Picos e em outros espaços, além de servir de subsídios de natureza científica para a reflexão das lideranças e respectivos assessores no trabalho educativo com o conjunto dos associados, visando à efetivação de mudanças na ação individual e coletiva dos seus diversos atores no cenário dos bairros, orientados pela utopia de construir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as pessoas possam sonhar e serem mais felizes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Lara. Gênero, trabalho e pobreza; para além dos direitos iguais. **Princípios**, São Paulo, n. 37, p. 37-42, maio, junho, julho. 1995.

ARRUDA Inácio, ANTERO, Luiz Carlos. Reforma urbana e o estatuto da cidade. **Princípios**, n. 55, p. 30-39, nov, dez, janeiro. 2000.

AHLERT, Alвори. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. Ijuí: UNIJUÍ, 1999. (Coleção fronteiras da educação).

ARRUDA, Inácio, VILLAÇA, Flávio. O impacto das políticas na organização das cidades. **Princípios**, n. 57. P.69-73, maio, junho, julho. 2000.

BARROS, Ardil de Jesus Paes de.; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 5. ed. Petrópolis: Vozes 1997.

BASTOS Cleverson e KELLER, Vicente. **Aprender a aprender**: introdução à metodologia científica. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BLASS, Leila Maria da Silva et al. Educação popular: desafios metodológicos. **Cadernos Cedes**, n. 1. São Paulo: Cortez, out. 1986, p. 35-40.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves. Movimentos sociais em Teresina. In: \_\_\_\_\_. **Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina**. (o caso dos bairros Lourival Parentes e Vila São Francisco / Sul. 1991. f. 64-137. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 1991.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves. Movimentos sociais: trajetória e desafios atuais. In: SANTOS JUNIOR, Raimundo B, dos. **Movimentos sociais nos anos 90: confronto e reencontro entre sociedade civil e Estado**. Teresina: CEPAC, 1993.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. **Desenvolvimento regional e agrícola das áreas semi-áridas de Picos (PI) e Tauá. (CE)**. Teresina: [s.ed.], [s.d.].

CARNOY Martins. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura relações e mediações**. Trad. Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986. (Coleção polêmica de nosso tempo. v.13).

CARTA DAS CIDADES, 2000 Brasília. **Princípios**. Brasília: Câmara dos Deputados 03/12/1999, n. 56, p. 44-46.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CRÍTICA MARXISTA. São Paulo: Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996.

DAMASCENO, Maria Nobre. Introdução. In: **Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do capitalismo**. Fortaleza: EUFC, 1990.

DIÁRIO DO POVO. Teresina , 1 e 2 de janeiro de 2002, p.11

DUARTE . Renato. **Picos: os verde anos cinquenta**. Recife: Leber, 1991

\_\_\_\_\_. **A reconstrução de uma cidade: plano de desenvolvimento para Picos**. [s.n.t.].

FAMCC do Piauí. [s.n.t.]. (Texto mimeografado).

FEVERWERKER, Alon. **Divulgações sobre a eficácia de um plano**. Teoria e debate, São Paulo, n. 25, p. 2-6, jun, jul, ago. 1994.

FISCHER, Nilton B. Movimentos Sociais e Educação: uma reflexibilidade instituinte. In: **Educação em tempos de incertezas**. Org. HYPOLITO, Álvaro M. e GANDIN, Luís Armando. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE Paulo. **Política e Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões da nossa época, v. 23).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção leitura).

GARCIA, Pedro Benjamim et al. **O pêndulo das ideologias**: a educação popular é o desafio da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP & A. 2000. (Coleção o sentido da escola).

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões de nossa época, v. 5).

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMES, Ana Maria Duarte do Vale. **Diálogo e conflito**: a presença do pensamento freireano na formação do sindicalismo docente. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP. São Paulo, 2001.

GOMES, Luís Marcos. Construindo o Estado do mal-estar social. **Princípios**. São Paulo, n.43, p. 39-41, nov, dez 1996. jan/1997.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HELLER, Agnes. Para mudar a vida In: \_\_\_\_\_. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLANDA, Francisco Carlos. (Org.). **Guia Piauí turístico, cultural e histórico**. Teresina: Digitex, 2001.

IANNI, Octavio. Globalização e imperialismo. In: **Crítica marxista**. São Paulo: Brasiliense, v.1, n. 3, 1996.

InformANDES. Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. Brasília: Focus Comunicação, n. 85, set. 1998.

\_\_\_\_\_. Brasília: Focus Comunicação, n. 89, jan. fev. 1999.

\_\_\_\_\_. Brasília: Focus Comunicação. n. 90. Mar, abr. 1999.

JACOB, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez 1993.

JORNAL TOTAL, Picos, 02 a 08 de novembro de 2001.

KNIJNIK, Gelsa. Intelectuais, movimentos sociais e educação. In: **Crítica pós-estruturalista e educação**. Org. Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre-RS: Sulina, 1995.

LIMA, Antônia Jesuíta. **Favela COHABE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

LUZ, Liliene Xavier. **Conselhos escolares**: cidadania, participação e gestão democrática na educação? Teresina: FUFPI, 2000.

MACAMBIRA, Dalton Melo. Os dilemas da globalização. **InformANDES**. Brasília: Focus Comunicação, n. 89. jan. fev. 1998.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação á pesquisa bibliográfica**. 2. ed. rev. São Paulo: Loyola, 1994.

MARINHO, Pedro. **Pesquisa em ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEJÍA, Marco Raúl. **Transformação social**: educação popular e movimentos sociais no fim do século. Trad. Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões de nossa época; v. 50)

MELLO, Alex Fiuza de. **Mundialização e política em Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões de nossa época, v. 62).

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MORAIS, Antônio Carlos. O projeto neoliberal e o mito do “Estado mínimo”. In: **Lutas Sociais**. São Paulo: Neils, n.1, 2º semestre, 1996.

MOVIMENTOS, ONGs e lutas sociais no Brasil, nos anos 90. [s.n.t.].

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. In: **Lutas sociais**. São Paulo: Neils, n. 1, 2º semestre. 1996.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita; SILVA Joana D’Arc da. **Intervenção política e educativa de sujeitos sociais populares no Piauí pós anos 80**. Recife: Escola de Formação Quilombo dos Palmares, 2000.

PESQUISA sobre a história de FAMCC na região Centro Sul do Piauí. Picos: MEB, 1999. (Texto mimeografado).

PIAUI/FAMCC. **Subsídio para avaliação da FAMCC**. Picos, 2001. (Texto mimeografado).

PINTO, Ronaldo. et al. **Censo 2000**: entre o meio do copo e o copo do meio. São Paulo: CNESF, 2002.

POMAR Wladimir. Nossas perplexidades. **Teoria & Debate**, São Paulo, n. 35, p. 24-29, jul, ago, set. 1997.

PORTUGAL, Alice, A triste Bahia do oligarquias. **InformANDES**, Brasília, n. 85, p.8-9, set. 1998.

PRINCÍPIOS. São Paulo: Anita Garibaldi, n. 46, 1997. Trimestral.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Anita Garibaldi, n. 48, 1998. Trimestral.

PROJETO de formação da FAMCC [s.n.t.].

RABELO, Aldo. A Globalização, os países pobres e o lobo bobo de Fernando Henrique Cardoso. **Princípios**, n. 41, p. 4-7, maio, junho e julho. 1996.

RABELO, Renato. A conjuntura brasileira e a tática dos comunistas. **Princípios**, São Paulo, n. 64, p.6-10, fev, mar, abr. 2002.

RETRATO DO BRASIL. São Paulo: Política, n. 43, p. 509-516. 1984.

REVISTA FOCO; 111 anos Picos, nossa história. Picos, n. 1, p. 99, 2001.

REVISTA VEJA Especial 30 anos. São Paulo, n. 42 [s.d.]. Edição especial.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 22.ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

SANTOS, Ana Célia de Sousa Santos. et al. **Movimentos sociais populares no Piauí**: sonhos lutas e desafios 1977 – 1997. Teresina: [s.n.] 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**; ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Dulce. **Em busca da prevalência**: padrões de relacionamento entre movimento urbano e Estado em Teresina. 1989. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPb, João Pessoa, 1989.

SOARES Lucila. O retrato do Brasil em dez anos. **Revista Veja**. São Paulo, n. 51, p 32-33, dez. 2001.

SORRETINO, Walter; CAMPEÃO, Nádia. Rumo para São Paulo. **Princípios**. São Paulo, n. 56, p. 52-55, fev, março, abril. 2000.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. **Relações de poder institucionais e prática de assessoria no movimento de educação de base**. 1999. 102 f. Dissertação ( Mestrado em Educação) – UFC, Fortaleza, 1999.

SUBSÍDIO para a avaliação no VII encontro regional centro. Teresina: 2001. (Texto mimeografado).

TAVARES DE JESUS, Antonio. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UCHÔA, Vigílio Leite. Análise de conjuntura março de 2000. In: \_\_\_\_\_. **Análise de conjuntura**. Goiás: Universidade Católica de Goiás, n. 2, mar. 2000.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES E CORRENTE SINDICAL CLASSISTA, 1995, Salvador. **Princípios**. São Paulo: Anita, 1995 n. 37, p. 43-48.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos, v.177).

VÉRAS, Roberto. Notas sobre educação participativa em um contexto de mudança social In: GARCIA, Regina Leite. **Aprender com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIANNA, Claudia. Engajamento docente; a complexa relação entre crise e identidade coletiva. In: **Os nós do “nós”**: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

WANDERLEY, Luís Eduardo W. **Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

# Anexos

## **ANEXO A**

### **COMPOSIÇÃO DIRETORIAS - BAIRRO SÃO JOSÉ**

1 – Bairro São José Ano de fundação 10/06/1985

2 Diretorias – 08

2.1 – Data e Composição de cada Diretoria com a data da Ata

#### **GESTÃO 1985**

Ata N° 01 06/10/85 Assembléia Geral Ordinária – Pauta: criação votação do Estatuto eleição da primeira diretoria.

##### Composição da 1ª Diretoria

Presidente – Antônio Francisco Gonçalves

Vice-presidente – Valdomir Marques de Sousa

Secretária – Francis Costa Falcão

Tesoureiro – Ananias Cardoso Vieira

Diretor Social – Francisca de Sousa Carvalho

Diretor de Esporte – Raimundo Paulino da Silva Filho

Diretor de Patrimônio – Francisco Gomes de Moura

Conselho Fiscal – Galileu Ferreira Lima, Maria da Purificação Gonçalves e Expedita Maria da Silva

Suplentes – Maria Dulce Dantas, Maria Irene Luz e José Ribamar Sousa

#### **GESTÃO 1986**

Ata N° 02 16/07/86 Assembléia Geral – Pauta: preenchimento cargos vagos da diretoria

##### Preenchimento dos cargos Vagos da Diretoria

Vice-presidente – Maria de Jesus Gomes Lacerda

Tesoureiro – Galileu Ferreira Lima

Diretor de Esporte – Mamoel Augustinho Hipólito

Conselho Fiscal – Francisco José de Carvalho

Suplentes – Edileusa Barros Bezerra e José Ribamar de Sousa

## **GESTÃO 1987**

Ata N° 02 12/07/87 Reunião Pauta: preenchimento dos cargos vagos na diretoria

Eleitos por unanimidade:

Secretário – Francisco Alves de Sousa

Diretor de Esporte – Edilberto Vieira de Lima

Ata N° 05 13/12/87 Reunião – Pauta: posse da Nova Diretoria

### Composição da 2ª Diretoria

Presidente – Francisco Alves de Sousa

Vice-presidente – Antônio Francisco Gonçalves

Secretária – Edileusa Barros Bezerra

Tesoureiro – Francisco José de Carvalho

Diretor de esporte – Edilberto Vieira Lima

Diretor de Patrimônio – Manoel Isidório de Abreu

Conselho Fiscal – Maria de Jesus Lacerda, Maria da Purificação Gonçalves e Maria Leonília de Moura

Suplentes – Francisca de Sousa Carvalho, Antônio Felix da Silva e José Felizardo gomes

## **GESTÃO 1990**

Ata N° 01 04/03/90 Reunião – Pauta: situação em que se encontrava a Associação de Moradores , o andamento da luta da Vila da Grota e a eleição da nova diretoria.

### Composição da 3ª Diretoria

Presidente – Antônio Ferreira Gonçalves

Vice-presidente – Delma Ferreira Barros

Secretária – Edileusa Barros Bezerra

Tesoureiro – Francisco de Carvalho

Diretor de Esporte – Helvídio

Diretor de Patrimônio – Manoel Isidório de Abreu

Conselho Fiscal – José Bezerra, Zilma e Zé Preto

Suplentes – Francisco de Sousa, Antônio Felix da Silva e José Felizardo Gomes

## **GESTÃO 1992**

Ata N° 01 Assembléia Geral Ordinária – Pauta: Eleição da nova diretoria

A divulgação foi feita através de Editais colocados nas paredes dos comércios e colégios do bairro

Composição da 4ª Diretoria

Presidente – José Osvaldo de Sousa

Vice-presidente – Antônio Ferreira Gonçalves

Secretário – Raimundo Paulino da Silva Filho

Tesoureiro – José Bezerra Neto

Diretor de Esporte – Francisco Erivan de Sousa Leal

Diretor de patrimônio – José Felizardo Gomes

Conselho Fiscal – Francisco das Chagas Luz, Francisco Wellyngton Gonçalves Dantas e Clédson de Moura Almondes.

Suplentes – Manoel Isidório de Abreu, Joaquim Pedro de Moura e Antônio Felix da Silva

**GESTÃO 1994**

Ata N°01 27/02/94 Reunião Extraordinária – Pauta: eleição da nova diretoria biênio 1994/1995

Composição da 5ª Diretoria

Presidente – Antônio Francisco Gonçalves

Vice-presidente – Raimundo Marcelino da Silva Filho

Secretária – Edna Maria de Sousa

Secretária de Finanças – José Osvaldo de Sousa

Secretária de Saúde – Francisca Vanda dos Santos Leal

Secretária de Ação Social – Maria Expedita da Silva

Secretária de esporte – Francisco Erivan de Sousa Leal

Secretária de Patrimônio – José Felizardo Gomes

Conselho Fiscal – José Bezerra Neto, Edvaldo Valdivino Borges e Pedro Moura Almondes

Suplentes – Manoel Borges leal, Manoel Isidório de Abreu e João Cirílo Fonte Filho

**GESTÃO 1996**

Ata N° 01 17/03/96 Reunião Extraordinária – Pauta: eleição da nova diretoria biênio 96/97

O presidente se habilitou a reeleição proposta defendida pelo o Secretário de Fianças Dr. Osvaldo alegando dentre outras qualidades o incansável esforços nas lutas em prol do bairro. Foi apresentada uma chapa única eleita por unanimidade.

Composição da 6ª Diretoria

Presidente – Antônio Francisco Gonçalves

Vice-presidente – Francisco Erivan de Sousa Leal

Secretária – Edna Maria De Sousa

Diretor de Esporte – Dr. José Osvaldo de Sousa

Tesoureiro – Edvaldo Valdivino Borges

Diretora de Saúde – Francisca Vanda dos Santos Leal

Diretor Social – Luiza de Sousa Dantas Leal

Diretor de Patrimônio – José Bezerra Neto

Diretor de Assuntos Jurídico – Francisco Wellyngton Gonçalves Dantas

Conselho Fiscal – Francisco Hiran Gonçalves Dantas, Francisco de Assis Veloso e Manoel Borges Leal

**GESTÃO 1998**

Ata N° 01 05/04/98 Reunião Pauta: eleição nova diretoria biênio98/99

Composição da 7ª Diretoria

Presidente – Manoel Augustinho Hipólito

Vice-presidente – Antônio Francisco Gonçalves

1º Secretária – Analeny Silva Bento

2º Secretária – Maria Edilene Barros Bezerra

1º Tesoureiro – Henrique Teixeira Bezerra

2º Tesoureiro – Emília Maria de Sousa

Secretário de Comunicação – Francisco Wellyngton Gonçalves Dantas

Secretária de Saúde - Anísia Maria de S Leal

Secretária de Ação social – Francisca de Sousa Carvalho

Diretor de Esporte – Francisco Erivan de Sousa Leal

Diretor de Patrimônio – José Bezerra

Relações Públicas – Raimundo Paulino da Silva Filho

Conselho Fiscal – Luiza de Moura Dantas Gonçalves, Moacy Vicente da Silva, Lourival de Moura Fé Francisco das Chagas Silva, Edvaldo Valdivino Borges, Francisco Manoel da Silva e Milton de Moura Fé.

## **GESTÃO 2000**

Ata N° 01 25/10/2000Assembléia – Pauta: composição e eleição da nova diretoria biênio 2000/2002-06-05

### Composição da 8ª Diretoria

Presidente – Manoel Augostinho Hipólito

Vice-presidente – José Bezerra Neto

1º Secretária – Maria Lucineide Vieira da Silva Moura

2º Secretário – Moacy Vicente da Silva

1º Tesoureiro – Raimundo Paulino da Silva filho

2º Tesoureira – Maria Irene Luz

Secretário de Comunicação – José Paulo Leal da Silva

Secretário de Saúde – Antônio Salomé de Sousa

Secretária de Ação Social - Zilma da Conceição batista

Diretor de Esporte – Francisco Erivan de Sousa Leal

Diretor de Patrimônio – Ibernnon Cariolano Lopes

## ANEXO B

### **NÚMERO DE PARTICIPANTES EM CADA ASSEMBLÉIA E REUNIÕES– BAIRRO SÃO JOSÉ**

Só as Atas abaixo relacionadas constam o número de participantes.

#### **1986**

Ata N° 05 02/03/86 Assembléia Geral – 24 participantes

Ata N° 07 15/08/86 Assembléia Geral – 21 participantes

#### **1998**

Ata N° 03 04/07/98 Reunião – 05 participantes

Ata N° 04 26/07/98 Reunião – 15 participantes

Ata N° 05 30/08/98 Reunião – 14 participantes

Ata N° 06 13/09/98 Reunião – 30 participantes

#### **1999**

Ata N° 01 10/11/99 Reunião – 27 participantes

**2000**

Ata N° 01 25/10/00 Assembléia – 20 participantes

Ata N° 02 11/11/00 Ata de Posse – 10 assinada por 10 membros da diretoria

Ata N° 03 06/12/00 Reunião – 07 participantes

**2001**

Ata N° 01 13/01/01 Reunião Ordinária – 18 participantes

Ata N° 02 22/04/01 Reunião – 12 participantes

Ata N° 03 08/06/01 Reunião – 22 participantes

Ata N° 04 10/06/01 Reunião – 30 participantes

Ata N° 05 03/11/01 Reunião – 13 participantes

**ANEXO C****COMPOSIÇÃO DIRETORIAS – BOA VISTA**

1-Bairro- Boa Vista Ano de Fundação 17 / 11 /1985

2- Diretorias – 11

2.1- Data e Composição de cada Diretoria com a data da Ata

**GESTÃO 1985**

Ata N° 01 17 / 11 / 85- Assembléia Geral – Pauta: fundação da Associação de Moradores do Bairro Boa Vista e composição da primeira Diretoria.

**Composição da 1ª Diretoria**

Presidente- Djacira Maria de Oliveira

Vice-presidente- Antônio Ayrton Leal

Secretário- Francisco de Assis Valério

**GESTÃO 1986**

Ata N° 1- 28 / 12 / 86 – Assembléia Geral – Pauta: eleição da Diretoria

Composição da 2ª Diretoria

Presidente - Francisco de Assis Valério

Vice-presidente- Francisco Antônio de Oliveira

Secretária – Djacira Maria de Oliveira

Tesoureiro – Daniel Gomes da Rocha

Observação- os demais membros da diretoria os cargos não estão definidos na Ata são:

João Pereira de Carvalho

Francisco de Assis

João Raimundo dos Santos

**GESTÃO 1987 / 1988**

Ata N° 1 – 01 / 01 / 87 Reunião –Pauta: comunicar renúncia do Presidente.

Ata N° 2 – 11/ 01 / 87 Assembléia Geral – Pauta: apresentar renúncia do Presidente e a passagem do cargo para o novo Presidente.

Composição da 3ª Diretoria- Diretoria Transitória

Presidente - Luis Raimundo da Costa

Vice-presidente- Djacira Maria de Oliveira

Secretário- Daniel Gomes da Rocha

1º- Tesoureiro- Francisco Augusto de Araújo

2º- Tesoureiro- Dlândia Teresa de Oliveira

Diretor de Esporte- João Pereira de Carvalho

Diretor de Patrimônio- Antônio Ayrton Leal

Diretor Social- João Pereira de Sousa

**GESTÃO 1989**

<sup>a</sup> Diretoria Ata N° 1 –18 / 02 / 89 - Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição da Nova d Diretoria ampliação do Estatuto, contribuição financeira dos associados e escolha de delegados para o Congresso Ordinário da FAMCC- PI

Composição da 4ª Diretoria

Presidente - Djacira Maria de Oliveira

Vice- presidente- José Lourimar dos Santos

1º Secretária – Dlândia Teresa de Oliveira

2º Secretário – Maria dos Remédios Alves da Conceição

1º - Tesoureiro – Francisco Alves Pereira de Sousa

2º - Tesoureiro – José Pereira de Sousa

Diretor Social – João Raimundo dos Santos

Diretor de Patrimônio – Daniel Gomes da Rocha

Diretor de Esporte – Luís Raimundo da Costa

Diretor de Saúde – Antônio Alves da Purificação

Conselho Fiscal – Nelcina Angélica de Sousa, José Ferreira da Silva e João Batista Feitosa

Suplentes – Raimundo Nonato Cristo de Oliveira, Francisco Augusto de Araújo, Raimundo Boeiro

## **GESTÃO 1990**

Ata Nº 1- 24 / 03 / 90- Assembléia Geral Ordinária – Pauta: informes tesouraria, substituição dos cargos vagos da Diretoria.

### Composição dos Novos Cargos da Diretoria 5ª Diretoria

Presidente - Paulo Francisco de Moura Santos

Vice- Presidente – Raimundo Nonato de Oliveira

2º Secretário – Lourenço Silva da Conceição

Diretor Social – Carlos Humberto de Oliveira

Diretor de Esporte – Francisco Augusto de Araújo

Conselho de Representante Fiscal – Isabel Maria da Silva

## **GESTÃO 1992**

Ata Nº 1 – 11 / 01 / 92 – Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição da Nova Diretoria

Concorrem duas chapas através do voto secreto foi eleita a chapa 2 com 28 votos contra 18 da chapa 1

### Composição da 6ª Diretoria

Presidente – Raimundo Antônio de Carvalho

Vice-presidente – Maria das Dores Silva

1º Secretário – Antônio Alberto de Oliveira

2º Secretário - Isabel Márcia da Silva

1º Tesoureiro – Horácio Antônio de Oliveira

2º Tesoureiro – Antônio Benedito da Silva

Diretor Social – Marivaldo Manoel da Silva

Diretor de Patrimônio – João Estevão

Diretor de Esporte – Maria Eroidina de Oliveira

Diretor de Comunicação - Cícero Damácio da Silva

Conselho Fiscal, Maria Lucineide de Sousa, Maria Antônia dos Santos e José Gonçalves Viana

Suplentes, José Perreira da Silva, Antonio Francisco Santana e Alexandre Raimundo Pinheiro

Ata N° 07 19 / 07 / 92 – Assembléia Geral Ordinária – Pauta: melhoria da estrada que liga o Bairro ao centro da Cidade, afastamento membros da diretoria por motivos particulares e outros por falta de interesse e preenchimento dos cargo ociosos da diretoria.

#### Preenchimento dos cargos ociosos na Diretoria

Diretor Social – Antônio Estevão

Diretor de Saúde – Antônio Alves da Purificação

Diretor de Comunicação – José Pereira de Sousa

### **GESTÃO 1993**

Ata N° 1 03 / 01 / 93 – Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição Nova Diretoria

#### Composição da 7º Diretoria

Presidente – Raimundo Antônio de Carvalho

Vice- presidente – Marcos Holanda

1º Secretário – Antônio Gilberto de Oliveira

2º Secretário – Maria das Graças da Silva Sousa

1º Tesoureiro – Horácio Antônio de Oliveira

Diretor Social – Paulo Francisco Moura Moura Santana

Diretor de Patrimônio – Pedro Carvalho

Diretor de Esporte – Raimundo Nonato de Carvalho

Diretor de Saúde – Antônio Alves da Purificação Diretor de Comunicação – Francisco Galdino

Conselho Fiscal – Louro Marques Sobrinho, João da Silva e João Estevão

Suplentes – Mauro Sebastião do Nascimento, Maria Francisca Filha e Antônio Martins

### **GESTÃO 94**

Ata N° 08 10 / 07 / 94 Assembléia Extraordinária – Pauta: preenchimento cargos vagos na Diretoria, prestação de contas, pagamento de mensalidade, curso de salgadinho.

Através de votação foi preenchido os cargos :

2º Secretário - Paulo Silva

Diretor de Saúde- Maria Anísia dos Santos Costa( Nini)

## **GESTÃO 95**

Ata Nº 2 –14 / 01 / 96 Assembléia Geral - Pauta: prestação de contas, arrecadação e eleições da Nova Diretoria.

### Composição 8ª Diretoria - Eleição por Aclamação

Presidente – Paulo Silva

Vice-presidente- Raimundo Nonato de Carvalho

1º Secretário- Paulo Santana

2º Secretário- José Aníbal

1º Tesoureiro- Antônio Estevão

2º Tesoureiro- Horácio Antônio de Oliveira

Diretor de Patrimônio- Pedro Estevão

Diretoria de Assistência Social- Maria Anísia dos Santos Costa

Conselho Fiscal- Louro Marques Sobrinho, D. Toninha e Osvaldo Tomás

Suplentes- João Moura, Francisca Maria da Conceição e Daniel Gomes da Rocha

## **GESTÃO 97**

Ata Nº 13 07/ 12 / 97 Assembléia Geral Extraordinária – Pauta: realização eleição da Diretoria biênio 98/87.

### Composição 9ª Diretoria -Eleição por aclamação

Presidente – Raimundo Nonato de Carvalho

Vice-presidente – Horácio Antônio de Oliveira

1º Secretário – Paulo Francisco de Moura Santana

2º secretário – Antônio Vieira de Carvalho

1º Tesoureiro – Paulo João da Silva

2º Tesoureiro – Antônio Alvas da Purificação

Diretor de Patrimônio – Pedro Pereira de Carvalho

Diretoria de Assistência Social –Maria Anísia dos Santos Costa

Conselho Fiscal – Louro Marques Sobrinho, Raimunda Maria da Silva e Maria de Lurdes Santos

Suplentes – Maria da Conceição S Santana, Raimundo Borges Leal e João José da Silva

## **GESTÃO 99**

Ata Nº 8 19 / 12 / 99 Assembléia Geral Ordinária - Pauta: eleição da Diretoria biênio 2000 / 2001

### Composição 10ª Diretoria Eleição por Aclamação

Presidente - Raimundo Nonato Carvalho

Vice-presidente – Horácio Antônio de Oliveira

1º Secretário – Paulo Francisco de Moura Santana

2º Secretário – Edimar Antônio Fontes

1º Tesoureiro – Paulo João da Silva

2º Tesoureiro – Márcia Alves da Conceição

Diretor de Patrimônio – Antônio Pereira de Carvalho

Diretoria de Assistência Social – Maria Anísia dos Santos Costa

Diretor de Esporte e Lazer – Ulisses Silva Santos

Conselho Fiscal – Maria de Lurdes Santos, Antônia Alves da Conceição e Raimunda Maria Silva

Suplentes – Maria da Conceição S Santana, Raimundo Borges Leal, e José Quirino

Ata Nº 11 09 / 11 / 2001 Assembléia Geral Ordinária - Pauta: eleição da Diretoria biênio 2002 / 2003 entre outras atividades.

### Composição 11ª Diretoria

Presidente – Francisco Augusto de Araújo

Vice-presidente – Paulo Francisco de Moura Santana

1º Secretária – Márcia Alves da Conceição

2º Secretário – Vando João da Silva

1º Tesoureiro – Paulo João da Silva

2º Tesoureiro – Clarles Adoauto da Silva

Diretoria de Assistência Social – Maria Anísia dos Santos Costa

Diretor de Patrimônio – Antônio Francisco Santana

Diretor de Esporte – Francisco Damásio da Silva

Conselho Fiscal – Maria de Lurdes dos Santos, João Batista Alves Pereira e Raimunda Maria da Silva

Suplentes – Antônia Alves da Purificação, Valdeci Alves dos Santos e Nilza Moura S. Sousa

## **ANEXO D**

### **NÚMERO DE PARTICIPANTE EM CADA ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES - BAIRRO BOA VISTA**

#### **1985/1986**

Ata N° 01 17/11/85 Assembléia Extraordinária – 29 participantes

Ata N° 02 28/12/86 Assembléia Geral – 26 participante

#### **1987**

Ata N° 01 01/01/87 Reunião – 28 participantes

Ata N° 02 11/01/87 Assembléia Geral – 25 participantes

Ata N° 03 08/02/87 Reunião – 39 presentes

Ata N° 04 10/05/87 Assembléia Extraordinária – 17 participantes

Ata N° 05 28/06/87 Assembléia Geral Extraordinária – 24 participantes

Ata N° 06 20/12/87 Assembléia Geral Extraordinária – 25 participantes

#### **1988**

Ata N° 01 28/02/88 Assembléia Geral Extraordinária – 64 participantes

Ata N° 02 09/04/88 Assembléia Geral Extraordinária – 27 participantes

Ata N° 03 12/06/88 Assembléia Geral Extraordinária – 40 participantes

Ata N° 04 31/07/88 Assembléia Geral Extraordinária – 14 participantes

Ata N° 05 28/08/88 Assembléia Geral Extraordinária – 31 participantes

Ata N° 06 06/09/88 Reunião – 34 participantes

Ata N° 07 25/09/88 Assembléia Geral Extraordinária – 14 participantes

#### **1989**

Ata N° 01 18//02/89 Assembléia Geral Ordinária – 36 participantes

Ata N° 02 14/04/89 Assembléia Geral Extraordinária – 20 participantes

Ata N° 03 28/05/89 Assembléia Geral Ordinária – 16 participantes

Ata N° 04 20/08/89 Assembléia Geral Extraordinária – 20 participantes

#### **1990**

Ata N° 01 24/03/90 Assembléia Geral Ordinária – 28 participantes

Ata N° 02 21/04/90 Assembléia Geral Ordinária – 24 participantes

Ata N° 03 10/07/90 Assembléia Geral Extraordinária – 18 participantes

Ata N° 04 19/08/90 Assembléia Geral Ordinária – 14 participantes

### **1991**

Ata N° 01 29/09/91 Assembléia Geral Extraordinária – 56 participantes

### **1992**

Ata N° 01 11/01/92 Assembléia Geral Ordinária – 39 participantes

Ata N° 02 12/01/92 Assembléia Geral Extraordinária – 27 participantes

Ata N° 03 07/02/92 Assembléia Geral Extraordinária – 15 participantes

Ata N° 04 21/03/92 Assembléia geral – 26 participantes

Ata N° 05 05/04/92 Assembléia Geral Ordinária – 27 participantes

Ata N° 06 07/06/92 Reunião – 34 participantes

Ata N° 07 19/07/92 Reunião – 57 participantes

Ata N° 08 26/07/92 Reunião Extraordinária – 40 participante

Ata N° 09 02/08/92 Reunião – 14 participantes

Observação – no livro de Ata não consta Atas, das Reuniões abaixo relacionadas só as assinaturas dos participantes no livro de presença.

Reunião em 03/05/92 – 22 participantes

Reunião em 31/05/92 – 67 participantes

Reunião em 06/07/92 – 43 participantes

Reunião em 06/12/92 – 24 participantes

Reunião em 13/12/92 – 12 participantes

### **1993**

Ata N° 01 30/01/93 Assembléia Ordinária – 27 participantes

Ata N° 02 10/02/93 Reunião – 14 participantes

Ata N° 03 ? / ? / 93 Reunião – 11 participantes

Ata N° 04 21/02/93 Assembléia Geral – 18 participantes

Ata N° 05 07/03/93 Assembléia Geral – 29 participantes

Ata N° 06 04/04/93 Assembléia Geral – 21 participantes

Ata N° 07 06/06/93 Assembléia Geral Extraordinária – 21 participantes

Ata N° 08 09/06/93 Assembléia Geral Extraordinária – 41 participantes

Ata N° 09 08/08/93 Assembléia Gera Extraordinária – 19 participantes

Ata N° 10 12/08/93 Assembléia Geral Extraordinária – 24 participantes

Ata N° 11 29/08/93 Assembléia Gera Extraordinária – 18 participantes

Ata N° 12 31/08/93 Assembléia Geral Extraordinária – 23 participantes

- Ata N° 13 05/09/93 Assembléia – 21 participantes  
Ata N° 14 16/09/93 Reunião – 21 participantes  
Ata N° 15 05/12/93 Assembléia Extraordinária – 14 participantes  
Ata N° 16 07/12/93 Assembléia extraordinária – 20 participantes

#### **1994**

- Ata N° 01 09/01/94 Assembléia Geral Ordinária – 31 participantes  
Ata N° 02 16/01/94 Assembléia de Posse – 36 participantes  
Ata N° 03 06/02/94 Assembléia Geral Extraordinária – 15 Participantes  
Ata N° 04 10/02/94 Reunião da Diretoras – 07 participantes  
Ata N° 05 06/03/94 Assembléia Geral Extraordinária – 28 participantes  
Ata N° 06 01/04/94 Reunião – 23 participantes  
Ata N° 07 05/05/94 Assembléia Geral Extraordinária – não consta o número de participantes  
Ata N° 08 10/07/94 Assembléia Geral Extraordinária – 28 participantes  
Ata N° 09 14/07/94 Reunião da Diretoria – 12 participantes  
Ata N° 10 07/08/94 Assembléia – 30 participantes  
Ata N° 11 04/09/94 Assembléia – 10 participantes  
Ata N° 12 26/09/94 Reunião da Diretoria – 08 participantes  
Ata N° 13 09/10/94 Assembléia – 32 participantes  
Ata N° 14 30/10/94 Assembléia Geral Extraordinária – 23 participantes  
Ata N° 15 30/11/94 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes  
Ata N° 16 04/12/94 Assembléia – 31 participantes

#### **1995**

- Ata N° 01 04/01/95 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes  
Ata N° 02 08/01/95 Assembléia extraordinária – 25 participantes  
Ata N° 03 31/01/95 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes  
Ata N° 04 05/02/95 Assembléia – 53 participantes  
Ata N° 05 23/02/95 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes  
Ata N° 06 05/03/95 Assembléia Geral Extraordinária – 20 participantes  
Ata N° 07 09/04/95 Assembléia Geral – 35 participantes  
Ata N° 08 14/05/95 Assembléia Geral – 21 participantes  
Ata N° 09 04/06/95 Assembléia – 21 participantes  
Ata N° 10 02/10/95 Assembléia – não consta o número de participantes  
Ata N° 11 06/08/95 Assembléia Geral – 27 participantes  
Ata N° 12 09/09/95 Assembléia Geral – não consta o número de participantes  
Ata N° 13 05/10/95 Assembléia Geral – não consta o numero de participantes

Ata N° 14 05/11/95 Assembléia Geral – Assembléia Extraordinária – não consta o número de participantes.

Ata N° 15 16/11/95 Assembléia Extraordinária – não consta o número de participantes

Ata N° 16 04/12/95 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes

Ata N° 17 12/12/95 Assembléia Geral – 28 participantes

## **1996**

Ata N° 01 09/01/96 Reunião da diretoria – não consta o número de participantes

Ata N° 02 14/01/96 Assembléia Geral – 20 participantes

Ata N° 03 03/02/96 Assembléia de Posse – 26 participantes

Ata N° 04 03/03/96 Assembléia Geral Extraordinária – 26 participantes

Ata N° 05 07/04/96 Assembléia Gera Extraordinária – 25 participantes

Ata N° 06 23/04/96 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes

Ata N° 07 12/06/96 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes

Ata N° 08 07/07/96 Assembléia Gera Extraordinária – 25 participantes

Ata N° 09 04/08/96 Assembléia Geral – não consta o número de participantes

Ata N° 10 18/08/96 Reunião da Diretoria – não consta o número da participantes

Ata N° 11 01/09/96 Assembléia Geral Extraordinária – 32 participantes

Ata N° 12 13/10/96 Assembléia Geral Extraordinária – 16 participantes

Ata N° 13 05/11/96 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes

Ata N° 14 09/11/96 Assembléia Geral – não consta o número da participantes

Ata N° 15 08/12/96 Assembléia Geral – 18 participantes

Ata N° 16 30/12/96 Reunião da Diretoria – não consta o número de participantes

## **1997**

Ata N° 01 12/01/97 Reunião – 15 participantes

Ata N° 02 07/02/97 Assembléia Geral – não consta o número de participantes

Ata N° 03 28/02/97 Reunião da Diretoria – 10 participantes

Ata N° 04 02/03/97 Assembléia Geral – 22 participantes

Ata N° 05 17/03/97 Reunião da Diretoria – 09 não participantes

Ata N° 06 12/04/97 Assembléia Geral – 62 participantes

Ata N° 07 04/05/97 assembléia Geral Extraordinária – 23 participantes

Ata N° 08 06/07/97 Assembléia Geral Extraordinária – 15 participantes

Ata N° 09 03/08/97 Assembléia Geral Extraordinária – 12 participantes

Ata N° 10 05/09/97 Assembléia Geral Extraordinária – 27 participantes

Ata N° 11 10/10/97 Assembléia Geral Extraordinária – 30 participantes

Ata N° 12 19/11/97 Assembléia Geral Extraordinária – 21 participantes

Ata N° 13 07/12/97 Assembléia Geral Extraordinária – 32 participantes

### **1998**

Ata N° 01 16/01/98 Reunião da Diretoria – 09 participantes

Ata N° 02 25/01/98 Assembléia de Posse – assinada pelo presidente e o secretário

Ata N° 03 05/02/98 Reunião da Diretoria – 12 participantes

Ata N° 04 01/03/98 Assembléia Geral – 54 participantes

Ata N° 05 05/04/98 Assembléia Geral extraordinária – 44 participantes

Ata N° 06 10/05/98 Assembléia Geral extraordinária – 73 participantes

Ata N° 07 05/06/98 Assembléia Geral extraordinária – não consta o de participantes

Ata N° 08 12/07/98 Assembléia geral – 30 participantes

Ata N° 09 15/08/98 Assembléia Geral Extraordinária – 30 participantes

Ata N° 10 13/09/98 Assembléia Geral Extraordinária – 22 participantes

Ata N° 11 10/10/98 Assembléia Geral extraordinária – 12 participantes

Ata N° 12 13/12/98 Assembléia Geral extraordinária – não consta o número de participantes

### **1999**

Ata N° 01 10/01/99 Assembléia Geral Extraordinária – 11 participantes

Ata N° 02 14/03/99 Assembléia Geral Extraordinária – 13 participantes

Ata N° 03 08/05/99 Assembléia Geral Extraordinária – 134 participante

Ata N° 04 11/07/99 Assembléia Geral – 12 participantes

Ata N° 05 15//1099 Reunião da Diretoria – 14 participantes

Ata N° 06 17/10/99 Assembléia Geral Mensal – 13 participantes

Ata N° 07 14/11/99 Assembléia Geral extraordinária – 14 participantes

Ata N° 08 19/12/99 Assembléia Geral Ordinária – participantes

### **2000**

Ata N° 01 16/01/00 Assembléia de Posse – 64 participantes

Ata N° 02 13/02/00 Assembléia Geral – 14 participantes

Ata N° 03 19/03/00 Assembléia Geral – 55 participantes

Ata N° 04 16/04 00 Assembléia Geral – 42 participantes

Ata N° 05 14 05/00 Assembléia Geral – 51 participantes

Ata N° 06 05 a 12/00 Assembléia Geral – não consta assinatura dos participantes

Observação - no livro de Atas não consta Atas das Assembléias abaixo relacionadas só as assinaturas dos participantes no livro de presença. As atividades foram registradas na Ata número 06.

Ata N° 07 14/06/00 Assembléia Geral – 08 participantes

Ata N° 08 15/07/00 Assembléia Geral – 17 participantes

Ata N° 09 10/09/00 Assembléia Geral – 46 participantes

Ata N° 10 14/10/00 Assembléia Geral – 13 participantes

Ata N° 11 18/11/00 Assembléia Geral – 39 participantes

## **2001**

Ata N° 01 ? /01/01 Assembléia Geral – assinada pelo Presidente e o Secretário

Ata N° 02 11/02/01 Assembléia Geral – 25 participantes

Ata N° 03 11/03/01 Assembléia Geral – 11 participantes

Ata N° 04 08/04/01 Assembléia Geral – 26 participantes

Ata N° 05 16/06/01 Assembléia Geral – 22 participantes

Ata N° 06 15/07/01 Assembléia Geral – 39 participantes

Ata N° 07 12/08/01 Assembléia Geral – 47 participantes

Ata N° 08 09/09/01 Assembléia Geral – 34 participantes

Ata N° 09 14/10/01 Assembléia Geral – 24 participantes

Ata N° 10 10/11/01 Assembléia Geral – 30 participantes

Ata N° 11 09/12/01 Assembléia Geral – 31 participantes

Observação – no livro de Ata não consta da a Ata da Assembléia Geral de 13/05/01 só assinaturas de 86 participantes no livro de presença

## **2002**

Ata N° 01 13/01/02 Assembléia de Posse – 84 participantes.

## **ANEXO E**

### **COMPOSIÇÃO DIRETORIA - BAIRRO JUNCO**

1- Bairro- Junco – Ano de Fundação - 03 /09 /1989

2- Diretorias – 0 7

2.1- Data e a Composição de Cada Diretoria Com a Data de Cada Ata.

Ata I 03 / 09 / 89 I Assembléia - Pauta: fundação da Associação de Moradores do Bairro Junco.

Composição da 1ª Diretoria

Presidente - Antônio Carlos Neto

Vice-presidente- Francisco Alves da Rocha

Secretária- Elisângela Rodrigues de Almoedes

Tesoureiro- Francisca das Chagas Cruz (Neta)

Secretaria de Educação- Maria Lúcia de Alencar Bezerra

Secretaria de Saúde- João Benvindo de Moura

Diretoria de Esporte- João Augusto dos Santos

Diretoria de Transporte- Ana Maria de Jesus Carlos

Diretoria de Habitação- Francisco Dutra Santos

Diretoria de Patrimônio- Helena Soares de Nascimento

Diretoria de Imprensa e Divulgação- Maria Ivoneide Luz

Conselho Fiscal- Maria de Jesus Moura, Rosicleide Fernandes Coelho, Maria dos Remédios Araújo Sousa.

Ata IV 03 / 08 / 1991 - Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição da Diretoria

Composição da 2ª Diretoria

Presidente - João Benvindo de Moura

Vice-presidente- Francisco Alves da Rocha

Secretária- Maria Ivoneide Luz

Secretaria de Educação- Marinalva Francisca de Moura

Secretaria de Saúde- Isabel Clara de Sousa

Diretoria de Transporte- Antônia Elisa de Moura

Diretoria de Imprensa e Divulgação- Ana Maria de Jesus Carlos

Diretoria de Esporte e Cultura- Maria Lúcia de Alencar Bezerra

Diretoria de Patrimônio- Antônia Alves da Silva

Diretoria de Habitação- Antônio Costa Neto

Conselho Fiscal- Pedro Esmário de Sousa , Maria Feitosa dos Santos, José Nivaldo da Silva

Suplentes- Djalma Dias de Andrade, Antônio de Alencar Rodrigues, Manoel Soares de Sousa.

Ata ? 14 / 08 / 1993 – Assembléia Ordinária – Pauta: eleição da Diretoria

Composição de 3ª Diretoria

Presidente- Antônio Alves de Sousa

Vice-presidente- Ana Maria de Jesus Carlos

Secretário- João Benvindo de Moura

Tesoureiro- Manoel Soares de Sousa

Secretaria de Educação- Josefa da Silva  
 Secretaria de Saúde- Isabel Clara de Sousa  
 Diretoria de Transporte- Antônio de Alencar Rodrigues  
 Diretoria de Imprensa e Divulgação- João Bezerra de Sousa  
 Diretoria de Habitação- Antônio Carlos Neto  
 Diretoria de Esporte , Cultura e Lazer – Maria Lúcia de Alencar Bezerra  
 Conselho Fiscal- Marinalva Francisca de Moura, Maria Ivoneide Luz, José Emídio Sobrinho  
 Suplentes- Maria Feitosa dos Sontos, Rosa Moura.

Ata XXII, 16 / 09 / 1995 Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição da Diretoria

Composição da 4ª Diretoria

Presidente- Genésio de Carvalho Neto  
 Vice-presidente- José Emídio Sobrinho  
 Tesoureiro- Francisco Alves de Sousa  
 Secretária- Ousaldina de Jesus  
 Secretaria de Educação- Ana Maria de Jesus Carlos  
 Secretaria de Saúde- Isabel Clara de Sousa  
 Diretoria de Patrimônio- Antônio Alves  
 Diretoria de Imprensa e Divulgação- Ana Márcia de Nascimento Alves  
 Diretoria de Transporte- Antônio José Ferreira  
 Diretoria de Esporte, Cultura e Lazer- Antônio de Alencar Rodrigues  
 Diretoria de Habitação- José Salustiano de Oliveira  
 Conselho Fiscal- Antônio Carlos Neto, Maria Feitosa dos Santos e José Lima  
 Suplentes- Lúcia de Alencar Bezerra, Maria Rosa da Cruz e Maria Verônica Menezes Monteiro.

Ata XV 15 / 02 / /1997 Assembléia Geral Ordinária – Pauta: eleição para ocupação de cargos ociosos na Diretoria.

Ata ? 12 / /04 / 97 Assembléia Geral Extraordinária – Pauta: situação em que se encontrava a diretoria.

Ata XVI 19 / /07 / 1997 Assembléia Geral – Pauta: eleição da Diretoria.

Composição da 5ª Diretoria

Presidente- Francisco Gomes Alves  
 Vice-presidente- José Rodrigues de Carvalho  
 Secretária- Maria Ivoneide Luz  
 Tesoureiro- Justino Lopes dos Santos  
 Secretaria de Educação- Verônica Meneses

Secretaria de Saúde- Maria Desterro Sales de Brito

Diretoria de Transporte- Inácio José de Silva

Diretoria de Imprensa e Divulgação- Ana Maria de Jesus Carlos

Diretoria de Habitação- Antônio Carlos Neto

Diretoria de Esporte, Cultura e Lazer- Eloi de Sousa Rocha

Conselho Fiscal- Clotildes Maria de Jesus Sousa, Rosa de Sousa Martins, Lúcia de Alencar Bezerra

Suplentes- Raimundo Vicente de Brito , Maria Rosa da Cruz e José Januário Marques

Ata XVIII 22 / 08 / 98 Assembléia Extraordinária. – Pauta: afastamento do Presidente acusado de autoritarismo e desrespeito ao Estatuto da Associação.

Ata XX 20 / 08 / 1999 Assembléia Ordinária. – Pauta: eleição da Diretoria

#### Composição da 6ª Diretoria

Presidente- Eloi de Sousa Rocha

Vice-presidente- José Emídio Sobrinho

Secretária- Rosa Maria de Jesus Lucena

Tesoureiro- Raimundo Nonato Sousa (Calmir)

Secretaria de educação- José Raimundo da Luz

Secretaria de Saúde- Maria do Desterro Sales de Brito

Diretoria de Habitação- Agenor Borges Monteiro

Diretoria de Imprensa e Divulgação- José Borges Pereira

Diretoria de Patrimônio- Osvaldo Antônio Fortaleza

Diretoria de Esporte , Cultura e Lazer- Francisco de Assis

Diretoria de Transporte- Julião Cristovão Costa

Conselho Fiscal- José Januário, Marcos Rosenildo Vicente de Brito, Maria Rosa da Cruz

Suplente- Rosa Maria Leal Primo, Alcino Seno, Francisco Antônio de Lima

Ata XXI 23 / 04 / 2001 Assembléia Geral Ordinária – Pauta: substituição de alguns cargos da Diretoria

Ata XXIII 07 / 07 / 2001 Assembléia Geral Caráter Extraordinário. – Pauta: afastamento do Presidente.

#### Composição da 7ª Diretoria.

Presidente – José Emídio Sobrinho

Vice-presidente- Manoel Gonçalves dos Santos

Secretário- José Honório das Santos

Tesoureiro- Raimundo Nonato de Sousa

Secretaria de Educação- Manoel Nascimento Guedes

Secretaria de Saúde, Cultura, Esporte e Lazer- Maria do Desterro Sales de Brito

Diretoria de Habitação- Carlos Luís da Silva

Conselho Fiscal- Agenor Borges Monteiro, José Antão de Sousa, Paulo Afonso

## **ANEXO F**

### **NÚMERO DE ASSOCIADOS E PARTICIPANTES EM CADA ASSEMBLÉIA – BAIRRO JUNCO**

Até a Ata XIX , 24 / 04/1999 só a diretoria assinava a Ata a partir da assembléia realizada em 20 / 08 / 99 foi que os participantes passaram a assinar a ata.

Ata – Assembléia Extraordinária – 20 / 06 / 1999 – 09 presentes

Ata XX Assembléia Geral Ordinária – 20 / 08 / 1999 – 25 presentes

Ata XXI Assembléia Geral Ordinária – 23 / 04 / 2001 – 21 presentes

Ata XXII Assembléia Geral Ordinária – 07 / 07 / 2001 – 27 presentes

Ata XXIII Assembléia Extraordinária – 07/ 07 / 2001 – 24 presentes

Ata XXIV Assembléia Extraordinária – 01 / 09 / 2001– 19 Presentes

Ata XXV Assembléia Geral Ordinária – 23 / 12 / 2001 – 10 presentes

Ata XXVI Assembléia – Posse Diretoria- 25 / 01 / 2002 – 13 presentes

Ata Reunião de Posse – 10 / 02 / 1999 – 04 membros da diretoria

Ata Reunião de Posse – 02 / 10 / 1999 – 18 presentes

Ata Reunião mensal – 10 / 02 / 2000 – 04 presentes

Ata Reunião ordinária – 05 / 02 / 2000 – 04 membros da diretoria

Ata Reunião mensal – 15 / 11/ 2000 – 19 presentes

Ata Reunião mensal – 08 / 12 / 2001 – 13 presentes

Ata Reunião mensal – 12 / 01/ 2001 – 09 presentes

Ata Reunião mensal – 09 / 02 / 2001 – 22 presentes

Ata Reunião mensal – 09 / 03 / 2001 – 25 presentes

Ata Reunião ordinária – 23 / 03 / 2001 – 18 presentes

Ata Reunião ordinária – 06 / 04 / 2001 – 15 presentes

Ata Reunião mensal – 25 / 05 / 2001 – 14 presentes

Ata Reunião ordinária – 25 / 06 / 2001 – 17 presentes